



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA
LINHA DE PESQUISA:
MEMÓRIAS E SABERES INTERCULTURAIS**



RAYANA NADYR LUCENA CALLOU

**O SONHO DE FUNDAÇÃO DE PARAGOMINAS-PA E O
PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NA
AMAZÔNIA: MEMÓRIAS, NARRATIVAS E IDENTIDADES**

Bragança-Pará
Outubro de 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA
LINHA DE PESQUISA:
MEMÓRIAS E SABERES INTERCULTURAIS**



RAYANA NADYR LUCENA CALLOU

**O SONHO DE FUNDAÇÃO DE PARAGOMINAS-PA E O
PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NA
AMAZÔNIA: MEMÓRIAS, NARRATIVAS E IDENTIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Penarrocha.
Linha de pesquisa: Memórias e Saberes Interculturais.

Bragança-Pará
Outubro de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Biblioteca “Amando Bordallo”

CALLOU, Rayana Nadyr Lucena.

O SONHO DE FUNDAÇÃO DE PARAGOMINAS-PA E O PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA: MEMÓRIAS, NARRATIVAS E IDENTIDADES.

Bragança-PA, 10/2017.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Penarrocha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Bragança, 2017.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimento; Discursos; Identidades.

Bragança-Pará
Outubro de 2017

Rayana Nadyr Lucena Callou

O SONHO DE FUNDAÇÃO DE PARAGOMINAS-PA E O PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA: MEMÓRIAS, NARRATIVAS E IDENTIDADES.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia. Linha de pesquisa: Memórias e Saberes Interculturais.

Em: 11/10/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr. Pere Petit Penarrocha (UFPA-Belém)
Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Roseane Corrêa Pinto Lima (programa ProfHistória/UFPA-Ananindeua)
Membro externo

Prof. Dr. Luís Junior Costa Saraiva (UFPA-Bragança)
Membro interno

Bragança-Pará
Outubro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus de bondade e ternura, por tantos sinais do seu amor, especialmente pela graça de concluir com alegria esta etapa de estudo e aprendizado.

À minha família, tia Sô, tia Rô, vovô e vovó, pelo apoio incondicional, mesmo quando o ingresso neste programa de mestrado parecia uma realidade longe demais para ser alcançada; a meus pais Edmário e Adelia, e meu irmão, Luiz Henrique, que percorreram comigo este longo e frutuoso caminho, cheio de surpresas e de luzes. Sem o esforço e o apoio de vocês este momento jamais poderia se tornar realidade na minha vida.

À família que São Benedito me deu... Dona Angelina e seus filhos; de modo especial, à Adriana, amiga querida que se tornou irmã. Vocês me ensinaram, com tão poucas palavras, que o único amor que guardamos é aquele que doamos; fizeram de mim um membro dessa família tão forte e, ao mesmo tempo, tão cheia de ternura. Foi Deus que me permitiu conviver com vocês e partilhar tantos momentos os quais jamais esquecerei. Obrigada!

À tia Solange, pela força nos momentos de crise; inspiração, nos momentos de dúvida; e, principalmente, por provocar em mim a curiosidade, o interesse e o desejo de refletir sobre a história de nosso município. De modo particular, agradeço pelas valiosas contribuições na pesquisa de campo.

À Keyvilla, pelas incontáveis horas ao telefone, seja ouvindo meus arroubos de alegria e entusiasmo, seja acompanhando minha inquietação muda. Na reta final desse caminho de aprendizagem, você esteve comigo: fiel leitora das versões nunca acabadas e ouvinte paciente de cada descoberta. Sem você esse caminho não teria sido o mesmo. Obrigada, meu bem!

Àqueles os que se dispuseram a recordar os fatos vividos em Paragominas; a reviver, pela palavra, cada lembrança; e, gratuitamente, iluminaram este caminho de pesquisa, descobertas e aprendizado. Muito obrigada!

À Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas, pela generosidade na cessão dos materiais audiovisuais necessários para a realização da pesquisa.

À Universidade Federal do Pará, que por meio do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia possibilitou a mim o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Pere Petit, pela oportunidade de realizar este trabalho sob sua orientação e pelas importantes contribuições durante a pesquisa.

Aos professores Dr. Luís Saraiva e Dra. Roseane Pinto, membros da banca examinadora, pelo olhar crítico em relação ao objeto de estudo e pelas valiosas sugestões que fizeram.

A todos que me permitiram partilhar tantos momentos inesquecíveis nesse eterno caminho de aprendizado; às que se tornaram amigas para a vida: Adriana, Evilânia, Paula, Mabel, Carla... muito obrigada, meninas!

*“O Senhor vai acendendo as luzes à medida que vamos precisando delas”
(Pe. Tiago Alberione).*

RESUMO

Durante o século XX, a região amazônica passou por significativas transformações. As discussões sobre desenvolvimento regional começaram a adentrar o debate nacional; a Amazônia institucionalizou-se como espaço de novas oportunidades e sua descrição atravessou a tríade “rica/vazia/vulnerável”. Em 1959 foi fundada a cidade de Paragominas (PA), em meio ao surgimento de um novo modelo de povoamento. Para compreender os primeiros anos da história deste município é importante destacar, além das motivações econômicas, a atuação do mineiro Célio Miranda, reconhecido como fundador do município. O objetivo desta pesquisa foi analisar discursos referentes à fundação de Paragominas no contexto do Projeto Nacional-Desenvolvimentista na Amazônia, considerando questões relativas à construção e consolidação de identidades, tendo como suporte teórico-metodológico fundamental a Análise do Discurso. Foram analisadas narrativas históricas e biográficas em confronto umas com as outras e em relação ao contexto de sua produção. A primeira e fundamental narrativa é uma gravação deixada por Célio Miranda. Outras fontes foram utilizadas para compor o *corpus* da pesquisa, tais como entrevistas, dados bibliográficos temporalmente mais próximos da fundação de Paragominas, entre os quais está a obra “A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional” (VALVERDE & DIAS, 1967), além de textos como o Hino de Paragominas, o brasão do município e sua bandeira. Escrevo em diálogo, primeiro, com o narrador desta história – Célio Miranda –, depois com os teóricos que estimulam estas reflexões. Lanço um olhar sobre o passado e o presente na intenção de reconhecer elementos que compõem o processo de construção de identidades em Paragominas desde a fundação do município.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimento; Discursos; Identidades.

ABSTRACT

During the 20th century, the Amazon region underwent significant transformations. Discussions on regional development began to enter the national debate; it institutionalizes as space of new opportunities and its description will go by the triad “wealthy / empty / vulnerable”. In 1959 was founded the city of Paragominas (PA), in the midst of the emergence of a new model of settlement. In order to understand the first years of the history of this municipality, it is important to emphasize, besides the economic motivations, the performance of the miner Célio Miranda, recognized as founder of the municipality. The objective of this research was to analyze discourses related to the founding of Paragominas in the context of the National-Developmental Project in the Amazon, considering issues related to the construction and consolidation of identities, having as basic theoretical-methodological support the Discourse Analysis Historical and biographical narratives were analyzed in confrontation with one another and in relation to the context of their production. The first and fundamental narrative is a recording left by Célio Miranda. Other sources were used to compose the corpus of the research, such as interviews, bibliographical data temporally closer to the Paragominas foundation, among which is the book “The Belém-Brasília Highway: study of regional geography” (VALVERDE & DIAS, 1967), besides texts like the Hymn of Paragominas, the coat of arms of the municipality and its flag. I write in dialogue, first, with the narrator of this story - Célio Miranda -, then with the theorists who stimulate these reflections. I take a look at the past and the present in order to recognize elements that make up the process of identity construction in Paragominas since the founding of the municipality.

Key-words: Amazon; Development; Discourses; Identities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E MAPAS

Figura 1 – “Picadão” do Altair, estrada aberta pela caravana de Célio Miranda.....	p. 35
Figura 2 – Placa com a inscrição do nome da cidade.....	p. 36
Figura 3 – Símbolo do Projeto Paragominas, produzido por Célio Miranda.....	p. 85
Figura 4 – Anúncio publicitário sobre Paragominas no jornal Folha de São Paulo.....	p. 86
Figura 5 – Brasão do município de Paragominas.....	p. 87
Figura 6 – Bandeira do município de Paragominas.....	p. 88
Figura 7 – Desenho elaborado por Célio Miranda.....	p. 88
Figura 8 – Planta de Paragominas.....	p. 89
Mapa 1 – Localização do município de Paragominas, Pará.....	p. 32
Mapa 2 – Principais estradas no entorno de Paragominas.....	p. 35
Mapa 3 – Região de Integração do Rio Capim.....	p. 40

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Evolução do censo demográfico de Paragominas-PA (1970-2010).....	p. 42
Tabela 2 – Evolução do IDHM por município (RI Rio Capim) 1970-2000.....	p. 48
Tabela 3 – Evolução comparativa do IDH e Gini considerando os Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.....	p. 49
Tabela 4 – Indicadores socioeconômicos dos municípios da Região do Capim.....	p. 50
Gráfico 1 – Classes da cobertura do solo de Paragominas.....	p. 53
Quadro 1 – Lista de entrevistados organizados por local de nascimento, ano de migração, data da entrevista e entrevistador.....	p. 31

LISTA DE SIGLAS

BCB – Banco de Crédito da Borracha

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Médio

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

RI – Região de Integração

RODOBRAS – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília

SECULT – Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 11
CAPÍTULO 1 – LINGUAGEM, ANÁLISE DO DISCURSO E IDENTIDADES.....	p. 20
1.1.- Palavras, Narrativas e Análise do Discurso.....	p. 20
1.2.- Caminhos metodológicos.....	p. 28
CAPÍTULO 2 – PARAGOMINAS: A CIDADE IDEALIZADA.....	p. 32
2.1.- A Paragominas de Célio Miranda.....	p. 32
2.2.- O Município de Paragominas.....	p. 39
2.3.- Procurando terras, riqueza e trabalho.....	p. 45
2.4.- Território, uso da terra e desmatamento.....	p. 51
CAPÍTULO 3 – DISCURSOS E IDENTIDADES EM PARAGOMINAS-PA.....	p. 55
3.1.- História, memória e construção de narrativas locais.....	p. 55
3.2.- Paragominas e o Projeto Nacional-Desenvolvimentista na Amazônia.....	p. 58
3.3.- A escolha do local para a construção de Paragominas e a referência à Brasília.....	p. 66
3.4.- Desenvolvimento regional, desenvolvimentismo e a ideologia da integração nacional.....	p. 73
3.5.- Os pilares da noção de identidade em Paragominas.....	p. 80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 94

INTRODUÇÃO

No percurso histórico de ocupação da Amazônia a região passou por várias e significativas transformações. Tem sido, segundo Loureiro, desde a chegada dos primeiros europeus até os dias atuais, uma trajetória de “perdas e danos”, num lugar de exploração, abuso e extração de riquezas em favor de outras regiões e outros povos. Desde os mitos forjados pelo olhar dos viajantes até os equívocos e preconceitos surgidos ao longo do século XX, a Amazônia vem sendo definida a partir das expectativas do homem de fora da região. Os sucessivos e constantes choques culturais teriam provocado, sob a perspectiva de Loureiro, a perda gradativa da “*identidade original do homem e os referenciais da vida anterior*” além da busca incessante de “*uma nova identidade e uma nova forma de vida*” que lhe possibilite harmonizar uma nova cultura com a conservação da natureza, junto aos benefícios e o usufruto do progresso técnico e científico do mundo moderno (LOUREIRO, 2002, p. 109).

Na composição da economia brasileira, a relação de dependência atribuída à Amazônia teve como consequência a implantação de projetos intensivos em capital que se pautaram, até as décadas de 1960/1970, por um modelo de desenvolvimento voltado para atividades e setores produtivos subordinados à demanda do mercado internacional (LIRA et.al, 2009). É o caso da extração da borracha, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, que teve como meta suprir a demanda norte-americana na produção de látex, uma vez que os japoneses passaram a controlar 97% da produção asiática. O que se chamou, na época, “A Batalha da Borracha”, envolveu o deslocamento de milhares de trabalhadores aos seringais da região amazônica, mobilizando, além da mão-de-obra, recursos destinados à alimentação, assistência médica, fornecimento de petróleo e sistema bancário.

Nesse período foram criados diversos órgãos públicos cujos objetivos consistiam no engajamento de trabalhadores na extração do látex (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA), no financiamento aos produtores de borracha (Banco de Crédito da Borracha – BCB) e no cuidado com a saúde do pessoal recrutado (Serviço Especial de Saúde Pública – SESP). Em termos de produção, os resultados da “Batalha da Borracha” foram abaixo do esperado, mostrando que a política de sustentação do extrativismo não seria eficaz. No entanto, a criação das instituições citadas anteriormente, além do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)¹ e do Instituto Agrônomo do Norte, e a criação de territórios federais que viriam a se tornar os estados de Rondônia, Acre e Amapá, parecem

¹ Instituto criado com a finalidade de estudar a flora, a fauna e outros componentes da ecologia regional, além das condições de vida do homem da Amazônia.

não somente ter modificado o mapa geoeconômico-político da Amazônia, como podem ter conduzido a uma nova postura os dirigentes da região no período pós-guerra (FERREIRA & BASTOS, 2016).

No que diz respeito a políticas de planejamento, é nesse período que as discussões sobre desenvolvimento regional começam a adentrar o debate nacional. A partir de 1950 se consolida no Brasil uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na crença da intervenção estatal e do planejamento econômico como instrumentos eficazes para tirar o país da condição de subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2004). A primeira importante experiência de planejamento regional moderno no Brasil foi a criação, em 1948, da Comissão do Vale do São Francisco; a Amazônia foi objeto da segunda grande experiência de planejamento (1953); e, a terceira, foi a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (D'ARAÚJO, 1992).

A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA²), em 06 de janeiro de 1953, tinha como principais objetivos assegurar a ocupação do território da Amazônia brasileira, construindo na região uma “*sociedade economicamente estável e progressiva capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira*” (SPVEA, 1954). Caracterizada como “fronteira de recursos”, a Amazônia institucionaliza-se, a partir desse momento, como espaço de novas oportunidades. No entanto, a compreensão da região como espaço “vazio” a ser construído em nome de uma suposta “riqueza”, e que precisava ser protegido do inimigo parece ter sido incorporada muito antes: desde as primeiras incursões europeias. A descrição e a explicação da Amazônia, nessa perspectiva, atravessam a tríade matriarcal “*rica/vazia/vulnerável*” (SANTOS FILHO, 1992).

Notadamente, a questão do isolamento geográfico da região, cujo acesso se dava apenas por via fluvial ou aérea, significava um obstáculo a ser vencido. A compreensão de que era necessário expandir o sistema de transporte rodoviário para garantir a interiorização do processo de desenvolvimento promoveu a construção da Rodovia Belém-Brasília e a primeira tentativa de construção da Brasília-Acre. A partir de então, um novo modelo de povoamento começava a surgir na Amazônia: os grandes eixos viários tornaram-se, em substituição aos rios, os vetores básicos de ocupação territorial.

² Entre as tarefas do órgão estava a de elaborar um plano quinquenal no qual constava o desenvolvimento da produção agrícola e animal, a melhoria do sistema de transportes, a comunicação, a saúde, o aproveitamento dos recursos minerais, o aumento demográfico, o desenvolvimento do crédito bancário, a pesquisa e a preparação de quadros técnicos regionais.

O movimento de integração da Amazônia à economia e à sociedade nacionais, gestado em diversos momentos e potencializado a partir da segunda metade da década de 1960, numa ótica desenvolvimentista, foi visto como uma oportunidade de elaborar um programa de desenvolvimento que atendesse tanto aos interesses socioeconômicos quanto aos geopolíticos: defesa das fronteiras e ocupação do “vazio” demográfico. É nesse contexto desenvolvimentista e protecionista que se dá a fundação de Paragominas-PA, que não somente coincidiu, como foi orientada por este novo modelo de ocupação territorial da Amazônia.

Segundo Costa (1992), historicamente, dois padrões de ordenação funcional do espaço econômico podem ser identificados: o tradicional e o de integração à economia nacional. O primeiro, empreendido a partir do século XVII, teve como objetivo repelir invasões francesas, inglesas e holandesas ao território amazônico, além de ampliar os limites do domínio português. Este modelo de ocupação promoveu a construção de povoados, aldeias missionárias e cidades localizadas estrategicamente próximas aos principais rios e afluentes. A partir de 1950, inicia-se um processo de transição do modelo de desenvolvimento nacional-costeiro para o de desenvolvimento horizontal-interiorano. As bases para a ocupação da Amazônia foram estabelecidas, nestes termos, durante o governo Juscelino Kubitschek, dando início a ruptura do isolamento físico e econômico-sócio-cultural na qual se encontrava a maior parte dos amazônidas.

As obras da Rodovia Belém-Brasília, que iria interligar a Amazônia Oriental ao Centro-Sul do País, e a possibilidade de gerar riqueza por meio do incremento da pecuária e da agricultura em terras amazônicas, fizeram com que o mineiro Célio Miranda se aventurasse em meio à floresta amazônica para realizar o sonho de fundar uma cidade, conforme está registrado em fita gravada por ocasião da emancipação de Paragominas. De 23 de janeiro de 1961³, data que marca o lançamento da pedra fundamental da cidade, até a sua emancipação, passaram-se quatro anos. Durante esse tempo, foram empregados esforços no sentido de organizar a vila e comprovar a existência das condições necessárias para que se tornasse município, o que veio a acontecer, através da Lei nº 3.235, assinada pelo então governador do Pará, Jarbas Gonçalves Passarinho, no dia 4 de janeiro de 1965. O município de Paragominas foi formado pelo desmembramento de parte do território do município de São Domingos do Capim e parte da área do distrito de Camiranga, que pertencia ao município de Viseu.

Os fluxos migratórios em razão dos modelos de desenvolvimento – ora fundamentados no extrativismo da borracha, ora na exploração florestal e de minerais, na pecuária e na

³ A caravana de Célio Miranda chegou à região dois anos antes, em 1959.

agricultura – há tempos têm provocado a estrutura social amazônica, modificando os modos de vida da população e, por conseguinte, os modos de representação, a cultura, a identidade e a compreensão do coletivo.

Segundo Becker (2013), a urbanização tem sido negligenciada nos estudos sobre a Amazônia, ainda que cerca de 70% da população viva em núcleos urbanos. Para a autora *“as cidades têm sido cruciais para a ocupação e as tentativas de desenvolvimento ali experimentadas. Constituíram verdadeiros feitos humanos numa floresta tropical de tão difícil penetração, mas que alimentou vários sonhos e mitos de grandeza”* (Becker, 2013, p. 11). Por isso, reconhecer as particularidades na história da fundação de Paragominas pode nos ser útil para analisar, a partir de determinado ponto de vista, uma das faces da Amazônia contemporânea: o desejo de construção de identidade(s)⁴, desde que o discurso desenvolvimentista alcançou, definitivamente, a região.

Ao longo dos anos, Paragominas tem sido objeto de estudo de economistas, geógrafos, agrônomos, historiadores e outros cientistas sociais que se colocaram na disposição de investigar idiosincrasias deste lugar que já foi “capital do boi gordo⁵” e “Paragobalas⁶”; que tendo sido noticiado em 1996 como a cidade dos “alunos-jacaré⁷”, recebeu prêmios na última década pela gestão eficiente da merenda escolar⁸; e, integrando a lista dos municípios que mais desmataram nas últimas décadas, tentou reverter essa tendência e conquistou o título de “Município Verde⁹”.

O objetivo desta pesquisa foi analisar discursos referentes à fundação de Paragominas no contexto do Projeto Nacional-Desenvolvimentista na Amazônia, considerando questões relativas à construção e consolidação de identidades. Foram analisadas narrativas históricas e biográficas em confronto umas com as outras e em relação ao contexto de sua produção. A

⁴ Nesse estudo a categoria de análise “identidade” será utilizada tanto no singular quanto no plural. Quando se tratar de discussões teóricas a respeito do conceito, dar-se-á preferência à forma utilizada por cada autor, geralmente no singular. Quando a discussão enveredar pela compreensão da “busca/consolidação”, o termo será utilizado no plural: identidade(s). Esta escolha se dá pela compreensão de que a categoria analisada não é algo fixo, homogêneo, unívoco. Ao contrário, é múltiplo, heterogêneo e plural.

⁵ Paragominas se manteve no topo da lista dos maiores criadores de gado bovino no estado do Pará durante dez anos consecutivos, de 1983 a 1992.

⁶ Nome pelo qual Paragominas ficou conhecida em um período de muita violência e conflitos agrários.

⁷ Referência à falta de carteiras nas salas de aula de uma escola municipal, onde os alunos estudavam deitados no chão, com a barriga para baixo e a cabeça levantada em direção ao quadro, por isso, “alunos-jacaré”.

⁸ O Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar é uma atividade de avaliação, seleção e divulgação de boas gestões públicas municipais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Seu objetivo é destacar os prefeitos que realizam gestões criativas e responsáveis do PNAE e disseminar estas boas práticas, para que sejam conhecidas e adotadas por outros gestores.

⁹ Título atribuído após a criação do Projeto Município Verde, cuja agenda alcançava desde o cadastramento ambiental das propriedades rurais do município e o incentivo ao reflorestamento, até ações de educação ambiental, campanhas para a utilização de sacolas ecológicas e o aumento da área verde urbana até 2017.

primeira e fundamental narrativa é uma gravação deixada por Célio Miranda. No relato, gravado, provavelmente, em 1964, o idealizador de Paragominas apresenta não somente os fatos importantes para fins de registro histórico e político e do contexto socioeconômico da época, mas também deixa pistas que nos permitiram traçar um perfil dos valores, dos juízos e da “sabedoria de vida” do narrador/informante (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2015).

O percurso interdisciplinar no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia permitiu-me o contato com a abordagem micro-histórica, abordagem sustentada na redução da escala da observação como procedimento analítico que pretende revelar fatores não previamente observados. Segundo Levi:

Na micro história [...] o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão escondidas aos olhos do não iniciado. O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico (LEVI, 2010, p. 155-156).

Um dos interesses da investigação micro-histórica está na pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e na luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos materiais, sendo, essencialmente, “*uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas*” (LEVI, 2011, p. 135).

A abordagem micro-histórica toma o particular como seu ponto de partida e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico. Nesse sentido encontramos as possíveis relações com os estudos de história local e história regional. Para Viales Hurtado (2010), a definição de *região* é complexa e envolve dimensões estruturais, construtivistas e de representação social. Assim, partindo da compreensão de que as regiões são uma construção social que estão em constante movimento e evolução se faz necessário considerar para a sua análise os elementos sociais, políticos, históricos e subjetivos, sem deixar de lado os aspectos naturais: relevo, clima, solo, hidrografia, vegetação, fauna, etc.

A noção de transformação presente nas realidades locais, regionais e nacionais se forma porque estas se mantêm evoluindo historicamente graças ao movimento das populações (processos migratórios) e a construção de novas vias de comunicação, que transformam as relações tempo-espaço, uma vez que a ideias também estão em movimento. É sob esta ótica que Viales Hurtado insere na discussão o conceito de colonialismo interno, segundo o qual a destinação dos recursos naturais, do mercado de importação e exportação, os investimentos são todos em função da metrópole, o que provoca o desenvolvimento distorcido dos setores regionais.

Para compreender como estes processos acontecem uma alternativa metodológica é a busca de informações em censos, anuários estatísticos, atas municipais, informes econômicos, além do resgate da memória histórica por meio de entrevistas (fontes orais). A interpretação dos problemas estudados pelos pesquisadores se localizam em três planos diferentes: a historicidade, a historização e a memória histórica; e os estudos de história regional têm que se sustentar em, pelo menos, cinco categorias de análise: a escala, a temporalidade, a área, os atores e as subjetividades (VIALES HURTADO, 2010).

Das considerações sobre os discursos produzidos em Paragominas, a respeito de sua fundação, a partir da década de 1960, e da reflexão sobre como eles dialogam com a conjuntura social e política na Amazônia e no Brasil, surgiu a minha proposta de pesquisa. Os discursos, por estarem inseridos num tempo e num espaço determinados, integram uma realidade histórica e social à qual pertence o enunciador. Por isso, ao realizar a análise dos discursos sobre a fundação de Paragominas, faz-se necessário observar as questões relacionadas à construção de identidades, uma vez que por meio das relações estabelecidas com as ideologias com as quais convivemos, construímos a realidade e somos capazes de dizer quem somos e manifestar nossa(s) identidade(s).

Os discursos que foram sendo forjados a respeito de Paragominas partem de perspectivas diferentes e, por vezes, antagônicas. Ao fato histórico da fundação de uma cidade no meio da floresta amazônica estão atrelados diversos discursos gerados sob a ótica de sujeitos também diversos: os que planejaram o novo município, os que foram integrados ao projeto e os que sofreram seus impactos, por exemplo. Por isso, o diálogo interdisciplinar na construção do conhecimento é, definitivamente, necessário.

Burke discute a respeito do diálogo (conceitual e metodológico) entre teóricos e historiadores, e as contribuições que uma postura mais aberta pode trazer para a compreensão dos fenômenos estudados, pois, segundo o autor “*vivemos em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas*” (BURKE, 2002, p. 37). Segundo Cardoso (2005), não se trata de adotar uma postura interdisciplinar, somente, de modo a evitar uma escolha unilateral durante a pesquisa. Mais do que isso, é preciso perceber como em sociedade os elementos se interferem mutuamente e utilizar das ferramentas possíveis para responder ao que nos perguntamos enquanto pesquisadores.

Ainda na discussão sobre a escrita da história, Avelar defende que a utilização de narrativas biográficas procurou recuperar a feição humana dos processos históricos. Para o autor:

A biografia suscitou preocupações com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito (AVELAR, 2010, p. 158).

A impossibilidade de enquadrar os indivíduos em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos têm como consequência uma pluralidade de identidades, referências, locais, de modo que uma individualidade fixa, unitária e coerente parece perder o sentido. Desse modo, “*os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade*” (AVELAR, 2010, p. 162). Segundo Souza (2007, *apud* AVELAR, 2010,) o historiador deveria enfatizar as trajetórias individuais para, por intermédio delas, percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. Para Borges:

A narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro. Talvez este seja o grande desafio do trabalho biográfico: ao falar do seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades (BORGES, 2009, p. 232).

Sob esta perspectiva, o que deve interessar ao pesquisador são os passos de uma trajetória singular “*que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica*” (AVELAR, 2010, p. 189). Estas considerações são importantes para a construção textual que me pretendi realizar, uma vez que a escolha da narrativa deixada por Célio Miranda como *corpus* fundamental desta pesquisa figura dentro da perspectiva de escrita da história a partir de narrativas biográficas.

Com o intuito de contribuir com as diligências em favor da emancipação de Paragominas¹⁰, Célio Miranda produziu uma rica e minuciosa narrativa apresentando detalhes sobre a fundação da cidade, a partir dos quais é possível lançar um olhar sobre a sua história no contexto regional e nacional. É sobre esta narrativa¹¹, gravada pelo próprio Célio Miranda, enviada por sua família aos cuidados da professora de história Glaucia Lygia Rabello Leal (autora do livro *Paragominas: a realidade do pioneirismo*) e recuperada pela professora de história Solange Luciano de Lucena, a principal fonte da minha pesquisa. Por se tratar de um

¹⁰ O município foi emancipado em 4 de janeiro de 1965.

¹¹ Relato gravado por Célio Miranda, provavelmente em 1964, cedido a mim para a realização desta pesquisa pela Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas (SECULT).

material gravado em fita magnética e da inexistência em Paragominas de um equipamento que pudesse fazer a leitura e reprodução da gravação, a caixa contendo a narrativa de Célio Miranda esteve, por muito tempo, esquecida. Somente em 2004, Américo Leal, na época responsável pela direção da TV Paragominas¹², tendo encontrado a caixa com as fitas, entregou-as à Solange Luciano de Lucena, funcionária pública e professora de história, que decidiu tentar recuperar a gravação.

Em um estúdio de gravação em Belém, percebeu-se que o trabalho seria mais difícil do que se imaginava. Além do precário estado da fita – desgastada pelo tempo e pela umidade –, a gravação tinha sido realizada em uma rotação não convencional o que a tornava totalmente inaudível. A hipótese mais coerente é a de que tendo muito a dizer e pouca fita disponível, Célio Miranda tenha alterado a rotação do gravador para que pudesse concluir sua narrativa. Vencidas as dificuldades – depois de inúmeras emendas cada vez que a fita se rompia – e desvendado o “mistério” da rotação, o técnico de som conseguiu transformar o material de quase duas horas de áudio em 20 faixas digitalizadas.

Ainda que não se trate de uma entrevista, em sentido estrito, o material guarda aspectos próprios da narrativa, uma vez que *“não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo como no sentido”* (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2015, p. 92). Mais do que saber a respeito das motivações que trouxeram Célio Miranda à região amazônica, o leitor poderá entrar em contato com o primeiro discurso produzido a respeito de Paragominas. Propositalmente, incluí trechos significativos da narrativa, por considerar a importância do material “não-indexado” (SCHÜTZE, 1992 *apud* BAUER & JOVCHELOVITCH, 2015), ou seja, os valores, juízos e sabedoria de vida, que somente são perceptíveis por meio da citação direta da fala do narrador. Segundo Benjamin (1994, p. 205):

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de arteção – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Nesta pesquisa, a linha mestra que conduz minha investigação é a narrativa de Célio Miranda. No entanto, outros elementos foram colocados em cena, sobretudo o contexto das políticas governamentais implementadas para o desenvolvimento da Amazônia e sua inserção na economia nacional, na perspectiva de que este movimento permita estabelecer conexões

¹² Emissora de TV mantida pela Administração Municipal.

entre o que nos é apresentado pelo fundador de Paragominas em diálogo com os acontecimentos em esfera nacional. De fato, o quadro geral desta análise é complexo e múltiplo, pois se trata de uma cidade jovem¹³, planejada e construída por forasteiros em terras amazônicas; porque aqueles que chegaram para fazer a cidade, fizeram mais do que ruas, praças e avenidas, fizeram a própria história; porque os agricultores, pecuaristas, empresários que aqui chegaram fizeram mais do que enriquecer o próprio patrimônio e do país; e os colonos, indígenas, migrantes pobres tantas vezes esquecidos pela história oficial fizeram mais do que se calar (ou se aliar às forças dominantes). Em campo estão questões mais amplas como a migração e suas implicações nas relações sociais, além dos projetos de desenvolvimento implantados à época da criação da cidade, baseados na exploração desordenada dos recursos naturais, hoje incompatíveis com as exigências éticas e legais da humanidade em relação ao meio ambiente.

Subdividi a apresentação dos resultados da minha pesquisa em três capítulos. No primeiro – Linguagem, Identidades e Análise do Discurso – apresento a discussão teórica sobre os estudos do discurso e a questão da identidade, bem como a metodologia utilizada na pesquisa. No segundo capítulo – Paragominas: a cidade idealizada – exponho fatos sobre a fundação de Paragominas, a partir do relato deixado por Célio Miranda e da contribuição de outros narradores, além de dados gerais sobre Município (atividades econômicas desenvolvidas, ocupação do território, demografia, entre outros) de modo a apresentar em linhas gerais o contexto pesquisado. No terceiro capítulo realizo a análise do discurso, que se dá, primeiramente, situando tais discursos no tempo e no espaço. Por isso, busquei relacionar o sonho de Célio Miranda de fundar uma cidade na Amazônia com o Projeto Nacional-Desenvolvimentista que estava sendo implantado no Brasil, cujas marcas foram a construção da Rodovia Belém-Brasília e a da nova capital federal.

¹³ Em 2017 completou 52 anos de emancipação.

CAPÍTULO 1

LINGUAGEM, ANÁLISE DO DISCURSO E IDENTIDADE

1.1.- Palavras, Narrativas e Análise do Discurso

A língua, produto social, mutável e dinâmica, como foco de estudos tem despertado a atenção de grandes estudiosos e pesquisadores com a finalidade de entender a dimensão linguística frente ao contexto sociocultural de cada indivíduo. Refletir acerca da língua significa pensar também nos processos de fala e de escrita: pensar a linguagem em seu uso. Ao longo da história, muitos debates têm surgido a esse respeito, situando o interesse pela linguagem em um plano milenar. As primeiras reflexões datam da antiguidade clássica, na Grécia, com a Filosofia, que se viu levada a estudar a estrutura do enunciado para poder tratar do juízo. Tomando como princípio a relação da linguagem com o conhecimento, temos a primeira classificação de palavras (nomes e verbos), realizada por Platão; depois, Aristóteles, que acrescentou à classificação as partículas (AUROUX, 1992).

Os estudos gregos sobre retórica e gramática dão continuidade a esta reflexão. A Retórica se apresenta como o estudo das técnicas de convencimento dos ouvintes por aquele que fala: o orador. Por outro lado, a Gramática é vista como um modo de ensinar a ler e a escrever corretamente. Esta se apresenta como norma de correção, e aquela como regra de convencimento; uma “valoriza” a língua, enquanto a outra, a relação orador/ouvinte. Na Índia, no mesmo período, encontramos os primeiros estudos fonológicos que tinham a finalidade de estabelecer, de modo perfeito, que som deveria ser produzido nos cânticos sagrados, resultando em sua rigorosa descrição. O que está em foco é a correção da descrição de uma qualidade fônica; a descrição da forma da língua, nela mesma (AUROUX, 1992).

No início do século XIX, com a linguística comparativa, surge o pensamento moderno sobre linguagem. Os estudos se voltam para as relações genealógicas entre as línguas, e o objeto do linguista são as formas em seu processo de mudança. Somente no século seguinte Ferdinand de Saussure inaugura a Linguística Moderna, situando a língua como objeto de estudo da Linguística.

A palavra discurso, do latim *discursos*, é formada por dis-, “fora”, acrescida de *currere*, “correr”. Literalmente, significa “correr ao redor”. Metaforicamente, é entendida como “lidar com um assunto por vários pontos de vista”. Discurso é, portanto, a palavra em movimento. Enquanto a Linguística concentra sua atenção na língua como um sistema de signos, e a

Gramática nas normas que regem as situações formais de uso (a variedade de prestígio de uma língua), a Análise do Discurso (doravante AD) põe-se a tentar compreender a língua enquanto trabalho simbólico. Se o discurso é a prática da linguagem e com o discurso observa-se o homem falando, o trabalho do analista do discurso está na compreensão da língua como parte constitutiva deste homem e da sua história (ORLANDI, 2001).

Enquanto disciplina, a AD tem seu início nos anos 60 do século XX. No entanto, seu objeto de estudo – a língua funcionando para a produção de sentidos – já se apresentara, mesmo que de forma não sistemática, em diferentes épocas e sob outras perspectivas. A novidade que a AD prenuncia está na questão fundamental: “como este texto significa?”. Desse modo, diferencia-se da análise de conteúdo, que procura atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado, como se a linguagem fosse algo transparente. Para responder àquela pergunta, a AD “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2001, p. 18).

Esta compreensão difere-se substancialmente da noção de mensagem, conforme o esquema elementar constituído por emissor, receptor, código, referente e mensagem. Para a AD, não são possíveis nem a separação entre emissor e receptor, tampouco a sequência fala-codificação, uma vez que não se trata apenas da transmissão de informações e, sim, de um processo que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. Sob essa perspectiva, o discurso ultrapassa a noção de mensagem transmitida e codificada, com fim apenas na comunicação, e constitui-se como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2001, p. 21).

A noção de discurso também não pode ser correspondente à de fala, tal qual nos apresenta Ferdinand Saussure, no *Curso de Linguística Geral*. Para o autor, a linguística é constituída por todas as manifestações da linguagem humana e o seu estudo pode ser dividido em duas partes: a língua (*langue*), que é “social em sua essência e independente do indivíduo”; e a fala (*parole*), “parte individual da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p. 27). Esta se refere ao ato individual de escolha das palavras para a enunciação do pensamento pessoal do indivíduo. A língua – sistema de signos interiorizado culturalmente pelos sujeitos falantes – é exterior ao indivíduo, não pode ser criada nem modificada por ele e sua existência se dá em virtude “duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da mesma comunidade” (p. 22). Para Saussure (2006, p. 27),

[...] a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos

exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independe da vontade dos depositários.

Ao lado dessa distinção, língua e fala, Saussure coloca outra: sincronia e diacronia. A palavra *Diacronia* vem do grego (*dia* “através” e *chrónos* “tempo”) e significa “através do tempo”; e *Sincronia* (*syn* “juntamente” e *chrónos* “tempo”), também do grego, quer dizer “ao mesmo tempo”. Do ponto de vista sincrônico, Saussure vê a língua como um sistema em que um elemento se define pelos demais elementos, ou seja, o estudo do funcionamento da língua é isolado dentro de um recorte temporal e a língua passa a ser estudada como um sistema de elementos linguísticos. Saussure (2006, p. 97) diz que para o falante a sucessão dos fatos linguísticos no tempo não existe. Não interessa para ele se *mulher* veio de *muliére*, mas que *mulher* se opõe a *homem*, por exemplo.

Já o estudo diacrônico é a sucessão de diferentes sistemas ao longo do tempo (FIORIN, 2006). Aqui o objeto de estudo é a relação entre um determinado fato e outros anteriores ou posteriores, que o precederam ou lhe sucederam. “Os fatos sincrônicos são particulares; a modificação de um sistema se faz pela ação de acontecimentos que não apenas lhe são estranhos, como também isolados, sem formar sistema entre si” (SAUSSURE, 2006, p. 111).

A língua será sempre sincronia e diacronia, pois, como afirma Saussure, “*a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado*” (SAUSSURE, 2006, p. 16). Com essa nova maneira de pensar a língua no século XX Saussure abriu caminho para novos estudiosos, novas abordagens e teorias, como afirma Santos:

[...] do século XIX até o final da década de 1950, são realizados muitos estudos sobre *langue*, *parole*, competência, variação etc. A partir daí, são introduzidos estudos enunciativos, pragmáticos, discursivos e textuais com vistas a analisar os diferentes usos linguísticos e seus aspectos teóricos (SANTOS, 2013, p. 210).

Reconhecendo em Saussure o ponto de origem da ciência linguística, Pêcheux constrói a noção de discurso, fornecendo as bases teórico-metodológicas para o desenvolvimento da AD. A partir da dicotomia língua/fala, do ponto de vista saussuriano, compreendendo que esta oposição não seria suficiente para explicar as questões do discurso, Pêcheux propõe refletir a partir de um ponto intermediário, entre linguagem e ideologia. Distanciando-se ainda mais de Saussure, Benveniste estuda a subjetividade trazendo-a para o cerne dos estudos linguísticos. Nessa perspectiva, a língua, até então entendida como instrumento de comunicação e

transmissão de informação, passa a ser considerada essencialmente social, uma estrutura em funcionamento, concebida no consenso coletivo, pois *“somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, as relações que, por seu turno, fundamentam a sociedade”* (BENVENISTE, 1989, p. 63). Desse modo, afirma Santos (2013, p. 233) que o discurso *“é entendido em uma iminência histórica e social, em que a linguagem é apreendida não como mera unidade significativa, passível de decodificações, mas como efeito de sentido entre os sujeitos”*.

Segundo Orlandi, não se trata de opor discurso à língua, como se ele [o discurso] fosse apenas uma ocorrência casual, individual, dentro de um sistema linguístico onde tudo se mantém. Para a AD, *“nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos”* (ORLANDI, 2001, p. 22). Sob essa perspectiva, a língua é condição de possibilidade do discurso.

A AD trabalha com a língua no mundo, leva em conta o homem e a sua história, relaciona a linguagem à sua exterioridade¹⁴ por meio da análise das relações estabelecidas pela língua com os sujeitos que as falam e as situações em se produz o dizer. Por isso, articula-se entre dois campos do saber: o das Ciências Sociais e o da Linguística. Esta nova forma de conhecimento, na qual o político e o simbólico se confrontam, critica a prática destas duas ciências, refletindo sobre a interação entre ideologia e linguagem: esta materializada na ideologia, aquela, manifestada na língua.

[...] os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística. Em consequência, não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio histórico, em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato que elas significam” (idem, p. 16).

Os estudos do discurso – pela conjugação da língua com a história na produção de sentidos – procuram compreender a língua não só como uma estrutura, mas como um acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história. Para Foucault (2000, p. 20-21), *“somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem”*. Daí a razão pela qual não se separa forma e conteúdo, mas compreende-se uma forma material, que reúne estrutura e

¹⁴ Entende-se por *exterioridade* em AD as chamadas *condições de produção*: o falante, o ouvinte, o contexto comunicacional e o contexto socio-histórico.

acontecimento. Para Orlandi, “*na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história*” (idem, p. 25). Assim:

[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. [...] A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da experiência humana (idem, p. 15).

Todo discurso produzido, por estar inserido num tempo e num espaço determinados, constitui-se parte de uma realidade histórica e social mais ampla à qual pertence o enunciador. Conceber a linguagem enquanto um processo de interação verbal implica perceber um elemento fundamental para que haja o “ato de linguagem”: a existência de uma relação social imediata. Dessa forma, é necessário que os indivíduos participem de uma mesma comunidade linguística, a fim de que a enunciação seja concretizada. Para Bakhtin (2006, p. 36), “*a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico*” podendo somente ser analisada quando considerada como um fenômeno social constituído pela interação entre estes dois aspectos.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 2006, p. 32)

Partindo do pressuposto de que todo discurso advém do diálogo, dizemos que é pela resposta ativa do interlocutor que se estabelece a *interação verbal*, responsável pela materialização do discurso. Esse diálogo é irrepetível, o que faz do momento da enunciação um evento que é proferido uma única vez em determinada situação de interação. Por conta disso, o enunciado é visto por Bakhtin como a unidade real e concreta da comunicação discursiva.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2006, p.125, grifos do autor).

Para Bakhtin, a construção do enunciado apresenta variantes que se entrecruzam no momento da interação verbal: i. o gênero; ii. a intenção do falante e, iii. a expressividade. O gênero pode ser entendido como as dimensões linguística e social nas quais o discurso está

inserido. Diz respeito à “situação social imediata”, da qual falamos anteriormente, que determina a formulação do enunciado e constrói ligações entre os falantes. São estes aspectos que diferenciam um discurso produzido num bar de outro apresentado em um seminário; e que orientam o enunciado de acordo com o lugar social – se é o chefe ou o funcionário, o pai ou o filho, o pesquisador ou o informante, por exemplo.

As outras duas variantes, intenção do falante e expressividade, completam-se mutuamente, uma vez que dizem respeito à relação valorativa do falante com o sentido do enunciado que profere (no caso da primeira) e, da subjetividade que o acompanha (no segundo caso). Por estas considerações, diz-se não existir discurso absolutamente neutro; todo enunciado é, portanto, dotado de ideologia(s) capaz(es) de estabelecer juízos de valor ao conteúdo da enunciação. Para Maingueneau (2005), os sujeitos enunciadore, seus presumíveis destinatários e os gêneros de discurso formam um todo inseparável, constituindo o tom ideológico dos discursos.

Dentre as contribuições da *Análise do Discurso* para os estudos da linguagem, talvez a mais importante tenha sido a ressignificação da noção de ideologia. Orlandi apresenta-a como uma definição discursiva de ideologia. Para a autora, dizer que não há sentido sem interpretação implica atestar a presença evidente da ideologia, pois ela é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Em outras palavras, afirma que “*o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer*” (ORLANDI, 2001, p. 46).

A noção de ideologia apresentada por Bakhtin se relaciona com o conceito de signo linguístico, visto que “*cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade*” (BAKHTIN, 2006, p. 31). Desse modo, diz-se que todo signo é ideológico, podendo concordar com a realidade apresentada ou distorcê-la, adequando-a a um ponto de vista específico. Bakhtin define dois grupos de ideologias: o primeiro corresponde à ideologia do cotidiano, da palavra interior e exterior que acompanha as ações do sujeito; já o segundo diz respeito aos sistemas ideológicos constituídos que, perpassados por ideologias do cotidiano, recebem novos valores e passam a ser vistas como sistematizados. Por esta perspectiva, diz-se que toda ação é conduzida por uma ideologia e que qualquer discurso é elaborado a partir de uma posição ideológica, que será defendida no percurso da enunciação, mesmo que disfarçadamente. Cabe notar que, ainda que se defina original, nenhum texto afirma realidades plenamente novas, o que faz do discurso um fenômeno que redefine e revaloriza sistemas ideológicos pré-existentes. Ao contrário, o que fazemos é transmitir e legitimar nossa ideologia através da fala do outro.

Para a AD, tanto a ideologia quanto o inconsciente atravessam o sujeito e provocam transformações. O sujeito uno apresentado por algumas teorias da enunciação dá lugar ao sujeito descentrado, que, não se constituindo a fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, tem a ilusão de sê-lo. Por isso, dois aspectos intervêm para na constituição do sujeito do discurso: primeiro, a compreensão de que o sujeito, ainda que acredite ser livre, é constantemente interpelado pela ideologia; e, segundo, que mesmo acreditando estar no domínio do consciente, o sujeito é dotado de inconsciente.

Sobre o sujeito e sua forma histórica, Orlandi (2001) afirma que ele é, ao mesmo tempo, livre e submisso. Livre porque pode tudo dizer. Mas, submisso, porque se submete à língua para sabê-la. É este o conceito apresentado como assujeitamento, advindo do materialismo histórico, o sujeito desejante, sujeito do inconsciente, constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia. Compreendendo o homem na sua historicidade, a AD apresenta uma ambiguidade na noção de sujeito, pois, ao mesmo tempo em que determina o que diz, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos. Para Henry (1992, p. 188), “*o sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação*”.

Quando discorre sobre *condições de produção e interdiscurso*, Orlandi afirma que para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia é necessário observar a existência de um “já-dito” que sustenta a possibilidade do dizer. Para esta autora, as condições de produção podem ser consideradas tanto a partir do seu sentido estrito (nesse caso dizem respeito às circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato) quanto a partir de um sentido mais amplo, incluindo o contexto socio-histórico e ideológico. Dito de outro modo, as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória como partes integrantes na produção de sentidos. A memória, nessa perspectiva, é tratada como interdiscurso. Este, por sua vez, é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.

É o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2001, p. 31).

Segundo Orlandi, há uma relação entre o “já-dito” e o que se está dizendo. Esta relação é a mesma existente entre o interdiscurso e o intradiscurso. Estes dois conceitos diferem-se substancialmente do que se entende por intertextualidade, e é necessário não confundi-los. Enquanto o interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o

que dizemos, o intradiscurso é aquilo que estamos dizendo em determinado momento. A relação da qual fala a autora se dá uma vez que só é possível “dizer” (intradiscurso) se nos colocamos na perspectiva do “dizível”. Ao mesmo tempo, é a historicidade (o interdiscurso) que determina o que é relevante para a discursividade em determinada situação. Sob essa perspectiva instaura-se uma nova prática de leitura que põe em cena o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o “*não-dito*” *daquilo que é dito, como uma “presença de uma ausência necessária. Isso porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras”* (idem, p. 34).

Considerando que o indivíduo, pelo uso da língua, determina sua existência, é pela faculdade humana da linguagem que o homem faz/refaz sua relação com a natureza e com a sociedade. Logo, só é possível conceber a constituição das identidades relacionando-as aos discursos. É pela palavra de outrem que formulamos a nossa e a partir das relações estabelecidas com as ideologias com as quais convivemos que construímos a realidade e somos capazes de dizer quem somos e manifestar nossa identidade.

Penna considera o uso da língua como elemento fundante no processo de construção identitária de um indivíduo. O autor afirma que as...

marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionadas. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta apreensão dá-se, sempre, através de atos de pensamento e linguagem (PENNA, 1992, p. 167).

Para Castells, “*quem constrói a identidade coletiva, e para que esta identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem*” (CASTELLS, 2010, p. 23-24). Sob esta perspectiva da construção de identidade os atores sociais são, de fato, atores, no sentido de que são responsáveis pelo processo de simbolização, uma vez que este se constitui fonte de significado para eles mesmos. O mesmo autor afirma que “*embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.*” (idem, p. 23). Daí o sentido da expressão identidade de projeto: “*quando atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social*” (idem p. 24).

O linguista Kanavillil Rajagopalan afirma que “*a identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes*” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 40). Sob esta ótica, discute-se a identidade como uma realidade construída, uma representação simbólica que se encontra vinculada a questões de reconhecimento. O conceito de identidade como algo homogêneo, fixo e sólido há tempos não responde à realidade do mundo pós-moderno. Apesar disso, a(s) identidade(s) construída(s) (e reconstruídas) a partir da fundação de Paragominas estão na própria configuração desta comunidade. O município de Paragominas é em muitos aspectos resultado de um projeto pessoal de Célio Miranda, mas que esteve, certamente, vinculado a interesses políticos e econômicos em esfera nacional.

1.2.- Caminhos metodológicos

O interesse acadêmico pela história de Paragominas iniciou na geração anterior à minha. Em meados dos anos 2000, Solange Luciano de Lucena (minha tia), escrevia sua monografia para a conclusão do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará, na qual discutiu a respeito da contribuição dos trabalhadores rurais na construção da história do município. Na mesma época, ainda no Ensino Fundamental, eu tinha acesso ao primeiro livro da historiografia local do município, *Paragominas: a realidade do pioneirismo*, escrito por Gláucia Lygia Rabello Leal, na época, minha professora de história. Aproximadamente dez anos depois, no último ano do curso de Licenciatura em Letras, pela Universidade do Estado do Pará, no campus de Paragominas, eu me questionava sobre qual caminho seguir para a produção do projeto de pesquisa para a conclusão do curso. Escolhi, pela primeira vez, pesquisar Paragominas.

No exercício de ver, viver e, a partir de então, pesquisar Paragominas, as imagens e as interpretações da cidade foram cativando o meu olhar. Em meados de 2014, tive acesso à narrativa deixada por Célio Miranda e enviada à professora Gláucia, na época da produção do livro que ela escrevia. Mais de uma década havia se passado desde a recuperação deste material e pouco (quase nada) havia sido feito dele. Detalhes ainda não revelados, curiosidades, projetos, sonhos... estava tudo guardado em mais de duas horas de gravação. A aprovação no curso de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará, motivou-me a revisitar, numa perspectiva analítica, a história sobre a origem de Paragominas.

Como minha formação se deu na área dos estudos da linguagem, busquei no suporte teórico-metodológico da Análise do Discurso os meios para refletir sobre o objeto de pesquisa. Além da AD, amparei-me na perspectiva da história oral. Ainda que a utilização da história oral como recurso para a investigação de historiadores e outros estudiosos não seja, do ponto de vista metodológico, consensual, é por meio dela que são possíveis novas versões da história, graças ao registro de reminiscência das memórias individuais e da reinterpretação do passado (THOMPSON, 2001, p. 19). Em comparação com as fontes escritas, o processo da entrevista, entretanto, levanta algumas dificuldades. Por exemplo, os pesquisadores podem divergir sobre como ler um documento, mas o objeto em si permanece o mesmo, independentemente do talento e do estado de espírito do pesquisador. Já a história oral, depende de uma fonte bastante variável (a entrevista) por causa do envolvimento do pesquisador no processo de sua produção (HALL, 1992).

Tendo feito contato com os entrevistados e contextualizado o objetivo da minha pesquisa, agendamos as entrevistas. O momento escolhido foi definido pelos próprios entrevistados. Em casa ou em seu local de trabalho, a disponibilidade em rememorar os fatos sobre a chegada de cada um a Paragominas foi a mesma. A primeira entrevista, ainda em 2015, durante o período letivo do curso de Mestrado, foi realizada com Evandro Moreira, ex-prefeito de Paragominas, residente no município desde 1966. Migrante baiano, o empresário aposentado conversou comigo sobre as motivações que o fizeram deixar a Bahia e estabelecer-se na região. Falou sobre as conquistas pessoais que guardava na memória e as expectativas que ainda mantinha para o futuro. Evandro Moreira não pode me conceder uma segunda entrevista pois faleceu meses depois. As demais entrevistas foram realizadas no decorrer da pesquisa: com Francisco Germano Medeiros, comerciante aposentado, natural do Rio Grande do Norte e residente em Paragominas desde 1970; e Iris Pereira Aguiar, gerente comercial, natural da Bahia e residente no município desde 1964.

Considerando que minha intenção não era simplesmente a coleta de informações, as entrevistas se deram de forma semiestruturada, valorizando as histórias de vida, a memória dos sujeitos e as representações que fazem de si e da cidade. Por isso, também, o número reduzido de entrevistados. Esta ferramenta me permitiu uma observação sob outra perspectiva, uma vez que não analisa somente a informação, mas, principalmente, “*os interstícios do discurso*” (VOLDMAN, 2006, p. 35). Voldman discorrendo sobre a riqueza e a fraqueza da palavra-fonte afirma que...

... o historiador tem que navegar na crista de uma onda sempre prestes a arrebentar, seja na beira de uma memória reconstituída ou firmemente

construída por motivos diversos (preservação de uma identidade coletiva ou de um mito, proteção pessoal da vida passada, risco de ter que mudar o modo de representação de sua própria existência...) seja no curso de uma empatia participante que certos sociólogos, por seu turno, manipulam conscientemente, julgando estar assim ajudando a construir ou afirmar a identidade das pessoas solicitadas (idem, p. 38).

Segundo Kaufmann (2013, p. 33-34), o responsável pela produção científica que elabora saber, e não apenas coleta informações, é o artesão intelectual, ...

... aquele que sabe dominar e personalizar os instrumentos que são o método e a teoria, num projeto concreto de pesquisa [...] ele é ao mesmo tempo: homem de campo, metodologista, teórico, e recusa deixar-se dominar tanto pelo trabalho de campo quanto pelo método ou mesmo pela teoria, quando esta é dogmática (KAUFMANN, 2013, p. 33-34).

Além das entrevistas realizadas no período letivo do programa de mestrado, foram incluídas no *corpus* da pesquisa outras gravações produzidas pela professora de história Solange Luciano de Lucena¹⁵ cujos áudios foram, gentilmente, cedidos a mim para compor o material que seria analisado e, quando pertinente, utilizado na minha dissertação de mestrado. Em seu trabalho de pesquisa, Lucena se propôs a ouvir e divulgar a história das classes trabalhadoras de Paragominas a fim de reelaborar os processos históricos dessas populações.

A decisão por utilizar estas entrevistas se deu pela riqueza deste material recolhido entre os anos 1999 e 2003, portanto, aproximadamente uma década antes dos eventos que “transformariam” Paragominas no “Município Verde” da Amazônia. Considerando o que disse Hobsbawm sobre a escrita da história de seu próprio tempo, “*que mesmo o registro do passado se modifica à luz da história subsequente*” (HOBSBAWM, 1995, p. 109), e que a passagem do tempo fornece a “*derradeira arma do historiador, a percepção posterior ao evento*” (p. 108), avalio positivamente a inclusão de tais registros, uma vez que eles podem ser analisados sem o peso ideológico do “discurso verde”, que passou a fazer parte dos relatos sobre Paragominas e da compreensão dos aspectos de sua representação a partir de 2010.

Após o recolhimento e a transcrição das entrevistas, trechos significativos foram delimitados como *corpus* que, junto à narrativa de Célio Miranda, puderam compor o conjunto das fontes orais analisadas. Segundo Orlandi (2001, p. 62) “*A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. [...] Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, nem exaustividade em relação ao objeto empírico*”. Por isso, na escolha do *corpus* de análise,

¹⁵ Cf. LUCENA, Solange Luciano de. O poder do latifúndio: a contribuição dos trabalhadores na construção do município de Paragominas-PA (1950-1990). Castanhal: UFPA, 2000.

privilegiei os trechos que, direta ou indiretamente, dizem respeito ao discurso sobre a fundação do município de Paragominas e como estas narrativas contribuem na compreensão do processo dinâmico de construção de identidades. No total, foram utilizados trechos de seis entrevistas, as quais organizo no quadro abaixo para melhor visualização e compreensão (Quadro 1).

Quadro 1 – Lista de entrevistados organizados por local de nascimento, ano de migração, data da entrevista e entrevistador.

Nome do entrevistado	Estado de origem	Ano de migração para Paragominas	Data da entrevista	Responsável pela entrevista
Euza dos Santos Gonçalves	Minas Gerais	1963	2003	Solange Luciano de Lucena
Evandro Moreira	Bahia	1966	2015	Rayana Callou
Francisco Germano Medeiros	Rio Grande do Norte	1970	2017	Rayana Callou
Iris Pereira Aguiar	Bahia	1964	2017	Rayana Callou
José Maria Oliveira	Ceará	1967	1999	Solange Luciano de Lucena
Raimundo da Silva Milhomens	Pará	1961	1999	Solange Luciano de Lucena

CAPÍTULO 2

PARAGOMINAS: A CIDADE IDEALIZADA

“Foi u’a... foi u’a luta tremenda essa Paragominas. Só mesmo quem passou e sentiu... passou por ela é que sabe a angústia do pessoal” (Célio Miranda, 1964).

2.1.- A Paragominas de Célio Miranda

Paragominas nasceu primeiro no sonho de um homem, Célio Rezende Miranda, como empreendimento pelo qual ele almejava ser lembrado. É uma cidade “inventada”, idealizada, fundada pelo desejo de fazê-la rica e plena de condições para um rápido crescimento. O topógrafo e comerciante nascido em Patrocínio, em 14 de junho de 1920, foi casado com a advogada Eleuza Bittencourt de Miranda, com quem teve dez filhos (dos quais oito eram adotivos). No final dos anos 1950 ele buscava encontrar um lugar onde plantaria a semente do seu sonho: fundar uma cidade. Depois de duas tentativas interrompidas, uma nos arredores de Brasília e outra na região norte de Goiás, Célio decide voltar seu olhar para a Amazônia. A possibilidade de acesso à região pela Rodovia Belém-Brasília, cujas obras, em 1958, já haviam começado (Mapa 1), foi fundamental para a escolha de Célio Miranda.

Mapa 1 – Localização do município de Paragominas, Pará.



Fonte: IMAZON, *apud* Pinto et al 2009.

O sonho de Célio não era modesto, queria fundar o município mais bem organizado do Brasil, conforme ele mesmo relata em uma narrativa gravada em meados de 1964, direcionada ao General Mário Machado, responsável, na época, pelo recolhimento das informações necessárias para o processo de emancipação da cidade. O áudio foi registrado cinco anos depois da abertura da primeira clareira na mata e que os primeiros barracos de lona tinham sido erguidos no local onde atualmente se encontra a sede de Paragominas.

Com todo esse trabalho... com todo esse sacrifício... com toda essa angústia de sair de Goiânia e... e chegar até esse ponto que chegamos... nós agora atingimos a meta de emancipação do município... que pensávamos a tanto ano... tantos anos (MIRANDA, 1964, informação verbal).

No relato deixado por Célio Miranda são descritos fatos fundamentais para compreender a história da fundação de Paragominas, desde a saída de Goiânia-GO, em 10 de abril de 1959, de caminhão até Aruanã-GO; e depois o percurso que fizeram, de barco, até alcançar as margens dos rios Potiritá e Capim. Na caravana viajaram quarenta homens entre os quais estavam um agrimensor, quatro topógrafos, um piloto de barco e um motorista. Carregados com o material necessário, seguiram viagem num percurso que durou aproximadamente 45 dias.

De maneiras que agora era/ como eu chamei aí os amigos, os pioneiros de Paragominas, expliquei toda a situação, então tratamos de organizar a nossa caravana e partimos de Goiânia de caminhão até a região de... do Araguaia que é Aruanã, lá onde esperava um barco, o barco Bitia, é o que nos trouxe até a barra do Potiritá, fez esse percurso desde Aruanã até a barra do Potiritá, vindo da Belém, subindo o Guamá, o rio Capim, e até a barra do Potiritá. [...] Bem, lá em Aruanã – nós viemos de caminhão, muita chuva, muito pouco dinheiro, mas conseguimos chegar até Aruanã quando compramos esse barco fiado. [...] Bem, veio nessa caravana, veio quarenta homens, inclusive os topógrafos, é... cozinheiros, é... toda espécie de gente talhada para o determinado serviço já planejado. E como eu disse, em Aruanã compramos um barco lá fiado, porque nós não poderíamos/ as condições de vir de avião para aqui – que só vinha de avião ou de navio – nós não tínhamos condições, tinha que fazer a máxima economia. Ou vinha a pé ou de barco. Então resolvemos vir de barco. A pé ia gastar seis ou oito meses. (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Apesar de utilizar a 1ª pessoa do discurso – “*resolvemos vir de barco*” – Célio Miranda não fez a viagem junto com a caravana. Ele e um dos sócios – o topógrafo Eliel Pereira Faustino –, chegaram depois de avião. Após vencer as dificuldades durante a viagem, a inexperiência com a navegação pelos rios, as cachoeiras e toda sorte de problemas que o grupo veio a enfrentar, a chegada em Belém trouxe um susto e uma frustração. O narrador dessa história conta que os integrantes da caravana teriam sido detidos pela polícia. A justificativa foi a suspeita de que se tratava de contrabandistas. Célio Miranda relembra este fato com certa ironia.

Bom, na chegada de Belém eu já tava esperando eles. Todo mundo satisfeito, animado. É que, na chegada de Belém, a “boa” recepção que nós tivemos foi prisão pra todo mundo, inclusive de uns até raparam a cabeça, é... porque eles não acreditavam que nós vínhamos do Tocantins com aquele tipo de navegação; segundo é que era gente diferente, gente completamente diferente, e julgávamos contrabandistas, julgavam todos nós contrabandistas. [A gente] explicava que vinha pra fundar uma cidade aí na BR-14 eles não acreditavam, achavam isso uma loucura impossível. Mas com pouca conversa, com pouca argumentação eles foram soltos e nós tratamos de, então, seguir a nossa marcha... (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Do ponto onde desembarcaram até o encontro com o picadão¹⁶ da Rodovia, era preciso caminhar aproximadamente 50 km por dentro da mata. Altair Gomes da Silva, também topógrafo, foi quem indicou as coordenadas para abrir uma estrada pela qual poderiam trafegar de Jeep do ponto de abastecimento até o local estabelecido para o início da cidade, onde seria erguido o segundo acampamento.

E depois de trinta dias conseguimos chegar – nessa ocasião nós estávamos com cento e cinquenta homens – chegamos até a... a margem da estrada... do picadão, porque eles não tinha estrada, era um picadão da BR-14, onde plantamos ali Paragominas, né. Quer dizer que ficou... Saiu certinho, no rumo certo, desejado. Gastamos, naquela época, um milhão de cruzeiro nessa estrada, nós num tinha condição de gastar trezentos. Mas, era preciso ser feito, de qualquer maneira foi feito (MIRANDA, 1964, informação verbal).

O “picadão” do Altair, estrada construída pelo grupo que chegou à região sob o comando de Célio Miranda (Figura 1), atualmente corresponde a um trecho da Rodovia Estadual PA-256. Na época da gravação do relato, o trecho que liga Paragominas à margem do rio Capim (Mapa 2) continuava sendo utilizado e, segundo Miranda, foi “aproveitado” pela SPVEA.

¹⁶ Traçado aberto para a construção da Rodovia Belém-Brasília.

Figura 1 – “Picadão” do Altair, estrada aberta pela caravana de Célio Miranda.



Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas (SECULT).

Nós vamos abrir uma estrada de/ que nós começamos, gastamos nela mil conto, que é Rio Capim-Paragominas a... a Tomé Açú. Hoje foi aproveitada pela SPVEA pra fazer Tomé Açú, que é uma estrada muito importante pra nós, Tomé Açú-Paragominas, com 152 quilômetros, se não me engano (MIRANDA, informação verbal).

Mapa 2 – Principais estradas no entorno de Paragominas.



Fonte: Google Earth. Elaboração Juliane da Costa Cavalcante, 2017.

O planejamento era que a Belém-Brasília deveria entrecortar a sede do município que seria fundado. E assim se fez até 1976, quando as obras de asfaltamento da Rodovia alcançaram o município e, por motivos técnicos, o trecho de Paragominas a Ulianópolis foi desviado, o que corresponde hoje à PA-125. A cidade, então, ficou recuada 12 Km do traçado da BR-010 (Mapa 2). Francisco Germano Medeiros, que chegou a Paragominas no final da década de 1970, conta:

Que tiraram ela, que ela passava lá em Ulianópolis, lá, ainda hoje tem a estrada lá, se passa aqui, sai aqui no 204, Piriá... Aí tiraram, diziam que tinha umas ladeiras lá perigosas, tinha aquela ladeira lá do/, aí tiraram, era difícil, aí tiraram essa... ficou bom, ficou ela. [...] Que essa estrada aqui foi feita em 73 né, essa... Esse desvio. 73 fizeram esse desvio, mas parece que inauguraram em 76.¹⁷

Continuando o relato sobre a fundação de Paragominas, Célio Miranda conta que, no local escolhido para a construção da cidade, o grupo reafirmou o objetivo em comum – plantar a terra e fundar uma cidade – e uma placa de madeira, na qual se escreveu *Paragominas*, foi colocada para marcar o compromisso firmado (Figura 2).

Uma “placazinha”, um retrato até mal tirado, mas tá plaquinha lá, pus... escrevi com tinta lá: “Paragominas, todos por um e um por todos.” Então, com aquela plaquinha ficou, ficou dado início a segunda etapa do nosso trabalho, porque era ali que tinha que ser localizada: entre as nascentes do Uraim, é... a duzentos e poucos metros de altitude, a setenta quilômetros da margem do rio Gurupi, e a 304 km de Belém, tudo como estava planejado. (MIRANDA, informação verbal).

Figura 2 – Placa com a inscrição do nome da cidade.



Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas.

¹⁷ Francisco Germano Medeiros, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 17 de junho de 2017.

Célio Miranda residia em Belém e viajava a Paragominas frequentemente para orientar o andamento dos projetos. No relato ele lembra de certa vez em que, junto com outros quatro fazendeiros que vieram para conhecer a região, aventurou-se numa viagem pela Rodovia Belém-Brasília ainda em construção. O percurso de aproximadamente 320 km, que liga Paragominas à capital paraense, hoje pode ser percorrido em aproximadamente cinco horas de viagem. No “jeepinho”, enfrentando chuva, lama e toras de madeira pelo caminho, o grupo demorou quinze dias para chegar.

Porque, quinze ou vinte quilômetros de Paragominas a estrada tava ainda com pau né... Quer dizer que era só o desmatamento e queimado. E nós fomos atrás dos tratores com esse, um jeepinho comprado aqui em Belém, foi o primeiro veículo que entrou pela BR-14 aí, o primeiro que chegou a Paragominas. Fomos a... seguindo uns quinze quilômetros atrás de trator e o trator limpando os pau até que nós chegamos ao ponto desejado, que era o acampamento número dois do Altair (MIRANDA, 1964, informação verbal).

O desejo de Célio Miranda era fundar uma cidade com condições para crescer e desenvolver a região amazônica. Este pensamento está nas palavras e nos planos que traçou para Paragominas.

Quer dizer que, imediatamente nós emancipamos, a ideia nossa de emancipação, passar o... a... o imposto pra vinte conto cada légua, que tá custano... seis, sete conto, pu' exemplo, passar pra vinte conto. Ora, já é renda que dá pro município. E muita gente que já tá explorando a terra paga o imposto, traz o gado, traz o porco, produz o arroz. Quer dizer que revolucioná essa, essa, essa região. Por isso é que Paragominas vai progredir muito (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Quem entra em contato com a narrativa deixada por Célio Miranda, seja pelo material gravado, seja por meio de transcrições, percebe que o sucesso do “Projeto Paragominas” além de atender à expectativas de retorno financeiro para os envolvidos, faz parte de um ideal de vida. É assim que ele mesmo define aquilo que o motiva a realizar este projeto na Amazônia.

A visão nossa era fundar uma cidade. Visão de ganhar dinheiro era lógico que nós... é... nós teríamos que ter, porque ninguém vem do sul aqui – como hoje, por exemplo, uma passagem de avião custa noventa e seis contos, vem gasta quinhentos conto – quer dizer que o sujeito... o sujeito pode... se... tem... é... o interesse, o ideal, compreende, que a gente tinha. mas há o interesse, por exemplo, também de ganhar dinheiro. A gente quer ganhar dinheiro, todo mundo quer ganhar dinheiro. Ninguém vinha aqui, esses quarenta homens que vinham aqui e muito fazendero do sul, não vinham aqui por bunito não, só pelas matas bunitas, não... Você quer progredir... (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Sob a perspectiva daqueles que se autodenominaram “pioneiros”, Paragominas é este lugar construído à custa de suor e lágrimas; terra onde um planejamento dito “infalível” findaria com a elevação de uma cidade “perfeita”. Segundo Valverde & Dias, *“No sudeste (sic) brasileiro divulgavam que Paragominas [...] era uma zona onde dava tudo e tanto como as terras do norte do Paraná, sem que tivessem que enfrentar o problema das geadas”* (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 130).

Então... eu, eu tinha por princípio e por tese... um planejamento e esse planejamento não podia ser falho, quer dizer que tinha todos os, os seus itens estar de acordo com a... com a localização, com a... com a qualidade da terra, com o progresso, com as possibilidades de valorização e com uma série interminável de coisas que entram num planejamento. [...] O senhor pode crer: nós vamos fundar o município mais bem planejado / o município com terras tituladas, com a prefeitura organizada... com a... a parte da, da câmara municipal organizada, a parte administrativa, (quer dizer), do Brasil. Nós vamos fundar o município mais organizado do Brasil, o senhor pode crer (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Nos trechos da narrativa de Célio Miranda citados nesta seção é possível perceber como a escolha de palavras utilizadas por ele ao mesmo tempo em que produzem um efeito de sentido, atestam a marca do narrador. Verbos como “progredir” e “revolucionar” são mencionados inúmeras vezes durante todo o relato, sempre na perspectiva de consolidação do desenvolvimento na Amazônia, por meio dos sujeitos que ora se auto definem “pioneiros”. Os substantivos “luta”, “sacrifício” e “angústia”, também citados nos trechos anteriores, compõem uma rede semântica que conduz o ouvinte a uma postura compassiva diante dos feitos narrados.

Na construção da narrativa, a ordem dos eventos também contribui sobremaneira para alcançar o efeito de sentido desejado, ou seja, persuadir o ouvinte a respeito das vantagens do empreendimento Paragominas, a fim de alcançar sua adesão à tese (nesse caso, a emancipação). Para isso, Célio Miranda utiliza como estratégia a elevação ao nível de necessidade o que para ele é um desejo. Em outras palavras, o desejo de fundar uma cidade “perfeita” é transformado, no decorrer na narrativa, em uma necessidade em vista do desenvolvimento do país. Daí a importância de compartilhar com o ouvinte as dificuldades para a realização do desejo, desde a falta de dinheiro (compraram o barco Bitia “fiado”) até os transtornos durante no percurso (chuva, dificuldades de navegação, estradas não concluídas, detenção na chegada em Belém).

O discurso de Célio Miranda está no plano do ideal, uma vez que seus projetos não puderam ser totalmente realizados. Um dos motivos desta interrupção foi sua morte prematura, em 1966, então com 46 anos de idade. Ele mesmo afirma, no momento da gravação, que faltava ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar seus objetivos.

Quer dizer então tá aberto essas estradas. Agora o que tem feito... é... de “positivo” ainda num tem nada. Tem só plano. Mas, sem plano a gente não pode realizar nada (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Um exemplo do planejamento que Célio Miranda elaborou é a conservação de uma faixa de mata, de 500 a 600 metros, ao redor do núcleo urbano. Segundo o fundador, esta espécie de “anel” que envolveria a cidade tinha a função de auxiliar na circulação do ar e melhorar a climatização da área (temperatura, umidade e ventilação), oportunizando maior bem estar físico (conforto térmico) e psicológico.

Quer dizer que ali é... é um lugar sagrado, não pode tirar um pau dentro dessa faixa sanitária¹⁸ sem o consentimento da prefeitura. Que depois de desmatar, que formar tudo de colônia, a gente passa de avião e vê aquela área de mata em redor. Futuramente, um clima como é o nosso, quente, aquilo vai ser um colosso! Pra purificação do oxigênio e... mesmo pra posição de ventos... Vai ser uma coisa formidável (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Além de Célio Miranda, este imaginário idealizado de “cidade perfeita” alcançou, ainda, outros sujeitos. Por exemplo, o sindicalista e poeta José Maria Oliveira, que chegou a Paragominas em novembro de 1967, quando questionado sobre o signo “Paragobala”, atribuído ao município, ele afirma discordar da expressão.

Paragominas ela é tão boa, muitas vezes os seus moradores, os seus filhos é que são ingratos com ela. Eu não concordo muito com essa história de Paragobalas. Parece que isso dá até assim, FAMA, dá até VONTADE assim de ser machão... de ser isso e aquilo. Lá fora tem muitas pessoas que quando fala “Ah, é de Paragobalas”. Eu cansei de repreender por aí, por exemplo. Não! Tem nada de “Paragobalas”. Não tem isso!¹⁹

No relato de Raimundo Silva Milhomens, comerciante que chegou a Paragominas em 1961, uma das imagens que marcam sua memória é a dos “retões” da Rodovia Belém-Brasília, segundo ele, uma paisagem cinematográfica:

De longe.../ porque a Belém-Brasília é quase toda reta,/ então de longe... aquele/ do jeito que você vê num filme, é a mesma coisa. Porque num tem os filme, assim no deserto e tal? Então você está aqui e de longe você avistava aquele CANUDÃO sabe?²⁰

O objeto desta pesquisa – a Paragominas do sonho de Célio Miranda – a cidade de tantos homens e mulheres que aqui chegaram (e ainda chegam) para (re)começar a vida, talvez nunca tenha sido como seu fundador a idealizou. Ao invés disso, como foi evidenciado nas citações

¹⁸ Área “*non aedificandi*” cujo uso está vinculado a servidão de passagem, para efeito de drenagem, manutenção de vegetação, captação de águas ou rede de esgotos, e ainda respectivos espaços para manutenção e limpeza.

¹⁹ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

²⁰ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

das falas anteriores, uma imagem de cidade ia sendo construída. Seja sob a perspectiva de “lugar sagrado”, onde a preservação ambiental e o implemento da pecuária iriam (teoricamente) caminhar juntos; seja sob a imagem cinematográfica que marcou a memória de Milhomens; seja, ainda, pela negação do signo “Paragobalas”, que o município carrega. Por isso, na seção seguinte, apresentaremos além das narrativas, dados oriundos de pesquisas bibliográficas, com o intuito de permitir que o leitor construa uma imagem mais próxima da realidade.

2.2.- O Município de Paragominas

O município de Paragominas-PA foi criado oficialmente em 4 de janeiro de 1965, durante o governo de Jarbas Passarinho. Com uma população estimada em mais de cem mil habitantes²¹, a cidade atualmente possui área territorial de 19.342,254 km² (19,3 milhões de hectares) e, junto com outros 15 municípios, compõe a Região de Integração (RI) Rio Capim²² (Mapa 3).

Mapa 3 – Região de Integração do Rio Capim.



Fonte: SEPOF, 2012.

Na origem da fundação destes municípios podem ser identificados dois grandes ciclos de ocupação territorial: um primeiro, ainda nos tempos de colonização portuguesa, decorrente

²¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Paragominas estimada em 2016 foi de 108.547 pessoas. Os dados do último censo (2010) indicam 97.819 habitantes.

²² A RI Rio Capim é formada pelos municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

das expedições ao longo dos rios Guamá e Capim; e o outro, consequência da construção das rodovias que cortam o território, como a BR-010 (Belém-Brasília), a BR-316 (Pará-Maranhão) e a BR-222 (que liga a BR-010 a Marabá). Paragominas situa-se nesse segundo ciclo. Valverde e Dias informam que “*Embora seu desenvolvimento seja diretamente resultante da abertura da Belém-Brasília, o povoamento da zona de invernadas²³ de Paragominas foi iniciado antes que a rodovia tivesse atingido a região*” (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 129).

Segundo informações de um dos primeiros comerciantes da cidade, o senhor Raimundo Milhomens, de 1961 até 1963, o que viria a ser a sede do município abrigava um contingente populacional bastante reduzido.

Era simples... num era nem uma colônia ainda, porque o povo tava chegando há pouco. Na época que eu cheguei aqui eu acho que não tinha... eu acho que não tinha... vinte pessoas [...] O comércio toda vida, até 63 mais ou menos, foi devagar porque num tinha quase ninguém, né. Pessoal tava chegando de pouco²⁴.

Nessa época, as habitações na cidade eram rústicas e pequenas, em sua maioria; com teto de duas águas, cobertura de cavaco e chão de terra batida; com uma ou duas janelas e uma porta. Nas sedes das fazendas havia casas construídas com madeira beneficiada, assoalhadas e com cobertura de telha. As casas de alvenaria eram raras (VALVERDE & DIAS, 1967).

Dona Euza dos Santos Gonçalves chegou a Paragominas em 1963, quando tinha 15 anos de idade. Filha de uma comerciante e um fazendeiro, atualmente é empresária e ainda reside na cidade. Questionada sobre a movimentação de pessoas no vilarejo, ela diz lembrar apenas que chegava muita gente das fazendas em épocas de fazer compras. Ela faz memória das dificuldades enfrentadas pela falta de recursos e a inexistência de meios de transporte, o que justifica o número reduzido de pessoas. Dona Euza Gonçalves relata:

Agora quando vinham, assim, pra fazer compras, aí era aquele/ era muita gente [...]. E como a dificuldade era grande, poucos traziam família... Era mais aquela “homaiada” de fora que tinha, né. Então era muito pouco que vinha com família²⁵.

No início de 1965 existiam aproximadamente 200 casas e uma população estimada em 1.214 habitantes. As casas, nesse segundo momento, eram construídas com madeira beneficiada, “*dispostas verticalmente, com ripas nos interstícios; teto de duas águas com*

²³ No texto de Valverde & Dias (1967) os autores utilizam o termo “invernada” com vários sentidos: a) caracterização da região de Paragominas; b) local destinado à criação de gado bovino; c) pastagem.

²⁴ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

²⁵ Euza dos Santos Gonçalves, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 15 de novembro de 2003.

cobertura de telhas, cavacos ou amianto; geralmente assoalhada, e com sistema de abastecimento de água de poço; mas algumas possuíam água encanada” (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 139).

Até a década de 1980 a distribuição demográfica do município era predominantemente rural. Ao longo dos anos, porém, esta conjuntura foi modificada radicalmente (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do censo demográfico de Paragominas-PA (1970-2010).

Ano	Total	Rural	Urbana	Densidade demográfica
1970	14.697	13.014	1.683	0,5 hab/km ²
1980	48.112	35.755	12.357	1,8 hab/km ²
1991	67.075	27.021	40.054	2,7 hab/km ²
2000	76.450	18.210	58.240	3,0 hab/km ²
2010	97.819	21.308	76.511	5,05 hab/km ²

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em 1970, cerca de dez anos depois das primeiras incursões com vistas à ocupação do território e cinco anos após a emancipação, apenas 11% da população vivia na sede do município. A massiva maioria, quase 90%, estava concentrada nas fazendas. Na década seguinte essa diferença diminuiu: aproximadamente 25% das pessoas viviam na cidade e 75%, no campo. Foi somente nos anos de 1990 que o IBGE registou aumento significativo da população urbana e, em contrapartida, diminuição no número de habitantes da zona rural.

Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, 78,2% da população residia na cidade, enquanto 21,8% residia nas áreas rurais. Em 2010, entre os 144 do estado do Pará Paragominas era o 13º município com maior número de habitantes e o de maior contingente populacional na Região de Integração (RI) do Rio Capim. Possuía uma população predominantemente jovem, 33,2% da população era formada por crianças e adolescentes até 14 anos de idade; 21,1% por jovens entre 15 e 24 anos de idade; e 41,5% por adultos entre 25 e 59 anos de idade. Os idosos acima de 60 anos de idade representavam 4,3% do total da população do município.

Cabe ressaltar que os limites políticos de Paragominas foram alterados duas vezes. Em 1988, para a criação do município de Dom Eliseu; e em 1991, para a criação de Ulianópolis. Em grande medida, a história da ocupação da área que corresponde hoje ao seu território e os “surtos econômicos” que geraram um crescimento explosivo podem esclarecer o aumento da densidade populacional a cada década.

A escolha do local onde seria erguido o núcleo populacional tem explicação nas atividades econômicas planejadas para ele. Desse modo, entre dois importantes rios da região

– rio Capim e rio Gurupi – e às margens da Rodovia Belém-Brasília, estabeleceu-se o início dos trabalhos para a ocupação. As primeiras experiências de cultivo visavam a subsistência, pois os custos com alimentação eram altos, já que o transporte não poderia ser realizado pela Rodovia, que ainda estava em construção.

Quer dizer que ficou lá... então... estabelecido que seria ali a fundação da cidade e que teria que, imediatamente, dar início a... a plantação de arroz, cana, milho híbrido... fazer a... primeira ROÇADO para estabelecer a base econômica para a alimentação, porque o arroz estava chegando pra nós ali vindo pelo rio Capim num preço absurdo. Depois surgiu a estrada, poderia vir pela estrada, seria mais barato – a estrada havia chegado ali aquele dia – com dificuldade vinha em dois dia, mas era ótimo! Mas nós não sabia o que acontecia pra frente (MIRANDA, 1964, informação verbal).

As atividades agrícolas na região de Paragominas durante a primeira década de ocupação estiveram em um plano secundário na estrutura econômica. Segundo Valverde e Dias:

Baseada no sistema de roças, a agricultura se apresenta como uma atividade suplementar. Mandioca, arroz, malva e milho são os produtos cultivados mais importantes. Arroz e malva são os únicos produtos comerciais, mas suas culturas divulgaram-se sobretudo como uma decorrência do baixo poder aquisitivo dos pequenos invernistas²⁶. Através da comercialização da malva e do arroz, conseguem eles superar, pelo menos em parte, as despesas que envolvem a abertura de invernadas (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 135).

Para complementar a alimentação, os primeiros moradores utilizavam, sempre que possível, as carnes de caça, até então fartamente encontradas na região.

Na época existia muita caça, né. [...] Olha uma vez... em 62 parece... é... na hora, que hora era, rapaz, parece que era umas dez horas do dia. Entrou uma manada de queixada aqui em Paragominas, uma coisa horrível. AVE MARIA, menina! Saiu lá em cima, naquele casa... Era só colônia... colônia da altura quase disso aqui. Foi tiro, foi tiro! Umás três horas de tiro o pessoal matando porco. Mas o porco cercou e matou muito porco... mas mataram! Teve gente que matou mais ou menos uns dez porco e num levou nenhum pra casa... porque num pegava. A turma que/ os que num atirava ia só pegando porco e levando pra casa. Mas era muito porco!

No entanto, o objetivo da fundação da cidade parecia ser mesmo a pecuária, conforme afirma José Maria Oliveira, que chegou em Paragominas em 1967:

Agora, Paragominas ela num... num chegou a... a ser implantada com o pensamento de... peq/ é implantação de pequena agricultura. Ela veio aí com o espírito de agropecuária, grandes fazendeiros. [...] Não existia usina de pilar arroz, era pilado no pilão... aí juntava dois, três e ia lá no pilão e pá, pá, pá, pá.

²⁶ A derrubada e a broca de um hectare custavam, em média, Cr\$ 140.000; para sementeira de capim, na produção das pastagens, a diária era de Cr\$ 1.000, com alimentação; os vaqueiros recebiam salário mínimo, com casa e comida; a diária na colheita do arroz era de Cr\$ 1.500 com alimentação (Cf. Valverde & Dias, 1967, p. 137).

E pilava aquele arroz... E botava no fogo lá, cozinhava e comia. O arroz era plantado por aqui, mas era muito pouca essa produção daquela época/ era muito pouco essa produção, né?! A maioria da... das coisas que a gente consumia por aqui vinha de fora. Vinha de outros lugares... Inclusive vinha de Belém, né?! Com dificuldade... com muita dificuldade²⁷.

Raimundo Milhomens, lembrando como era a rotina de alguns fazendeiros de quem ele era próximo, explica sobre a qualidade da carne produzida em Paragominas:

O Antônio Fernandes ele.../ domingo à tarde ele ia pra Belém com a turma que ele trazia de lá, que era pra negociar, vender terra, trocar terra. Eles ia daqui pra Belém/ eu ficava em Castanhal. [...] Então o Antônio Fernandes ia no domingo à tarde e o gerente ia na terça ou na quarta-feira. Aí o gerente vinha quinta feira e já trazia a ordem, sexta-feira é pra matar uma vaca. Matava a vaca na beira da estrada. Ficava... só tirava o fígado e o coração. Ficava a cabeça, com a LÍNGUA! Ficava a cabeça, ficava os mocotó e o couro. Só tirava os quatro quarto da carne... Aí haja churrasco. Noite e dia churrasco! [...] Inclusive o Antero, finado Antero Bonifácio, trouxe uma boiada do Goiás a pé. Aí cum mais ou menos uns dois ano/ pois levou pro rio Capim/ com uns dois ano ele matou um boi lá e/ aliás, ele trouxe o boi, ele trouxe o boi, quando trouxe o boi pra cá e matou aqui... tinha mais ou menos uns DEZ centímetros de gordura. A coisa mais bonita do mundo! Sadia, a carne sadia... E assim por diante, muitas coisas...²⁸

Valverde e Dias confirmam que a pecuária era a atividade econômica predominante.

Segundo os autores:

Esta orientação para a pecuária decorre do próprio elemento humano responsável pelo povoamento da região – goianos, mineiros, paulistas, marajoaras; do poder aquisitivo dos proprietários de terras; da valorização dos bovinos; do aparecimento de uma nova rota de gado, que surgiu com a abertura da rodovia, e da existência do mercado de Belém (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 131).

Nos anos que seguiram à emancipação, a pecuária extensiva foi a atividade econômica mais rentável no município. A extração de madeira somente ganhou força a partir da década de 1980. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Paragominas foi o maior produtor de bovinos do Estado do Pará, de 1983 a 1992, e de madeira em tora de floresta nativa, nas décadas de 1980 e 1990 (Veríssimo *et al.* 1992, *apud* PINTO, *et al.*, 2009).

Segundo Milhomens:

No fundo o assunto era só pecuária, era pecuária, pecuária, pecuária, pecuária. Nunca ninguém sonhava no... na indústria madeireira. Era só pecuária. A mão-de-obra ia em torno da pecuária²⁹.

²⁷ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

²⁸ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

²⁹ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

Segundo Almeida e Uhl (1998, p. 9), a agricultura, a pecuária e a atividade madeireira “*causaram impactos econômicos, sociais e ecológicos de grandeza e intensidade diferentes*”. A agricultura familiar, que foi a primeira atividade a se estabelecer na área que corresponde ao município de Paragominas, teve seu início ainda na década de 1930, com a chegada de colonos vindos de São Miguel do Guamá, que migraram em busca de terras e formaram colônias agrícolas de pequenos produtores.

Os pecuaristas começaram a chegar a Paragominas a partir dos anos 1960, devido às condições do relevo e a existência de cursos d’água em toda a extensão paralela à Belém-Brasília, que possibilitavam o cultivo de pastagens de boa qualidade.

Naquela época que a gente chegou aqui, que nós chegamos por aqui era grande o grupo de trabalhadores rurais empregados nas fazendas [...]. E a maioria dos trabalhadores eram nordestinos. A maior parte, inclusive, eram maranhenses, eram maranhenses que fizeram a grande abertura das fazendas por aqui³⁰.

Segundo Valverde e Dias:

[...] com a abertura da Belém-Brasília, foram registrados dois fluxos migratórios em direção aos vales dos rios Capim e Gurupi, onde se localiza, atualmente, o município de Paragominas, assim dispostos: a) um primeiro grupo composto por pecuaristas experientes, madeireiros, [...] jovens oriundos dos mais diversos pontos do Brasil, como os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e da Ilha do Marajó; b) um segundo grupo formado por trabalhadores [...] provenientes de Goiás, zona agrícola Bragantina e demais estados do nordeste brasileiro, sobretudo do Maranhão e Ceará (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 125).

Posteriormente ao início do ciclo da pecuária, desenvolveu-se a exploração madeireira no município. Nesta fase o fluxo migratório de repete: 97% dos madeireiros residentes em Paragominas eram provenientes de outros estados da federação e 40% destes advinham do Espírito Santo (LUCENA, 2000). De acordo com Andréia Pinto *et al* (2009), desde o ano 2000 o município tem investido na produção de grãos e no reflorestamento. Além destas atividades, é preciso considerar o potencial para a produção mineral, que é expressivo, uma vez que Paragominas possui uma reserva de bauxita estimada em dois bilhões de toneladas.

³⁰ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

2.3.- Procurando terras, riqueza e trabalho

Com base em relatos de moradores, desde os primeiros anos da história de Paragominas, antes mesmo da emancipação, havia a esperança e a promessa de geração de riqueza para aqueles que chegassem à cidade.

Com relação à... à minha chegada aqui, eu tinha grande perspectiva assim de descobrir coisas novas para minha melhoria de vida. Quando eu cheguei na divisa do Pará com o Maranhão, aí eu falei assim: - Agora eu cheguei aonde eu gostaria de chegar que é no estado do Pará³¹.

O sucesso dos planos de Célio Miranda dependia da sua capacidade diante do desafio de persuadir grande número de pessoas a deixar sua terra e fincar raízes em solo estranho, onde o desejo de alcançar prosperidade poderia ser realizado.

Aqui todo mundo... é.../ as grandes áreas de terra/ os trabalhadores quando não tinham terra, mas tinham onde ganhar muito dinheiro naquelas fazendas. Isso era muito bonito, né? Porque aquela maioria dos trabalhadores daquela época também eram pessoas solteiras, trabalhadores que vinham pra cá que não traziam família³².

Na realidade, porém, as atividades empreendidas no município não foram tão generosas com todos os que migraram para essas terras. José Maria também relata as dificuldades enfrentadas pelos colonos, que estavam à mercê de si mesmos.

[...] os meios de comunicação nós não tínhamos telefone/ Só tinha mesmo o rádio pra sintonizar. Até a pilha pra o rádio muitas vezes era difícil porque o trabalhador NÃO TINHA de que fazer dinheiro, né?! Não tinha de que fazer dinheiro... Aqueles que tavam interessado pra fazer a roça³³.

Francisco Germano Medeiros relembra as dificuldades para conseguir comprar um lote de terras. Atualmente ele é dono de uma pequena propriedade rural próxima à sede do município de Paragominas. Porém, quando se mudou do Rio Grande do Norte para Paragominas trabalhava como feirante no mercado municipal. Perguntado se ele tinha adquirido suas terras assim que chegou à cidade, ele responde negativa e enfaticamente:

NÃO! NÃO! NÃO! NÃO! COM O QUÊ? COM O QUÊ? Não tinha dinheiro pra nada, não tinha dinheiro! Minha filha, as coisa, todo tempo foi difícil. Naquela época era muito mais difícil!³⁴

³¹ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

³² Idem.

³³ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

³⁴ Francisco Germano Medeiros, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 17 de junho de 2017.

Na chegada da caravana de Célio Miranda à esta região, um sério problema foram as doenças tropicais, como malária, febre amarela e hepatite. Entre os desafios estavam a quase inexistência de assistência médica, a falta de medicamentos, dificuldades relacionadas aos meios de transporte e o isolamento das propriedades rurais.

E já conhecendo a cidade do Pará... Belém... e várias cidades do Pará e Amazônia, eu, sabia que aqui eu teria que enfrentar problemas seríssimos, porque a Amazônia é u'a... Amazônia é u'a imensidão de "problemas" insolúveis, sabia que a malária e doenças tropicais ia... ia ser o grande obstáculo... (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Mesmo após a emancipação, os problemas relacionados ao tratamento destas doenças continuavam a fazer parte da rotina dos paragomineses.

Com relação ao problema de saúde, era muito difícil porque só tinha aquele posto médico; tudo distante; os meios de transporte/ não tinha nada... tinha um ônibus aquela vez, por aí que era um ônibus da empresa Arco-íris que por aqui passava indo pra Belém/ que saía de Dom Eliseu pra chegar aí/ saía seis horas da manhã de Dom Eliseu ia chegar em Belém oito da noite. Quer dizer, era muito difícil o negócio, né? E... a leishmaniose, a malária e outras epidemias tropicais, igualmente aquela doença que eles chama pra ela... hepatite, né... a hepatite/ eu vi muitos trabalhadores mortos aí nesse hospital, naquela situação indefesa que não tinha pra onde levar o cara³⁵.

Aliados a estes havia um agravante, os acidentes de trabalho que eram comuns nas fazendas, uma vez que a maior parte do trabalho de desmatamento era realizado manualmente, com o auxílio de machados e foices.

A quantidade de trabalhadores que morreram acidentado.../ Problema de acidente do trabalho foi um problema muito sério em Paragominas, na ABERTURA de Paragominas. [...] Inclusive, quando eu entrei no Sindicato dos Trabalhadores, a quantidade de trabalhadores acidentados era muito grande. Trabalhadores eram encaminhados daqui pra Castanhal, pra Belém. Quer dizer... um negócio muito difícil...³⁶

Quando relata a situação na qual se encontravam os trabalhadores rurais no período em que fora presidente do sindicato desta categoria, José Maria reconhece nestas pessoas a força de vontade para "vencer na vida". Para ele, a motivação destas pessoas simples, muitas vezes analfabetas, foi fundamental para a construção do município.

E essas pessoas é que vieram pra cá/ e foi ELAS com esse pouco conhecimento, mas com essa vontade de vencer na vida que foram os grandes baluartes na abertura das fazendas. Não era o dinheiro que tinha aqui que

³⁵ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

³⁶ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

resolvia o problema, mas era a... a força de vontade daqueles trabalhadores que fez a abertura dessas coisas aí [...]. O povo humilde, pobre, de Paragominas, apesar dos sofrimentos, mas foi um povo forte, tá sendo um povo forte até hoje [...]. Uma coisa é importante saber: nós temos que ter amor pelo passado sofrido de Paragominas, mas nós temos que ter MUITO respeito e MUITA dignidade para com o que Paragominas tem de bom hoje, mas sabendo que foi um sacrifício daquele povo pobre, humilde, sofrido que para aqui vieram e que enfrentaram a malária, que enfrentaram a bala, a pexêra, o cacaió, as vereda, a estrada aberta, a picada, subindo aquelas ladeira, escorregando e caindo, sabe como é que é? Nós devemos muito aquele antepassado, aquele povo que para aqui vieram. Temos que se recordar disso daí! Não é?³⁷

Segundo dados organizados pela Repórter Brasil – organização fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil – de 1998 a 2014 foram libertados 477 trabalhadores escravizados em Paragominas³⁸. Entre os 20 estabelecimentos onde os trabalhadores foram encontrados estavam 16 fazendas, 1 madeireira, 1 carvoaria, 1 construtora e 1 empresa não informada.

Quanto aos indicadores socioeconômicos, segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará (SEPOF), desde 1980 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH³⁹) de Paragominas encontra-se no nível médio de eficiência⁴⁰ (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do IDHM por município (RI Rio Capim) 1970-2000.

IDHM <i>Municípios</i>	ANOS			
	1970	1980	1991	2000
Aurora do Pará	--	--	--	0,618
Dom Eliseu	--	--	0,481	0,665
Garrafão do Norte	--	--	0,329	0,578
Ipixuna do Pará	--	--	--	0,622
Nova Esperança do Piriá	--	--	--	0,598
Paragominas	0,316	0,620	0,511	0,690
Rondon do Pará	--	--	0,560	0,685
Ulianópolis	--	--	--	0,688

Fonte: SEPOF, 2012.

³⁷ Idem.

³⁸ Dados provenientes de todas as fiscalizações de trabalho escravo realizadas de maneira conjunta por Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal desde 1995. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>.

³⁹ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice composto que incide sobre três dimensões básicas do desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda. Para a elaboração das tabelas foi utilizado o valor médio destes indicadores (IDHM).

⁴⁰ 0,000-0,4999 – muito baixo IDH; 0,500-0,599 – baixo IDH; 0,600-0,699 – médio IDH; 0,700-0,799 – alto IDH; acima de 0,800 muito alto IDH.

Os municípios listados na Tabela 2 fazem parte da Região de Integração (RI) Rio Capim e sobre eles, em 2012, foram elaborados cadernos contendo as estatísticas municipais até o ano 2000, constituindo um conjunto de dados capazes de configurar um perfil sobre os aspectos históricos, físicos, culturais, econômicos e sociais, além de instrumentalizar a construção de indicadores macroeconômicos.

Os dados são provenientes de órgãos Federais, Estaduais e de algumas empresas da iniciativa privada. Segundo a SEPOF, no ano 2000 todos os municípios acima relacionados estavam no nível médio de eficiência do IDH. Quanto aos demais municípios que integram a RI Rio Capim, que não constam no diagnóstico da SEPOF, recorreremos a dados do IBGE. Ao nos debruçarmos sobre os dados provenientes do Instituto, verificamos a divergência nos indicadores em relação ao divulgado pela Secretaria.

De acordo com o censo de 2000 (Tabela 3), quase todos os municípios da região encontravam-se em nível muito baixo de desenvolvimento humano, com exceção de Abel Figueiredo, que sustentava um IDH de 0,508. Em 2010, nove municípios atingiram o nível baixo de desenvolvimento humano; cinco alcançaram o nível médio e apenas um se manteve na condição de IDH muito baixo, Ipixuna do Pará (0,489).

Tabela 3 – Evolução comparativa do IDH e Gini considerando os Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Município	IDH		Gini	
	2000	2010	2000	2010
Abel Figueiredo	0,508	0,622	0,52	0,57
Aurora do Pará	0,358	0,519	0,56	0,56
Bujaru	0,395	0,552	0,52	0,52
Capitão Poço	0,379	0,548	0,65	0,62
Concórdia do Pará	0,402	0,566	0,57	0,50
Dom Eliseu	0,452	0,615	0,65	0,52
Garrafão do Norte	0,331	0,526	0,59	0,65
Ipixuna do Pará	0,317	0,489	0,59	0,57
Irituia	0,419	0,559	0,60	0,58
Mãe do Rio	0,466	0,599	0,59	0,58
Nova Esperança do Piriá	0,315	0,502	0,66	0,63
Ourém	0,436	0,568	0,60	0,62
Paragominas	0,471	0,645	0,61	0,60
Rondon do Pará	0,461	0,602	0,58	0,54
Tomé-Açu	0,438	0,586	0,60	0,54
Ulianópolis	0,420	0,604	0,75	0,70

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (2000/2010).

Os três municípios da RI do Capim com maiores índices de desenvolvimento humano em 2010 eram Paragominas (0,624), Abel Figueiredo (0,622) e Dom Eliseu (0,615). Uma comparação entre eles em relação ao índice de Gini⁴¹ – instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos – suscita uma reflexão sobre alguns pontos (Tabela 3).

Nos dois extremos da lista temos Concórdia do Pará (0,50) e Ulianópolis (0,70). O primeiro, com o menor índice de desigualdade social em 2010 entre os municípios da região do Capim; o segundo, o mais desigual, segundo o IBGE. No caso de Paragominas, chama a atenção que apesar de apresentar o maior índice de desenvolvimento humano da região, o município ocupe o quinto lugar entre os mais desiguais. Além disso, enquanto Dom Eliseu conseguiu, em dez anos, reduzir 0,13 pontos do coeficiente de desigualdade (passando de 0,65 para 0,52), em Paragominas a redução foi irrisória (de 0,61 para 0,60). Mesmo considerando que o índice Gini apenas possa mensurar a desigualdade em termos estáticos, sem dar ênfase na oportunidade ou no potencial que um local possui em se tornar mais ou menos desigual a curto e longo prazo, é importante considerar esta comparação. Quando se observam outros indicadores da região, conforme a Tabela 4 (como renda per capita, porcentagem de extremamente pobres e de vulneráveis à pobreza), delinea-se uma análise mais abrangente.

Tabela 4 – Indicadores socioeconômicos dos municípios da Região do Capim.

Município	Renda per capita – 2010 (R\$)	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Abel Figueiredo	293.01	9.38	83.11
Aurora do Pará	159.05	33.58	91.32
Bujaru	209.14	31.25	84.35
Capitão Poço	356.27	25.24	71.24
Concórdia do Pará	405.29	15.39	71.43
Dom Eliseu	233.96	8.74	89.00
Garrafão do Norte	283.57	24.06	81.73
Ipixuna do Pará	245.70	30.85	79.46
Irituia	188.48	29.98	88.59
Mãe do Rio	172.12	14.14	89.19
Nova Esperança do Piriá	230.14	46.55	85.31
Ourém	332.29	25.23	74.02
Paragominas	284.54	7.49	80.66
Rondon do Pará	460.83	14.11	65.35
Tomé-Açu	338.44	12.70	84.67
Ulianópolis	534.02	11.70	62.86

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

⁴¹ Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Na linha de pobreza extrema estão, de um lado, Nova Esperança do Piriá (46,55 %) e, de outro, Paragominas (7,49%). Entre os menores percentuais estão, também, Dom Eliseu (8,74%) e Abel Figueiredo (9,38%). Mais uma vez, os três municípios lideram a lista de bons indicadores socioeconômicos em relação à porcentagem dos extremamente pobres. Porém, no indicador de vulneráveis à pobreza, Dom Eliseu aparece em terceiro lugar (89,00%); Abel Figueiredo em 8º (83,11%); e Paragominas em 10º lugar (80,66%).

No que diz respeito ao trabalho e rendimento, segundo o IBGE, em 2014 o salário mensal dos trabalhadores formais, em Paragominas, foi de 2,5 salários mínimos, numa proporção de 17,6% de pessoas ocupadas em relação à população total. Em Dom Eliseu, a média foi de 1,7 salários mínimos, na proporção de 10,3% de pessoas ocupadas. Em Abel Figueiredo, 1,5 salários mínimos, na proporção de 9,1% de pessoas ocupadas. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Paragominas tinha, no mesmo período, 41,3% da população nessas condições; Abel Figueiredo, 42,9% e Dom Eliseu, 44,3%.

Para Pinto *et al* (2009), a trajetória econômica de Paragominas vai na contramão de outros municípios da Amazônia, onde a dinâmica do “boom-colapso” tem sido a regra. A explicação do bom desempenho socioeconômico, bem como da melhoria nos indicadores sociais, segundo ela, está relacionada a três fatores: a) a localização às margens da Rodovia Belém-Brasília, mais importante eixo rodoviário da Amazônia Oriental; b) as políticas públicas de ocupação do território entre 1960 até o final dos anos 1980, que beneficiaram o município com oferta de terra e crédito subsidiado, além de incentivos fiscais para a pecuária; e, finalmente, c) a presença de grandes estoques de recursos naturais de alto valor comercial (madeira e minério). Junto a estes três elementos, Pinto destaca como importante para entender o dinamismo econômico de Paragominas a migração de um contingente populacional qualificado e/ou empreendedor. A política de incentivos fiscais, no relato de José Maria Oliveira, aparece como facilitadora da melhoria de renda de parcela da população.

Dinheiro aí... era demais. Você pode conversar com qualquer pessoa, naquela época sabe que dinheiro em Paragominas era muito fácil demais. Todo trabalhador tinha dinheiro no bolso, era uma fartura danada, né? Porque naquele momento de abertura houve muito interesse das... do... da parte governamental de modo geral pra financiar desmatamentos. [...] Quer dizer, houve uma... houve uma febre de dinheiro muito grande em Paragominas e naquele tempo não tinha exploração de madeira não⁴².

⁴² José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

2.4.- Território, uso da terra e desmatamento

Para ocupar o território onde seria construído o município de Paragominas, depois de requerer as terras ao governo do Estado e proceder com a demarcação era necessário fazer a abertura da mata. José Maria Oliveira lembra a dificuldade dos camponeses em conseguir terras para produzir.

Terra distribuída assim para... pequenas propriedades pra o regime de economia familiar sem empregados, posseiros, foi muito difícil... foi muito difícil, né? Agora pra os grandes fazendeiros, pessoas que já vieram pra cá de Minas, do Espírito Santo, da Bahia... de outros cantos por aí... Esses conseguiram terra facilmente aqui.⁴³

Outra característica desta ocupação foi o desperdício de praticamente toda a madeira desflorestanda. A princípio, como não havia a infraestrutura necessária para o corte, beneficiamento e transporte, as árvores foram queimadas e, no máximo, utilizadas para fazer carvão. Vejamos, a seguir, os depoimentos de Oliveira e depois de Gonçalves:

Eu me recordo muito bem que até motosserra era muito pouco, aquilo era tirado tudo no machado/ era tirado no machado.

A derrubada/ com... era tudo... tudo manual. [...] Pai, na época, pai derrubou mais de 900 alqueires de madeira virgem e tocou fogo. Já pensou? Só tinha a serraria do seu Jair/ ah... foi a primeira serraria daqui... e não demorou muito. Não tinha como tirar, e tinha que formar... tinha que colocar gado. É uma injustiça, né? Negócio assim que hoje... tá louco⁴⁴.

Valverde e Dias explicam que a formação da pastagem requer a derrubada da floresta, a queimada e a destoca. No entanto, não era possível realizar a destoca completa. O motivo é que *“geralmente os gigantes da mata não podem ser derrubados; como nem a queimada os destrói, aparecem na paisagem como esguios esqueletos”* (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 132).

Devido às atividades econômicas desenvolvidas em Paragominas a partir da década de 1960, especialmente as destinadas à criação de gado bovino, exploração madeireira, reflorestamento, cultivo de soja (e outros grãos) e à extração de bauxita, em 2010, segundo pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), o desmatamento alcançou 44% (8.600 km²) do território do município (MARTINS *et al*, 2013). Em 2008, Paragominas havia sido incluída na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

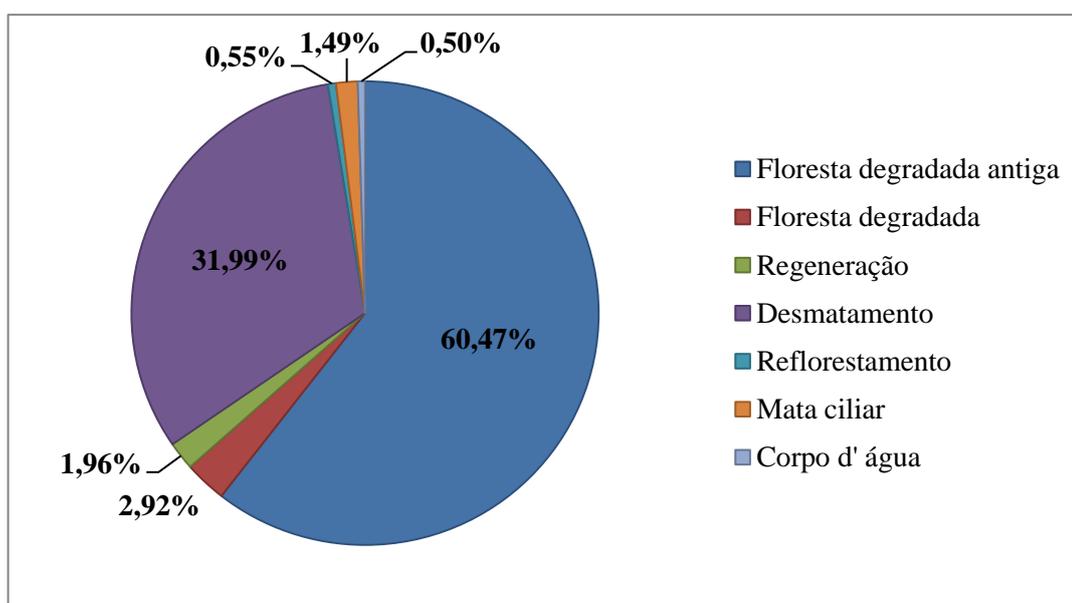
⁴³ Idem.

⁴⁴ Euza dos Santos Gonçalves, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 15 de novembro de 2003.

de municípios que mais desmatavam na Amazônia, passando a ser alvo de ações do Governo Federal de controle do desmatamento, com intensificação da fiscalização pelo Ibama e Polícia Federal, com forte restrição de comercialização de produtos gerados por atividades rurais. Para sair da lista, foi necessário reduzir o desmatamento e conduzir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades em pelo menos 80% de seu território. Após a implantação do Projeto “Município Verde”, o MMA, por meio da Portaria nº 67, de 24 de março de 2010, divulgada no Diário Oficial da União, declara o desmatamento em Paragominas sob controle e monitorado.

Em pesquisa denominada “*Mapeamento da cobertura do solo de Paragominas-PA com imagens de satélite de alta resolução: aplicações para o Cadastro Ambiental Rural (CAR)*”, imagens coletadas em 2009 e 2010 mapearam a cobertura do solo para identificação de áreas remanescentes de vegetação nativa, das áreas de interesse social, áreas de utilidade pública, Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas de uso restrito, áreas consolidadas e Reserva Legal para elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O resultado desta pesquisa, com base na interpretação visual das imagens, identificou as seguintes feições: floresta, floresta degradada antiga, floresta degradada, regeneração, desmatamento, reflorestamento, área edificada, mata ciliar, corpos d'água, sombra e nuvem, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Classes da cobertura do solo de Paragominas.



Fonte: IMAZON, Martins *et al*, 2013. Elaboração: Da autora, 2017.

Segundo o mapeamento da cobertura do solo de Paragominas realizado através de imagens de satélite, “o mapeamento da cobertura do solo de Paragominas aponta que as

*florestas degradadas antigas*⁴⁵, as quais apresentam sinais de exploração madeireira antiga, ocupam a maior parte de seu território: 60,48%, com cerca de 11.700 quilômetros quadrados de extensão” (MARTINS et. al., 2013, p. 1287-1288). A segunda maior classe identificada foi o desmatamento, com mais de seis mil quilômetros quadrados (32% do município). Nesta feição predomina o solo exposto, pasto, culturas agrícolas, gramíneas e exploração mineral em áreas previamente florestadas. As florestas degradadas – nas quais é possível visualizar manchas de degradação antiga, indicando exploração madeireira (pátios de estocagem, ramais e clareiras) e/ou queimadas, apresentando limites bem definidos – foram percebidas em mais de 500 quilômetros quadrados e correspondem a 2,9% do território. As outras classes mapeadas foram pouco representativas, como é possível observar no Gráfico 1. Quanto ao território que corresponde às Áreas de Preservação Permanente (APP), a pesquisa concluiu que 46,5% é composto por floresta degradada antiga; 39,8% encontra-se desmatado; e 8,7% apresenta matas ciliares.

Segundo Pinto *et al* (2009), os principais setores econômicos de Paragominas demandam cerca de 1 milhão de hectares para manter os níveis de produção de 2007/2008. Para os autores, os 748 mil hectares de áreas em que a floresta foi completamente removida e 130 mil hectares de floresta que estavam altamente degradadas em 2008 são suficientes para a manutenção dos níveis de produção das principais atividades econômicas que demandam áreas abertas: pecuária (que ocupa 80% das áreas abertas), agricultura familiar (ocupando 14,5%) e cultivo de grãos – arroz, milho e soja (com 4,5% das áreas desmatadas), restando 1% das áreas abertas sem uso identificado.

Como foi possível perceber, a distância entre o planejado e o realizado em Paragominas foi inevitável. O modelo de crescimento econômico adotado, traduzido como desenvolvimento, pautado no implemento da pecuária e da extração de madeira nativa, apesar de colocar o município entre os três maiores IDH da RI do Capim, não foi capaz de diminuir a desigualdade social. Atualmente, o município tem 80% da população vulnerável à pobreza e é a 8ª maior renda per capita, entre os 16 da Região (IBGE, 2010).

⁴⁵ Florestas com indícios de regeneração de degradação antiga na imagem que tenha ocorrido até 10 anos antes do ano de análise que apresente sinais de regeneração.

CAPÍTULO 3

DISCURSOS E IDENTIDADES EM PARAGOMINAS-PA

3.1.- História, memória e construção de narrativas locais

“A história possui uma memória”. Com esta afirmação, Lúcia Villas Bôas provoca o debate sobre história, memória e representações sociais. História “*entendida tanto no sentido do que ocorreu como no de conhecimento do ocorrido*” (BÔAS, 2015, p. 246), cuja interpretação relaciona passado, presente e futuro; história e memória, situadas como dois modos de gestão do passado, desafiam os estudos em representação social uma vez que são paradoxais: se modificam de acordo com os contextos, mas permanecem ancoradas ao passado.

A proposta resultante dessa discussão passa pela reflexão sobre o uso político da história, as questões éticas de sua interpretação e o exercício interdisciplinar dessa tarefa. Os estudos recentes, conforme apontado também por Bôas, tendem a considerar que a imbricação entre história e memória seja inevitável, e que enquanto a memória pretende ser fiel ao passado, a história seria capaz de atestar a veracidade dos fatos.

À memória resta a vantagem do reconhecimento do passado como tendo sido o que não é mais; à história aparece o poder de expandir o olhar no espaço e no tempo, a força da crítica na ordem do testemunho, da explicação e da compreensão, a matriz retórica do texto e, acima de tudo, o exercício de equidade em relação às reivindicações concorrentes das memórias feridas e, por vezes, cegas à infelicidade alheia. Entre o caminho da fidelidade da memória e o pacto de verdade em história, a ordem da prioridade é de impossível decisão. Apenas está apto a resolver tal debate o leitor e, dentro do leitor, o cidadão (RICOEUR *apud* BÔAS, p. 251).

Escolhas deliberadas do que se pretende incluir/excluir em um discurso político oficial e de interesse deturpado são comuns. As análises destes discursos, no entanto, serão mais coerentes quanto mais forem capazes de ampliar o olhar para os fenômenos estudados. Por isso:

... o recurso à memória e à história não se produz em um terreno neutro e estranho ao político. Ao contrário, ao servirem como instrumento político de reconhecimento, memória e história, constituem-se não apenas como categorias explicativas, mas também como formas de agir no campo social que permitem aos diferentes setores da sociedade construir suas demandas por reconhecimento (BÔAS, 2015, p. 255).

Nossa memória é coletiva; é resultado da confrontação de lembranças, depoimentos e impressões (nossas e dos outros) pelas quais, apesar de algumas divergências, é possível reconstruir e reconhecer um conjunto de lembranças. É sob esta perspectiva que Halbwachs

(2003) discute a construção da memória. Para o autor, o pressuposto de que “nunca estamos sós” é fundamental para compreender a dinâmica de construção da memória. É preciso considerar que Halbwachs fala destas “testemunhas” de duas maneiras: são as pessoas que fazem parte de um mesmo grupo e, também, os pontos de vista aos quais temos acesso por vários meios. Halbwachs indica também que o compartilhamento das nossas lembranças com as de “testemunhas”, ao mesmo tempo em que permite desenhar um quadro mais amplo dos fatos – *eles me ajudam a lembrar, para melhor me recordar eu me volto para eles* – edifica um pensamento coletivo, pois o indivíduo adotaria modos de pensar aos quais não teria chegado sozinho.

Halbwachs reafirma a importância que tem a comunidade afetiva, seja para a construção da memória, seja para o esquecimento de um fato. Segundo ele, “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas”. A imagem de um acontecimento, ainda que seja reconstruída em detalhes, jamais será para nós uma lembrança, se no conjunto destes depoimentos exteriores a nós não existir nenhum dado ou noção comum que esteja em nosso espírito e no dos outros. É por isso que ele considera o esquecimento como a perda de contato com aqueles que nos rodeavam e limita a duração de uma tal memória com a duração do grupo.

Quando dizemos que o depoimento de alguém que esteve presente ou participou de certo evento não nos fará recordar nada se não restou em nosso espírito nenhum vestígio do evento passado que tentamos evocar, não pretendemos dizer que a lembrança ou parte dela devesse subsistir em nós da mesma forma, mas somente que como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pesávamos em comum com relação a certos aspectos permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele (HALBWACHS, 2003, p. 33).

Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 107), três traços costumam ser ressaltados em favor do caráter privado da memória. Primeiro, o fato de não ser possível transferir as lembranças de um para a memória do outro; em seguida, o vínculo da consciência com o passado; e, por fim, a percepção de que a passagem do tempo está vinculada à memória. Nesta perspectiva, não existe fenomenologia da memória “*fora de uma busca dolorosa de interioridade*” (idem, p. 109).

O autor recorre à reflexão de Santo Agostinho na qual ele celebra as maravilhosas operações da memória, colocando-se em oposição ao postulado da memória coletiva.

De fato, a memória é duas vezes admirável. Ela o é primeiro em razão de sua amplitude. Com efeito, as “coisas” recolhidas na memória não se limitam às imagens das impressões sensíveis que a memória arranca para reuni-las, mas se estendem às noções intelectuais que se podem chamar de aprendidas e doravante sabidas. [...] Segunda operação maravilhosa: ao se tratar das noções, não são apenas as imagens das coisas que voltam ao espírito, mas os próprios

inteligíveis [...] Ademais, a memória das “coisas” e a memória de mim mesmo coincidem: aí, encontro também a mim mesmo, lembro-me de mim, do que fiz, quando e onde o fiz e da impressão que tive ao fazê-lo (RICOEUR, 2007, p. 110).

No entanto, temos a sensação de que, neste ponto, se trata da mesma reflexão. Quando Halbwachs (2003) descreve uma viagem à Londres na qual sai em passeios ora com um arquiteto, ora com um historiador, ou mesmo com um pintor ou comerciante, ele argumenta que, em cada caso, seu olhar para a cidade foi direcionado de acordo com os interesses de seus companheiros. Afirma, ainda, que mesmo que estivesse sozinho neste passeio, bastaria que tivesse lido as descrições da cidade ou que alguém o tivesse aconselhado a ver estes ou aqueles aspectos da cidade para ser capaz de compor impressões e lembranças.

Suponhamos que eu passeie sozinho. Será que se poderá dizer que deste passeio guardei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência passei sozinho. [...] Não posso dizer que estive sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo. [...] Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo (HALBWACHS, 2003, p. 30-31).

Mesmo afirmando que a memória é coletiva, Halbwachs (2003, p. 72) não deixa de falar sobre a memória individual, porém, o faz de modo a relacional e dinâmico. Assim, afirma que a memória individual...

... não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Sob esta perspectiva haveria duas memórias, que Halbwachs chama de interior/interna (ou memória pessoal) e outra exterior (ou memória social). Há, ainda, a possibilidade de se falar em memória autobiográfica e memória histórica, entre as quais haveria um grande contraste. Considerando que a história de nossa vida faz parte da história em geral, a primeira receberia ajuda da segunda que, por sua vez, seria bem mais extensa que a primeira.

Quando fala em história, Halbwachs a compara com “*um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar espaço para novas sepulturas*” (idem, p.74). Fala também sobre lembranças históricas que são possíveis de ser ampliadas pela conversação e pela leitura, “*mas é uma memória emprestada e que não é minha*”. O autor ainda completa afirmando que “*não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória*”.

A esta altura, para quem se dispõe a pôr em diálogo os dois autores, a sensação é de que cada um advoga por um caminho: Halbwachs, para construir a argumentação sobre a memória coletiva escolhe diferenciá-la da história e chega a dizer que o termo *memória histórica* não é muito feliz; Ricoeur, por outro lado, parece rejeitar a polaridade entre memória individual e memória coletiva no campo da história, e aposta na existência de “*um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades as quais pertencemos*” (Ricoeur, 2007, p. 141). Paul Ricoeur olha para história a partir do indivíduo. Maurice Halbwachs nos dá a dimensão do grupo. Ele rejeita a distinção entre uma memória sem quadros – classificada apenas com palavras da linguagem e de algumas noções da vida prática – e outra construída fora das memórias individuais, como um quadro histórico ou coletivo sem memória. Apesar da crítica feita por Ricoeur, as contribuições de Halbwachs são inegáveis. Reconhecer e validar a possibilidade de construção, modificação, reconstituição e ressignificação do quadro de nossas lembranças é, talvez, a maior delas.

3.2.- Paragominas e o Projeto Nacional-Desenvolvimentista na Amazônia

Segundo Ronny Viales Hurtado (2010), as relações entre a história regional e nacional, ora se comportam como contraditórias, ora são complementares. Para o autor, ao invés de negar a heterogeneidade e a diversidade presentes em nível nacional em favor de um “centralismo historiográfico”, é necessário recuperar espaços micro-históricos regionais, sem perder a noção de interligação com um espaço (físico, social, temporal, identitário) de caráter nacional. O caminho apontado para a pesquisa de caráter regional parece ser o de compreender os vínculos entre o todo e suas partes. Assim, não importa qual será a ênfase dada pelo pesquisador, ele deverá preocupar-se em manter uma visão integral do processo de construção da região, levando em conta os elementos estruturais e subjetivos que medeiam este processo.

Lo local/regional no puede comprenderse sin tomar en cuenta lo nacional/fronterizo y, a la vez, si no se toma en cuenta lo transnacional/global. La puerta de entrada a esta dimensión relacional puede ser cualquiera de los ámbitos, el macro, el micro o un nivel intermedio, pero lo importante es no perder de vista los puntos extremos de la relación, lo que a la vez implica una innovación en la construcción de las fuentes y de los datos (VIALES HURTADO, 2010, p. 160).

A conclusão apontada por Viales Hurtado é também uma proposta para a compreensão da região enquanto construção social. O modelo de análise é, portanto, conceitual relacional com dois componentes: o de caráter micro-estrutural, que compreende todos os elementos

estruturais (relação entre Estado, Mercado, Sociedade, Cultura, Natureza e seus vínculos); e o outro de caráter des(construtivista), que nos permite observar a dinâmica institucional por meio de leis, instituições e cultura e subjetividades. Em resumo, a proposta deste modelo de interpretação é considerar que todas as esferas da sociedade são importantes para a compreensão do processo. Logo, podem existir diferentes níveis de conformação regional: socioeconômica, ecológica, uma região institucionalizada, ou mesmo, imaginada. De qualquer modo, a conformação regional só é completa quando se imbricam todos os níveis, a economia, o território, a cultura e a identidade regional, relacionando as dimensões entre o local, o regional, o nacional, o fronteiro e o global. Nas linhas que seguem me proponho a relacionar os elementos que compõem a narrativa local sobre Paragominas e o contexto histórico nacional no qual tais elementos estavam inseridos.

O que neste trabalho se denomina projeto nacional-desenvolvimentista constitui-se uma estratégia de desenvolvimento, consolidada no Brasil a partir de 1950, cujo principal fundamento é a crença na intervenção estatal e no planejamento econômico como instrumentos eficazes para tirar o país da condição de subdesenvolvimento na qual se encontrava (FERNANDES, 2011; BIELSCHOWSKY, 2004).

Em estudo sobre o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964), o economista Ricardo Bielschowsky afirma que “*a questão principal das disputas teóricas e políticas relativas ao futuro dos países desenvolvidos foi, nos anos 40 e 50, a da conveniência da intervenção do Estado para estabelecer um novo padrão de crescimento*” BIELSCHOWSKY, 2004, p. 11). Dessa forma, insiste o autor que os países subdesenvolvidos teriam se tornado “*um novo objeto para a velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado*” (idem, p. 12). No Brasil, o debate polarizado entre adeptos de uma administração ortodoxa da economia e os que acreditavam no planejamento estatal contribuiu para que houvesse certa descontinuidade da ação do governo. Para Bielschowsky, esse projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado tem início a partir de 1930, amadurece durante o período pós Primeira Guerra Mundial e alcança seu auge na segunda metade década de 50 do século XX.

As transformações e políticas que se seguiram à revolução de 1930 e à crise econômica da época abriram para um pequeno núcleo de empresários industriais, reunidos em entidades representativas da classe patronal, a perspectiva de que o setor industrial teria um papel central a cumprir no futuro da economia nacional (BIELSCHOWSKY, p. 79).

Bielschowsky arrisca dizer que esta pequena elite empresarial teria vivenciado uma experiência pioneira em planejamento econômico, tendo participação em várias das agências econômicas governamentais que se criaram.

Estabeleceu-se, dessa forma, um fértil cruzamento ideológico entre sua visão de mundo e as ideias e conceitos desenvolvimentistas que se formavam nos novos órgãos federais, nos quais se discutia e se decidia a respeito de comércio exterior, energia, transportes, indústria siderúrgica e tantos outros temas de âmbito nacional (BIELSCHOWSKY, p. 79).

Segundo o mesmo autor, o pensamento econômico politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira tem por núcleo o “sistema desenvolvimentista”. O ciclo do desenvolvimentismo, entendido como a ideologia econômica capaz de superar o atraso e a pobreza do país, pode ser analisado, num primeiro momento, sob óticas distintas: o desenvolvimentismo do setor privado e o desenvolvimentismo do setor público (no qual se distinguem os chamados “não nacionalistas” e os “nacionalistas”)⁴⁶. O traço comum entre estas correntes estava na crença de que o planejamento econômico e a intervenção governamental eram essenciais para formar um capitalismo industrial moderno no Brasil. Segundo Bielschowsky:

Os economistas desenvolvimentistas tinham, segundo sua carreira profissional, preocupações e linguagens algo distintas. Aqueles que atuavam no setor privado privilegiavam a defesa dos interesses empresariais de uma forma que não ocorreria aos que trabalhavam no setor público, por força dos compromissos que naturalmente assumiam (BIELSCHOWSKY, p. 77).

Pedro Paulo Zahluth Bastos, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (CERI), discutindo a construção do “nacional-desenvolvimentismo” de Getúlio Vargas – que volta ao poder com o compromisso de intensificar o processo de industrialização sob a égide de um capitalismo de cunho nacionalista – explica que esta questão esteve sujeita a controvérsias políticas e acadêmicas.

[...] embora poucos duvidem que Vargas associava o interesse nacional ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, sobretudo industriais, que superavam a dependência primário exportadora do mercado externo, vários intérpretes se dividem ao afirmar que Vargas era “mais ou menos” nacionalista em razão da maior ou menor disposição de aceitar a participação

⁴⁶ Os economistas denominados “não nacionalistas” preconizavam soluções privadas (de capital estrangeiro ou nacional) para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura, admitindo a intervenção estatal em último caso. Ao contrário destes, os “nacionalistas” advogavam pela estatização dos setores de mineração, transportes, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base (Cf. Bielschowsky, 2004, p. 77).

do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional (BASTOS, 2007, p. 2).

Para Bastos, uma adesão ao ideário *nacional-desenvolvimentista* – ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno – é o que apresenta maior continuidade no nacionalismo econômico varguista. Por meio do pensamento nacional-desenvolvimentista seriam superadas: 1) a especialização primário-exportadora, e 2) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural do Brasil para exploração primária de suas riquezas.

Fernando Correa Prado afirma que a hipótese sobre a origem da ideologia do desenvolvimento está ancorada no contexto do pós Segunda Guerra Mundial “*como parte da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo*” (PRADO, 2015, p. 44). Para o autor, a ideia de desenvolvimento remonta à origem mesma do sistema capitalista e é intrínseca à sua visão de progresso.

[...] é somente no pós Segunda Guerra que a própria base material capitalista possibilita a universalização desse constructo ideológico enquanto tal, dentro do processo de transformação do padrão de reprodução do capital em escala mundial sob hegemonia dos EUA. Tais transformações permitem que diferentes projetos de “desenvolvimento” se tornem hegemônicos, através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele então, começarão a ser denominadas de “áreas subdesenvolvidas” (PRADO, p. 46).

Apesar da existência de outras linhas de argumentação no discurso sobre o desenvolvimento brasileiro⁴⁷, foi durante os governos Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) que o desenvolvimentismo teria saído do plano das ideias e alcançado as ações políticas discutidas e implementadas no país.

A partir de 1950, inicia-se, em cenário mundial, a constituição de diversas instituições cuja função seria promover o desenvolvimento de países ainda não desenvolvidos. Nesse sentido, a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 já apontava para o desenvolvimento como fruto da cooperação entre os países. No Brasil, uma iniciativa importante deste período foi a criação do Grupo Misto BNDE-CEPAL, em 1953. Com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, estava

⁴⁷ Ricardo Bielschowsky (2004) desenvolve sua pesquisa sobre as correntes neoliberal, desenvolvimentista e socialista no período de 1930 a 1964.

garantido o financiamento de projetos que visassem o desenvolvimento industrial, principalmente os voltados para infraestrutura.

Bielschowsky apresenta a teoria de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) como a principal ferramenta analítica utilizada no debate econômico brasileiro. Para o autor, a Comissão não somente formulou propostas protecionistas oriundas de sua tese sobre deterioração dos termos de intercâmbio⁴⁸, mas “*elaborou um amplo e original sistema analítico, que constituiu um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas*” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 15-16). Segundo Petit, além de acompanhar as transformações em relação à economia, demografia e política brasileiras,...

[...] as propostas da Cepal também contribuíram para a definição, no Brasil, do modelo econômico que se convencionou chamar de nacional-desenvolvimentista, baseado no incentivo à industrialização e na modernização das atividades primárias na perspectiva de superar o atraso e a *situação periférica* do país no mundo (PETIT, 2003, p. 68) (grifos do autor).

Os esforços para a institucionalização das técnicas de planejamento no Brasil se deram por meio da criação de planos, comissões e acordos de cooperação técnica, entre os quais a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, que em 1953 produziu os alicerces do que viria a ser o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Fernandes afirma que a partir do Plano de Metas “*se consolida no Brasil uma estratégia de desenvolvimento fortemente respaldada por técnicas de planejamento e pela programação econômica voltadas para o processo de industrialização do país*” (FERNANDES, 2011, p. 68)

O Plano pode ser mais bem compreendido a partir da análise de seus quatro objetivos: i) uma série de investimentos estatais em infraestrutura (transporte e energia elétrica, principalmente), ii) incentivo ao aumento da produção de bens intermediários (aço, cimento, carvão, entre outros), iii) estímulo à inserção de setores de bens de consumo duráveis e bens de capital e, finalmente, iv) a construção de Brasília. A possibilidade de combinação de incentivos ao setor privado junto da atuação estatal parece ter sido fundamental para distinguir o Plano de JK daqueles que o antecederam, trazendo como consequência uma quantidade inédita de recursos disponibilizados a projetos desta natureza.

Com tais recursos a disposição visando dar continuidade e ampliação da acumulação industrial, o Estado agiria basicamente em duas frentes: i) na coordenação e integração dos vários setores da economia, mapeando as

⁴⁸ Também chamada de tese da deterioração dos termos de troca, contesta o princípio segundo o qual a distribuição física desigual das técnicas modernas é compensada através da transferência dos ganhos de maior produtividade por meio de preços menores, desde que prevaleça a concorrência perfeita. (Cf. BIELSCHOWSKY, 2004, p. 16).

carências infraestruturais e as brechas deixadas pelo setor privado, e, por conseguinte, criando ou ampliando as empresas estatais para solucionar os problemas identificados; ii) incentivando deliberadamente à produção privada via disponibilização de linhas de créditos (OLIVEIRA & TRINDADE, 2011, p. 7).

É importante destacar que, para alguns técnicos e teóricos que influenciavam as decisões governamentais neste período, chamado ciclo desenvolvimentista, o objetivo desta ideologia só poderia ser plenamente alcançado se os desafios para o desenvolvimento regional brasileiro fossem superados. Para Oliveira, Trindade e Fernandes (2014, p. 206) eram necessárias

[...] políticas que pudessem contribuir com a diminuição das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, servissem de instrumento capaz de criar condições estruturais favoráveis para a melhoria e a ampliação do nível de integração do mercado interno, assim como para a criação de alternativas de investimento industrial direcionadas para regiões periféricas, como o Norte e o Nordeste do Brasil (OLIVEIRA & TRINDADE & FERNANDES, 2014, p. 206).

Para os autores, esta linha de pensamento se contrapôs às visões desenvolvimentistas mais centralizadoras, direcionadas ao estímulo apenas do crescimento econômico e industrial das regiões brasileiras mais dinâmicas. Esta nova perspectiva tinha como objetivo viabilizar um aprofundamento da industrialização brasileira a partir de um modelo de planejamento por meio do qual o país pudesse crescer de modo mais equilibrado do ponto de vista regional.

Segundo Petit, a crescentes disparidades socioeconômicas entre o Sudeste brasileiro e as demais regiões, apresentadas via divulgação das contas nacionais de 1951-1952, sustentaram a argumentação para que o governo federal implantasse uma política específica para o desenvolvimento econômico das regiões “atrasadas” ou “periféricas” do país (PETIT, 2003).

Oliveira e Trindade (2011) analisam três momentos distintos para compreender a ideologia desenvolvimentista e suas implicações na Amazônia até 1966. O primeiro, caracterizado como embrionário (1946-1952); o segundo, momento no qual são implementadas políticas que tentam reunir as ideias pensadas no período anterior (1953-1959); e, por fim, o período de decadência do modelo aplicado (1960-1966).

O primeiro momento analisado tem na Carta Constitucional de 1946 um marco do avanço no que diz respeito ao planejamento e institucionalização de instrumentos efetivos para a elaboração de estratégias de desenvolvimento regional. Segundo D’Araújo (1992), 14 artigos desta Carta tratam direta ou indiretamente da obrigação que o governo tinha de planejar. A emenda constitucional elaborada pelo deputado do estado do Amazonas, Leopoldo Peres, deu

origem ao Artigo 199 da Constituição de 1946, no qual se definia a destinação de, no mínimo, 3% da renda tributária da União à região amazônica.

Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (BRASIL, 1946).

A partir de então, dá-se estímulo à criação de novos órgãos ou instâncias governamentais com o foco de atuação especificamente voltado para o planejamento, o fomento e a elaboração de políticas de desenvolvimento regional. A criação de órgãos como a Comissão do Vale do Rio São Francisco (CVSF), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ambas em 1948, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, são exemplo das primeiras experiências de planejamento regional realizadas no Brasil de modo mais sistemático.

Organizadas do ponto de vista de uma estratégia institucional mais ampla e tendo o foco de atuação especificamente direcionado ao problema do desenvolvimento regional, essas experiências trouxeram consigo os alicerces de todo um leque de preocupações que se intensificaram com a elaboração de propostas de planejamento voltadas para o desenvolvimento de regiões periféricas do Brasil (OLIVEIRA & TRINDADE & FERNANDES, 2014, p. 208).

Apesar disso, nesse primeiro momento, segundo a análise de Oliveira, Trindade e Fernandes ainda não havia uma preocupação das elites políticas e industriais paulistas e brasileiras em se criar alternativas ou oportunidades rentáveis de acumulação de capital para os setores dinâmicos de sua economia em direção do Norte e Nordeste brasileiro. Tratava-se, isto sim, de responder à questão regional *“a partir de uma estratégia mais de política social do que, propriamente, de política de desenvolvimento econômico”*. Na Amazônia, especificamente, os mesmos autores afirmam:

A falta de interesse político, ou mesmo social, explícito em relação a questões propriamente relacionadas ao processo de desenvolvimento amazônico representou, nesse contexto, um importante fator limitador, o qual influenciou sobremaneira o perfil das disputas que viriam a ocorrer no que diz respeito às políticas de valorização econômica para a região no período logo imediato do Pós-Guerra (OLIVEIRA & TRINDADE & FERNANDES, p. 211).

Desse modo, pode-se dizer que a estratégia de planejamento para a Amazônia começava a se constituir com a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de

Crédito da Amazônia⁴⁹ (BCA), em 1950; e a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁵⁰ (SPVEA), em 1953.

Em linhas gerais, os objetivos definidos na lei de criação da SPVEA podem ser resumidos em três itens: a) assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; e, finalmente, c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (PETIT, 2003, p. 71).

Para Oliveira, Trindade e Fernandes (2014), os anos que sucederam à criação da SPVEA foram de amadurecimento do discurso desenvolvimentista na Amazônia (1953-1959). O primeiro plano da SPVEA – Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia – foi aprovado com o Decreto nº 35.020, de 08 de fevereiro de 1954. Segundo Oliveira e Trindade:

O Programa de Emergência revela três vertentes básicas: i) conhecer o potencial da região em termos de recursos naturais, ii) agir em alguns problemas principais, visando amenizar um quadro entendido como de precariedade que se encontrava a Amazônia, principalmente no que tange a condições da população (saúde, educação, etc.) e iii) dotar a região de infraestrutura e de conhecimento agropecuário para criar bases mais sólidas no processo de valorização (OLIVEIRA & TRINDADE, 2011, p. 16).

A partir do Plano Emergencial foi elaborado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1959), que, apesar de ter chegado ao Congresso Nacional em 1955, nunca foi formalmente aprovado pelos deputados e senadores. O Plano definia 27 zonas do território da Amazônia Legal consideradas politicamente estratégicas para a defesa de fronteira e para a unidade nacional, além de situar seis setores prioritários à atuação da SPVEA:

1. incentivar a produção agrícola e pecuária com o intuito de conseguir autossuficiência alimentar;
2. incentivo a produção industrial com base nas matérias-primas existentes na região;
3. implantação de um sistema de crédito bancário para os pequenos produtores rurais com o intuito de extinguir o sistema de aviamento;

⁴⁹ Essa transformação teve como objetivo diversificar as atividades financeiras do banco, que estavam até aquele momento restritas à produção e comercialização de borracha (Cf. Petit, 2003, p. 70).

⁵⁰ Após a orientação da Constituição de 1946, sabia-se que os recursos disponibilizados para tornar real o plano de valorização da Amazônia não seriam inferiores a 300 milhões de cruzeiros, a partir de 1949. Entretanto, não se sabia de que maneira utilizar estes recursos e qual o formato do órgão que deveria ser criado para gerenciá-los. A criação da SPVEA é resultado de um longo processo de discussões, entre os anos de 1945 e 1951, que culminou com a Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que dispõe a respeito do Plano de Valorização da Amazônia (PVA), cria a Superintendência que será a executora do Plano e dá outras providências.

4. ampliação da rede rodoviária conseguindo a ligação terrestre entre a região e o Sul e Oeste do país, além da construção da estrada para unir o Pará e o Maranhão;
5. saúde: saneamento básico, abastecimento de água, campanhas preventivas contra as doenças transmissíveis;
6. educação e cultura (D' ARAÚDO *apud* PETIT, 2003, p. 72).

O terceiro período da discussão desenvolvimentista na Amazônia se deu entre os anos de 1960 e 1966. Caracterizado como uma tentativa de reformas e, ao mesmo tempo, de decadência do modelo aplicado, teve como marca do objetivo de integrar a Amazônia ao projeto nacional-desenvolvimentista a construção da Rodovia Belém-Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek. A escolha do local para a fundação de uma cidade, que viria a ser Paragominas, se deu no contexto das obras da Rodovia. Na seção seguinte, empenho-me em relacionar como a construção desta cidade dialoga com o projeto nacional-desenvolvimentista que orientou as ações governamentais no período anteriormente citado.

3.3.- A escolha do local para a construção de Paragominas e a referência à Brasília

Segundo Loureiro (1997), o homem natural – caboclo – vivia à beira dos rios e igarapés, num pedaço de terra onde se plantavam desde as espécies medicinais, temperos, frutas e outras culturas alimentares (mandioca, milho, arroz, feijão, batata-doce, abóbora, etc.) até algumas poucas culturas comerciais (cacau, tabaco e algodão). Dos rios extraía o alimento pessoal e familiar e alguns excedentes para o mercado; da mata, além da castanha, da seringa e de tantas outras espécies que serviam ao extrativismo vegetal, o caboclo obtinha a caça, seja como complemento alimentar, seja para a venda da pele dos animais. É, portanto, deste complexo “rio-quintal-roça-mata” que o homem natural da Amazônia extrai sua subsistência.

Diferentes destas são as atividades praticadas por migrantes nordestinos que, a partir dos anos 40, voltavam a buscar a Amazônia como destino para uma vida longe da seca. Para eles, a floresta se apresentava como o desconhecido, adversa, e da qual não conseguem extrair sua sobrevivência. É este o pensamento percebido na narrativa de Célio Miranda, quando prevê as dificuldades que iria enfrentar caso decidisse erguer uma cidade no meio da floresta amazônica.

E já conhecendo a cidade do Pará... Belém... e várias cidades do Pará e Amazônia, eu, sabia que aqui eu teria que enfrentar problemas seríssimos, porque a Amazônia é u'a... Amazônia é u'a imensidão de “problemas” insolúveis, sabia que a malária e doenças tropicais ia... ia ser o grande obstáculo... (MIRANDA, 1964, informação verbal).

A construção da rodovia Belém-Brasília, conforme o relato de Célio Miranda, foi um dos fatos que o fez escolher pela fundação desta cidade no estado do Pará. Anteriormente, ele havia adquirido um lote de terras no norte de Goiás. Segundo ele, uma área com grande possibilidade de valorização, já que as terras eram apropriadas para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A desvantagem, neste caso, era a localização.

Mas acontece, porém, que ali eu ficava a mil quilômetros de Belém e a mil de Brasília. E se não saísse a estrada? Quer dizer que eu tava totalmente fracassado, (quer dizer) que eu ficava isolado com/ precisando de mil e quatrocentos quilômetros de estrada pra chegar ao sul, quer dizer que eu ficava liquidado. (Quer dizer) que num/ então... eu, eu tinha por princípio e por tese... um planejamento e esse planejamento não podia ser falho (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Com a construção da malha rodoviária, deu-se início a ruptura do isolamento físico e econômico-sócio-cultural na qual se encontrava a maior parte dos amazônidas (COSTA, 1992). Foi nesse contexto de “integração” e “incorporação” de novas áreas para o aproveitamento econômico com vistas ao desenvolvimento da própria região e ao fortalecimento da economia nacional, constituindo na Amazônia “uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais” que nasceu Paragominas (BRASIL, SPVEA, 1953).

A escolha do local, entre os rios Capim e Gurupi, tem base em um planejamento que considerava a existência de terras viáveis para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura, a localização estratégica em relação aos principais centros econômicos, a possibilidade de valorização e progresso do município, entre outros aspectos que o fundador apontava como requisitos fundamentais para o êxito de seu projeto.

O momento histórico que o Brasil experimentava com a candidatura de Juscelino Kubitschek e a fundação de Brasília impulsionaram o intento de Célio Miranda em terras paraenses.

A candidatura do ex-pre..., ex-senador Juscelino Kubitschek à presidência da república/ e o tema da campanha política dele era a fundação da cidade de Brasília e a BR-14, Brasília-Fortaleza, e outras obras⁵¹. Bom, nesta campanha do Juscelino surgiu/ que refletiu mais na... no nosso pensamento... na nossa ideia, foi a BR-14. Porque Brasília... eh... eh... naquela ocasião ninguém acreditava que (sur) pudesse surgir Brasília, mas logo surgiu a ideia da BR-14, e NÓS... EU... há anos tinha vontade de fundar uma cidade em Goiás. [...] E tinha sempre vontade de fundar uma cidade, mas procurava um meio de

⁵¹ A rodovia BR-14 à qual Célio Miranda se refere é a Belém-Brasília.

fundar uma cidade. [...] Mas não VIA um lugar propício pr'uma cidade [...] (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Tendo visitado a região onde seria construída a nova capital federal, Célio Miranda constatou que as terras nos arredores de Brasília (DF) não serviriam para o que ele pretendia. Somente quando viaja até Belém, sobrevoando a região na companhia de Bernardo Sayão – a quem Miranda atribui a escolha do local onde seria erguida a cidade – dá-se a decisão definitiva para realização de seu projeto.

Segundo Couto, em abril de 1957, em Brasília, uma conversa entre Juscelino Kubitschek e Bernardo Sayão teria findado com a deliberação para a abertura dos mais de dois mil quilômetros que ligariam Belém à nova capital federal.

“Você será capaz de rasgar essa estrada, Sayão?” Coração disparado, o valente dá um salto. [...] Resposta: “Sempre sonhei com esta estrada, presidente. Posso dizer que esse é o momento mais feliz da minha vida. Quando deseja que eu dê início à construção?” “Imediatamente”. Sayão deixa o Catetinho, corre para o seu teco-teco e voa para Goiânia. Está resolvido (COUTO, 2002, p. 151).

Em maio do mesmo ano, Bernardo Sayão chega a Belém ocupando o cargo de supervisor da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS), instituição criada pelo governo para construir a estrada. Quando o projeto já estava em execução, em julho de 1958, o presidente informou que – considerando alguns trechos que já estavam construídos anteriormente – havia 815 quilômetros prontos; 884 em andamento e 541 quilômetros em fase de desbravamento e abertura em plena floresta (COUTO, 2002).

A relação de Paragominas com a construção de Brasília não parece ter sido apenas temporal. Em trecho da narrativa no qual apresenta ao interlocutor as divergências com a RODOBRÁS, Célio Miranda conta especificamente sobre uma visita que fez ao presidente JK. Na ocasião, ele afirma ter solicitado apoio do presidente aos projetos que estava realizando na região.

Eu na ocasião, tomei um avião, fui à Brasília, encontrei lá com Juscelino/ com o presidente Juscelino. [...] Esse dia foi até o Dia da Árvore, tava lá o embaixador Americano no Palácio da Alvorada... Entrei, sentei/ e esperando. [...] Logo que ele me viu falou: ôh, Paragominas! Ele me chamava de Paragominas. Eu falei, ôh presi/ eu já tinha planos na cabeça, já tinha falado com ele sobre a fundação dessa cidade, se ele ia me ajudar e tal e coisa... Eu falei “eu tô aqui porque o pessoal tão me perseguindo lá... querendo que eu/ demais/ querendo me tirar lá da região e eu vim procurar o senhor aqui pro senhor me dar um apoio, porque se não tiver um apoio seguro eu não vou ficar lá não, eu abandono aquilo tudo lá. O senhor sabe os plano que eu tenho... de fundar essa cidade... o senhor funda Brasília e eu fundo a Paragominas”. Que eu até brinquei com ele/ eu falei/ oh é até um... é um... é um fragmento de Brasília em plena Amazônia (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Os registros historiográficos locais afirmam que o plano urbanístico da cidade foi realizado por Lúcio Costa e, não tendo sido escolhido no concurso que elegeu o plano para a construção de Brasília, teria sido doado a Célio Miranda (LEAL, 2000⁵²; BERGAMIN, 2015⁵³). A narrativa deixada pelo fundador, no entanto, atribui à Joffre Parada, braço direito de Bernardo Sayão, a autoria do plano urbanístico do município.

Levei todos os dados colhidos da região para o Dr. Joffre Parada, em Brasília, para que ele desse prosseguimento a confecção da planta definitiva de Paragominas. Paragominas tem uma forma hexagonal, com superquadras e todas as ruas são colocadas nas posições de vento, clima, altitude, sol, de maneiras que, ali está definida a posição. Tem a parte industrial, a parte residencial, a parte rural, a parte suburbana, tudo planejado (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Valverde e Dias confirmam que a autoria do plano que orientou a construção de Paragominas foi de Joffre Parada, e acrescentam que o projeto arquitetônico ficou classificado na 4^o posição no concurso para a construção das cidades-satélites da região de Brasília (VALVERDE & DIAS, 1967, p. 139). Interessa notar que, apesar da precedência desta referência, os registros locais acerca da origem da planta de Paragominas consideram, erroneamente, o concurso do plano piloto da nova capital federal. Este equívoco, nunca corrigido por Leal (2000), e repetido por Bergamin (2015), pode indicar algo mais do que um lacuna na pesquisa bibliográfica. Explicar a origem urbanística de Paragominas a partir do que poderia ter sido a nova capital federal atribui à cidade outro valor em relação às demais surgidas no mesmo período. O erro recorrente em ambos os referenciais, além de denotar a não preocupação das autoras em questionar a veracidade desta informação singular, indica que, possivelmente, seja “confortável” considerar Paragominas “um fragmento de Brasília” na Amazônia. A relação temporal entre os fatos ocorridos em âmbito local e nacional podem elucidar este pensamento.

Partindo do pressuposto de que a linguagem é um instrumento vivo na sociedade, “o discurso, em razão de ser um acontecimento singular, está sempre nos revelando algum fato que escapa aos instrumentos disponíveis” (MARI, 2000, p. 16). No percurso da geração de sentido, tanto Célio Miranda, quanto Leal (2000) e Bergamin (2015) buscaram conferir a Paragominas valores que outros enunciadores já haviam atribuído à Brasília. Segundo Orlandi, “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não

⁵² “[...] Célio foi presenteado com uma planta elaborada pelo urbanista Lúcio Costa, a qual havia concorrido, junto a outras, para o projeto de construção de Brasília, classificando-se em 4^o lugar” (LEAL, 2000, p. 26).

⁵³ “Paragominas foi construída com base em um dos modelos propostos para a criação de Brasília, nova capital nacional, e que foi cedido pelo presidente Juscelino. Projetado por Lúcio Costa” (BERGAMIM, 2015, p. 29).

há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2001, p. 62). Por isso, dizemos que a delimitação do *corpus* é inesgotável, uma vez que não se objetiva a exaustividade horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude. O que se espera do processo de análise do discurso é entender como cada unidade recortada intervém na realidade por meio de diversos parâmetros, como interpela os alocutários, que poder confere ao locutor. Tais procedimentos colocam em discussão a natureza polifônica do sentido, destacam a identidade dos sujeitos envolvidos no processo de sua criação e projetam formatos diferentes para o material discursivo (MARI, 2000).

Se nos voltamos para a narrativa de Célio Miranda, sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD), percebemos que suas primeiras palavras cumprem a função de construir o delineamento da cena textual. Temos, no mínimo, um enunciador (E) e três enunciatários (Ea). O enunciador é o próprio narrador, Célio Miranda, que se dirige explicitamente aos enunciatários General Mário Machado, Eliel Pereira Faustino e Manuel Alves de Lima – sócios e amigos de Célio. O primeiro desconhece os fatos que serão narrados; os demais, ao mesmo tempo em que são enunciatários, porque também a eles se dirige o discurso, são co-enunciadores, já que compartilham junto a Célio Miranda as experiências narradas.

Meu prezado amigo, general Mário Machado, meu “prezado sócios”, os meus dois prezados sócios, Eliel Pereira Faustino e Manuel Alves de Lima, é [...] meus cumprimentos e “os meus respeito” ao senhor excelentíssimo senhor general e [...] eu deixo aqui nesse fita gravada a história de Paragominas em cujo conteúdo poderá ser extraído algo de útil para o excelentíssimo senhor general terminar o planejamento, o [...] aliás, terminar é o planejamento da emancipação do município de Paragominas. Uma das razões que eu envio esta fita gravada... é porque, impossibilitado de estar aí para SABOREAR esse... esse acontecimento/ éh ... éh o motivo que eu não tenho passado muito bem, muito embora “esteje” bom, mas não tenho passado muito bem. E... então resolvi gravar esta fita e enviar aí para o general e os meus amigos Manuel e Eliel... para ouvir e contestar se há alguma, algum erro. Estou falando de improviso, não, num escrevi nada, apenas falo de improviso, quer dizer que algum erro, alguma... algum lapso na minha linguagem de sertanista eu creio que... será perdoada aí pelo general... o Eliel e o Manuel já sabem quem eu sou (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Após essa introdução, o narrador informa que vai descrever a situação da cidade de Paragominas. Porém, sua escolha se dá pela contextualização da fundação do município entre duas perspectivas, uma pessoal (o desejo de fundar uma cidade e ser lembrado por isso) e outra coletiva (a contribuição para o projeto de integração nacional). Segundo Orlandi, os dizeres não são “*apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando*

vestígios que o analista de discurso tem de apreender” (ORLANDI, 2000, p. 30). Por isso, quando se recolhem estas “pistas”, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção, as “margens do dizer” passam a fazer parte do discurso.

Quando traz para a cena textual a imagem da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da república, junto com os projetos de construção de uma nova capital federal e da Rodovia Belém-Brasília, Célio Miranda parece desejar situar seu plano de fundação de uma cidade, em plena floresta amazônica, na mesma escala de valores atribuídos aos anteriores. Ele realiza esta operação não pela materialidade de seu intento, mas pelo discurso. Conforme explica Foucault (1996, p. 10):

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Para Foucault, a suposição de que em todas as sociedades existem narrativas maiores que se contam, coisas ditas uma vez e que se conservam, pois nesses discursos se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza, culmina com a impressão de que há um nivelamento entre os discursos. De um lado, os discursos que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e, por outro, os discursos que *“estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, ‘são ditos’, permanecem ditos e estão ainda por dizer*” (idem, p. 22).

Sobre narrativa e temporalidade, Ricoeur (1994, p. 15) afirma que *“o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou [...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal*” (RICOEUR, 1994, p. 15). Segundo Delgado, a marca da historicidade está no olhar do homem no tempo e através do tempo, pois é o homem mesmo que constrói suas visões e representações das diferentes temporalidades que marcam a sua história. Essa mesma autora afirma que...

... as análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem no entanto o modificar (DELGADO, 2003, p. 10).

Hobsbawm (1995), em Conferência apresentada ao Museu de Arte de São Paulo, discute a importância do “*presente como história*” e reflete que na expressão “*de seu próprio tempo*” há uma suposição fundamental: “*que uma experiência de vida individual é também coletiva*” (HOBSBAWM, 1995, p. 104). A partir esta perspectiva, proponho-me, nas seções que seguem, a continuar revisitando a narrativa de Célio Miranda sobre a fundação de Paragominas a fim de buscar compreender o passado que se apresenta “*como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes*” (DELGADO, 2003, p. 12).

3.4.- Desenvolvimento regional, desenvolvimentismo e a ideologia da integração nacional

O conceito de desenvolvimento tem sido levantado, ora como horizonte a ser alcançado, ora como o próprio caminho a ser seguido. A ideia de desenvolvimento, entendida como parte intrínseca da visão de progresso capitalista, é comumente relacionada ao crescimento econômico. Enquanto construção ideológica, o termo começou a ser delineado pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial, no contexto da criação de várias instituições, cuja função era promover o desenvolvimento de países chamados, na época, de subdesenvolvidos (PRADO, 2015).

O governo brasileiro, inclusive, recebeu apoio norte-americano por meio de missões técnicas, a partir de 1942, destinadas a realizar um diagnóstico global da economia e dos problemas do País, a fim de promover o seu desenvolvimento. As conclusões a que chegaram os técnicos brasileiros e norte-americanos contribuíram para o diagnóstico de “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, dentre os quais a infraestrutura aparecia como questão central. Em 1951, o governo Vargas lança o Plano Lafer, com duração de cinco anos, baseado numa política de investimentos em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura (PRADO, 2015).

Outra manifestação expressiva do desenvolvimento como meio e como fim em si mesmo foi o Plano de Metas inaugurado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Nesse momento, a expansão do sistema de transporte rodoviário foi considerada um meio de garantir a interiorização do processo de desenvolvimento. Não por acaso, o setor de transportes teria recebido quase 30% dos recursos previstos. Apesar de não representar um programa de desenvolvimento global, o Plano de Metas de JK “*logrou [...] cumprir seus objetivos básicos, que poderiam ser resumidos na arrancada ou aceleração da industrialização e na interiorização do desenvolvimento*” (ALMEIDA, p. 11, 2004).

Conforme foi discutido na segunda seção deste capítulo, o desenvolvimentismo é entendido como uma política econômica formulada e/ou executada por governos para transformar a sociedade, superando seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2014). Um dos pontos de definição da ideologia desenvolvimentista é a construção do desenvolvimento enquanto horizonte utópico. Segundo Prado, *“na miríade do debate político-intelectual do Brasil contemporâneo, o horizonte utópico do desenvolvimento é quase onipresente e está em permanente disputa, comportando diferentes e muitas vezes contraditórios projetos políticos* (PRADO, 2015, p. 28). Para Fonseca, no ideário desenvolvimentista, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido à toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos (economia, educação, saúde, legislação social, culturas, políticas públicas etc.).

Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como a soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes (FONSECA, 2012, p. 24).

O final da 2ª Guerra Mundial estabeleceu um aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que apresentava o desenvolvimento como um fim político praticamente incontestável. É a partir deste momento (e cada vez mais) que o desenvolvimento em si – ou adjetivado pelo “econômico” – passa a ser um horizonte utópico (PRADO, 2015).

Para elucidar o modo como a noção de desenvolvimento enquanto um horizonte utópico aparece na história da fundação de Paragominas, mais uma vez recorro ao relato de Célio Miranda. O contexto da lembrança do narrador é a afirmação de que o governo brasileiro teria abandonado a Amazônia e que os recursos destinados ao desenvolvimento da região por meio da SPVEA seriam insuficientes para garantir seu crescimento econômico. O tom do discurso de Célio Miranda nos dá pistas a respeito das imagens sobre a Amazônia formuladas sob o ponto de vista dos sulistas.

Porque no Sul, nós quando criança, (eles dizem) nos estados da Amazônia é só sobre a Pororoca, sobre o fenômenos das terras caídas, sobre o... as grandes serpentes, sobre os jacarés, o uirapuru, (quer dizer) essas coisas lendárias da Amazônia. Mas não explicava pra nós o que era a Amazônia como nós conhecemos hoje, quer dizer que o conteúdo... Tirando esse tapete verde, o que é a Amazônia em si... E o que significa a Amazônia para o Brasil e para o mundo. (Quer dizer que) até mesmo sobre os mitos da Amazônia, como

sempre nas conferências do General... do Coronel Jarbas Passarinho fala sobre... na Amazônia tem tudo... TUDO... tem mas não explora (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Entretanto, são “várias Amazônias” as que vão se sucedendo no tempo ou mesmo coexistindo sem que a sua função no processo histórico e geográfico do Ocidente seja alterada, a saber, a exploração extrativa predadora de seus recursos naturais e humanos. Surge no horizonte geográfico como o El Dourado, lugar do enriquecimento rápido e fácil, marca indelével até os dias atuais.

Inicialmente foram as drogas do sertão e o extermínio das nações indígenas resistentes ao colonialismo. Posteriormente, a exploração de gomas elásticas e das resinas e a degradação de nordestinos, dos caboclos e das remanescentes tribos indígenas. Atualmente é a vez dos recursos minerais, das madeiras nobres e dos fármacos (OLIVEIRA, 2010, p. 75).

Na opinião de Oliveira, “*a SPVEA teve a oportunidade histórica de fazer a passagem da economia extrativa para uma economia de produção, porém, faltou-lhe competência técnica e ousadia política*” (idem, p. 91-92). Em comunicação apresentada ao 1º Congresso Internacional de geógrafos latino-americanistas, na Colômbia, Becker afirmava que países latino-americanos, entre eles o Brasil, em decorrência de seu processo de crescimento – marcado por uma economia exportadora de recursos –, tem optado pela ocupação das áreas despovoadas através da construção de grandes rodovias de penetração. Para a autora, “*a forma com que se efetua a ocupação de periferia é fundamental: pode atenuar as desigualdades regionais do desenvolvimento e, assim, agir para a maior eficiência do sistema espacial, ou pode, pelo contrário, acentuá-las*” (BECKER, 1977, p. 33).

Por outro lado, o relatório do exercício do ano de 1966 da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRÁS) evidencia a importância dada pelos governos e pela iniciativa privada à esta obra nas perspectivas econômica e geopolítica, pelo aproveitamento dos recursos naturais e integração da Amazônia ao Centro-Sul brasileiro.

A Rodovia Belém-Brasília constitui indubitavelmente um formidável tentáculo de integração do Vale Amazônico ao patrimônio nacional. [...] Fator extraordinário de colonização, pela ocupação efetiva de suas adjacências, essa estrada em sua imensa jornada, abre novos horizontes para a Nação, quer no sentido de preservar a sua posse e domínio real para a comunidade brasileira, quer sob o aspecto de possibilitar a exploração das imensas riquezas minerais e florestais, imersas até hoje em lamentável e quase total desconhecimento (CAVALCANTI, 1967, p. 461).

Feitas estas considerações, é possível traçar um paralelo entre a compreensão de Célio Miranda a respeito de qual projeto seria o mais eficaz para atingir o desenvolvimento da região amazônica e o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Um fato, entre tantos narrados por ele, exemplifica as diferenças presentes entre os modos de vida da população local e este *outro* que começa a fazer parte da estrutura social. Foi o encontro com dois homens no meio da mata, aproximadamente vinte quilômetros da margem do rio Capim.

Célio Miranda acredita que o projeto da fundação de Paragominas seja a possibilidade de uma vida melhor para o homem desta região; e que o sucesso de seu empreendimento converter-se-ia numa “cadeia” de progresso “positivo, real e verdadeiro”. Os dois homens com quem Célio Miranda se deparou estavam, segundo ele, há seis meses trabalhando como serradores, a fim de retirar madeira da mata e, transportando-a pelos rios, comercializá-la em Belém. A cena impactou o mineiro e o fez sentir-se decepcionado. Era um dos primeiros contatos com o povo desta região, local que ele almejava “colonizar” e desenvolver.

Os dois serradores estavam ali há seis meses, sem roupa, sem NADA, vivendo de pura / comendo caça, sem sal, sem nada. [...] Eu, pelo menos, tive uma decepção muito grande, porque, como eu disse, nós entrando ali como bandeirantes e tal, encontramos esses dois homens serrando madeira, carregando madeira a vinte quilômetros da margem do rio, fica ali seis, oito meses sem abastecimento, sem roupa, quase sem munição, pra juntar uma madeirazinha pra, depois com a cheia, descer o rio Capim ele levar até Belém e vender a madeira lá. (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Célio Miranda afirma que foi nesse momento que sentiu necessidade de “fazer alguma coisa”, ainda que fosse pouco diante de tantos problemas da Amazônia.

Quer dizer que os problemas são grandes, são enormes. Mas pelo menos / são milhares de ‘poblemas’, se eu resolver um, fica um ‘poblema’ resolvido. Já não são milhares, é menos um. Então eu senti a necessidade... eu senti a necessidade humana, a necessidade íntima de fazer qualquer realização pra realizar o plano de Paragomina. São esses dois homi que eu tenho guardado na memória, o sacrifício que nós encontramos neles dentro da mata: barbudos, magros e doentes... e serrando madeira e carregando a vinte, é... quilômetros pra margem do rio. Quer dizer, foi um exemplo muito grande e me deu forças também para impulsionar mais a realização da fundação dessa cidade. É um fato, parece, sem importância, que o Eliel e o Manuel sabe, mas eu tenho ele guardado no íntimo como exemplo de trabalho, exemplo de resistência e... e também me abrindo os olhos para que eu, de fato, realizasse alguma coisa naquela região (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Analisando este relato é possível pensar no que Halbwachs (2003) chama de memória interior/interna (ou memória pessoal); e na reflexão que Paul Ricoeur, citando Santo Agostinho, faz acerca da memória.

De fato, a memória é duas vezes admirável. Ela o é primeiro em razão de sua amplitude. Com efeito, as “coisas” recolhidas na memória não se limitam às imagens das impressões sensíveis que a memória arranca para reuni-las, mas se estendem às noções intelectuais que se podem chamar de aprendidas e doravante sabidas. [...] Segunda operação maravilhosa: ao se tratar das noções, não são apenas as imagens das coisas que voltam ao espírito, mas os próprios inteligíveis [...] Ademais, a memória das “coisas” e a memória de mim mesmo coincidem: aí, encontro também a mim mesmo, lembro-me de mim, do que fiz, quando e onde o fiz e da impressão que tive ao fazê-lo (RICOEUR, 2007, p.110).

A lembrança guardada no íntimo, como afirma Célio Miranda, é memória interior, pessoal; evoca sensações que ele experimentou sozinho: a decepção com o poder público diante do abandono daqueles homens entregues à própria sorte, a aflição que o levou a decidir “fazer alguma coisa” pelo povo da Amazônia e a confiança no bom êxito do projeto de Paragominas. Foi ele próprio quem sentiu, inquietou-se e reagiu aos fatos. No entanto, esta lembrança só pode ser convertida em memória e ocupar lugar tão caro nas recordações de Célio porque existem elementos de uma comunidade afetiva nos quais ela pode apoiar-se. Eram seus sócios e amigos, Manuel e Eliel, quem estavam com ele na mata. Os três compartilhavam o mesmo objetivo; estavam juntos em terra estranha, vivendo as mesmas dores e alegrias. Estavam lá, também, as imagens projetadas e ufanistas a respeito da Amazônia e seus povos. Estava lá o medo dos indígenas, a concepção de trabalho, riqueza, felicidade etc. A memória pessoal, portanto, parece estar sempre em diálogo com o grupo, com o coletivo. Isto porque a imagem de um acontecimento, ainda que seja reconstruída em detalhes, jamais será para nós uma lembrança, se no conjunto destes depoimentos exteriores a nós não existir nenhum dado ou noção comum que esteja em nosso espírito e no dos outros (HALBWACHS, 2003). Pela ação do tempo, o fato vivido se constitui em memória; e pela relação entre esta memória, a situação discursiva, os sujeitos e a ideologia que sustenta os discursos dá-se a produção de sentidos. Em outras palavras, toda ação é conduzida por uma ideologia a partir da qual se elaboram os discursos. Assim, uma posição ideológica determinada será defendida (mesmo que disfarçadamente) no percurso da enunciação.

No relato de Célio Miranda não parece haver disfarce: a posição ideológica que sustenta a possibilidade do dizer está ancorada nos conceitos de integração nacional e desenvolvimentismo, como estratégias para alcançar o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. Desde a escolha do nome – uma justaposição a partir dos três estados da federação envolvidos no empreendimento, Pará-Goiás-Minas Gerais, que resultou em Paragominas – nota-se a intenção de Célio Miranda e de seu grupo em dar significado à existência do

município. O signo “Paragominas” carrega no significante⁵⁴ e no significado⁵⁵ as marcas ideológicas que motivaram a sua fundação. Às terra paraenses, consideradas “intactas” e sem valor comercial, a caravana de mineiros e goianos teria dado a insígnia do progresso. Era nisso que acreditavam tanto os migrantes que chegaram à cidade, quanto o governo federal que fomentava ações desta natureza em todo o percurso da Rodovia Belém-Brasília.

Segundo Esteva (2000), para escapar de uma situação específica é necessário, primeiramente, se tenha chegado àquela situação. Para que os povos possam pensar em desenvolvimento, é preciso que se vejam como subdesenvolvidos, com o fardo total de conotações que o termo carrega.

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito do pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento (ESTEVA, 2000, p. 61).

Na mesma perspectiva, Sachs dirá que o desenvolvimento, mais que um empreendimento socioeconômico, é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades e uma fantasia que desencadeia paixões.

O “desenvolvimento” foi, por várias décadas, aquela ideia que, como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem esses democratas ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento. Quatro décadas se escoaram e, no entanto, tanto governos como cidadãos continuam a manter seus olhos fixos naquela luz que apaga e acende à mesma distância em que sempre esteve: para atingir aquela meta, todos os esforços e todos os sacrifícios foram e são justificáveis... no entanto, a luz insiste em recuar, cada vez mais, na escuridão (SACHS, 2000, p. 11).

Na memória e no relato de Célio Miranda, e de outros, encontram-se traços do que eles próprios avaliam como meta e sacrifícios.

Que Deus nos dê vida e saúde para que a gente possa saborear essa vitória de longos anos, de angústia, de doença, de malária, de sofrimento, de incompreensões, de perseguições... Mas ninguém vence na vida, general, sem luta, sem trabalho. [...] Mas o que mais me alegra é de ter a possibilidade de realizar algo de valor na minha vida; de que Paragominas não sou eu que realizo, somos nós que realizamos. Eu, quando falo em Paragominas, eu não falo eu, eu falo nós (MIRANDA, 1964, informação verbal).

⁵⁴ Imagem acústica, cadeia de sons; consiste no plano da forma.

⁵⁵ Conceito; reside no plano do conteúdo.

No discurso do desenvolvimento, é impossível não considerar uma rede de conceitos-chave, tais como, pobreza, produção, igualdade, entre outros, que foram projetados a comunidades inteiras e a partir dos quais todas as partes do mundo se viram presas a uma percepção ocidental da realidade (SACHS, 2000).

Então ficou estabelecido ali que nós devíamos fazer ali a base: base é plantar a terra. Era o nosso objetivo. Nosso objetivo de plantar a terra e fundar u'a cidade e pra isso tinha que "DIRRUBÁ" e plantar. Pra comer barato! Quer dizer que o povo alimentar "milhor" e em condições "milhor" também, viver em condições "milhor" (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Outro narrador, já citado neste texto, líder sindical dos trabalhadores rurais de Paragominas, senhor José Maria Oliveira, lembrando as mortes das quais teve conhecimento nas décadas de 1960-70, situa a busca pelo desenvolvimento como responsável pelo sangue derramado nas fazendas.

Eu as vezes eu fico analisando, fico pensando... olhando o quanto tá bom hoje, Paragomina, mas eu me recordo do sangue derramado das veias de muita/ do corpo de muita gente por aqui; os trabalhadores que foram sepultados sem roupa, só enrolado num lençol, porque eles não tinham, num tinha pra onde apelar... A quantidade de trabalhadores que foram sepultados enrolados só num lençol; a quantidade de trabalhadores que foram MATADOS e que por lá ficou a sua caveira, seu corpo aputrefado e que o fogo véi é que comeu, viu? Aquele restos mortais. TUDO isso em função, em consequência da busca do desenvolvimento de Paragominas, né?! Quer dizer, nós temos que lembrar desses grandes heróis do passado que sofreram tanto⁵⁶.

Segundo Sachs, embora *"multipliquem-se as dúvidas e paire um desconforto geral sobre o assunto, o debate desenvolvimentista ainda permeia não só as declarações oficiais, como também, e até mesmo, a linguagem dos movimentos populares"* (SACHS, 2000, p. 11-12). José Maria Oliveira denuncia as injustiças vividas por tantos homens e mulheres que tiveram suas vidas ceifadas, vítimas da ambição de outros por dinheiro e poder. Ao mesmo tempo, quando analisa as práticas e comportamentos do homem natural da região amazônica, o líder sindical se posiciona a partir das mesmas premissas que fundamentam o conceito de desenvolvimento. Vejamos as palavras de Oliveira:

Eles [os paraenses] realmente vivem no seu grande berço esplêndido. Amazônia é muito rica, a fauna e a flora da Amazônia tem muita riqueza, então eles vive aí... é... em função dessa maravilha. Eles também a maioria não são preocupados com os bens materiais, são pessoas HUMILDES, ORDEIRAS, BACANAS e que aqui nos ACEITARAM e que nos RECEBERAM. Nós temos que dar valor a este povo que, pela sua humildade, pela sua rusticidade

⁵⁶ José Maria Oliveira, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 2000.

cultural largaram isso tudo pra nós que viemos pro lado de fora. Nós temos que dar o troco pra eles é em elogios, é em apoio. E vamos mudar, inclusive nós temos a obrigação de mudar essa mentalidade deles, que deve ficar só a bem das riquezas naturais. Mas que nós devemos produzir, nós devemos produzir... Nós devemos trabalhar⁵⁷.

Neste trecho, evidencia-se o desconforto apontado por Sachs (2000). Percebe-se, na fala de José Maria, como a divergência entre as práticas produtivas do homem natural e outras trazidas pelos migrantes pode ser conflituosa. Nas palavras de denúncia diante da exploração do trabalhador, do abuso e da violência está, também, a não compreensão dos modos de vida das populações tradicionais. José Maria afirma que é sua obrigação “mudar essa mentalidade” e que é preciso produzir. Desse modo, nota-se como os discursos podem se “misturar” uns com os outros e como na tentativa de defender um extrato social, corre-se o risco de desconsiderar seus saberes, sua cosmovisão e sua postura diante do mundo.

3.5.- Os pilares da noção de identidade em Paragominas

Já não há mais, entre os pesquisadores que se interessam pela questão da identidade, quem acredite que as identidades se apresentem como prontas e acabadas. Ao contrário, acredita-se que estão em permanente estado de transformação, de ebulição, sendo constantemente reconstruídas. Sob esta perspectiva, a definição de uma identidade seria possível somente em oposição a outras identidades em jogo (RAJAGOPALAN, 2003). Embora sejam os seres vivos e os objetos concretos no mundo os que, por motivos óbvios, mais servem de exemplos na literatura pertinente, nada nos impede de estender a discussão para conceitos abstratos, uma vez que estes são, também, distintos e demarcados um do outro através do mesmo procedimento. Segundo Rajagopalan:

A cor azul se distingue da cor amarela, e ambas são mantidas separadas pelo “verde”, a qual se destaca como terreno disputado tanto pelo azul como pelo amarelo. Dito de outra forma, algo pode ser considerado amarelo apenas na medida em que não pode ser considerado também azul, e assim por diante (idem, p. 72).

A partir do que foi discutido até este momento, é possível enxergar pelo menos dois aspectos que iluminam o percurso de construção de identidades no município de Paragominas⁵⁸. O primeiro a ser considerado são as motivações que orientaram a fundação do município; o

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Utilizo a expressão “no” município (e não “do”) por considerar que as identidades se constituem em meio a vivências, linguagens e saberes que se entrecruzam na experiência das sociedades organizadas.

segundo, é a percepção de como estas motivações estão relacionadas ao conceito de desenvolvimento assimilado no Brasil e no mundo após a Segunda Guerra Mundial.

Quando, em seu relato, Célio Miranda apresenta os motivos que o conduziram a fundar uma cidade na Amazônia, ele o faz a partir da distinção entre o empreendimento que se propunha a realizar e outros semelhantes. No percurso da enunciação, por meio da linguagem, o narrador demarca a existência de um *eu* e de um *outro* do qual ele se diferencia.

Eu... há anos tinha vontade de fundar uma cidade em Goiás... já muito radicado em Goiás, sou mineiro, eh, eh, nascido em Minas Gerais, na cidade de Patrocínio... e (integrei) para Goiás já há dez anos... e tinha sempre vontade de fundar uma cidade, mas procurava um meio de fundar uma cidade, não do tipo da cidade que eles fundavam. [...] E a gente vendo o erro de tantas cidades fundadas no Brasil... e no mundo inteiro... cidade que não teve nunca... uma maneira, um... / ela nunca teve um caminho para crescer e... / [...] Cidades surgiram ali com... com... com as primeiras colonização do Brasil... surgiram... sem, sem um pensamento para o futuro [...] E eu queria fundar uma cidade aonde poderia, eh, não poderia TER ERROS para o futuro (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Na busca pelos “vestígios” presentes na relação entre “o dizer e sua exterioridade”, ou seja, as pistas que o analista do discurso aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos (ORLANDI, 2001, p. 30), pode-se depreender uma primeira tentativa de *identificar* esta cidade (que ainda não existia na materialidade, apenas no sonho) com base naquilo que ela não compartilhava com seus pares. Segundo Castells, “*quem constrói a identidade coletiva, e para que esta identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem*” (CASTELLS, 2010, p. 23-24). A proposta da AD é a da construção de um dispositivo que...

... tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2001, p. 59).

O narrador, na tentativa de descrever as características que definem a cidade idealizada por ele, inicia afirmando que não se trata de uma cidade “do tipo que eles fundavam”, mas sim, uma cidade onde não haveria “erros”. Em toda situação comunicativa, e primordialmente neste relato, está presente a memória como interdiscurso, ou seja, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Para Orlandi, “*o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada*” (idem, p. 31). Por isso, na

análise das estratégias de manipulação do enunciador, é necessário considerar a presença de um grau de valoração atribuído por ele ao processo de urbanização brasileiro. Trata-se de uma avaliação negativa, sob a sua perspectiva, em relação ao surgimento espontâneo de núcleos urbanos e/ou fundações mal planejadas. A construção do sentido se dá, portanto, em dois movimentos: a projeção da identidade a partir da demarcação de diferenças entre a cidade que seria fundada e as demais existentes e o grau de valoração atribuído a esta nova cidade.

Com base nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo, este grau de valoração atribuído à Paragominas parece ter-se mantido em nível positivo, conforme afirma Iris Pereira Aguiar, gerente de um supermercado que migrou para o município ainda criança, com dez anos de idade, em meados da década de 1970. O contexto da sua fala é a explicação dos motivos que o fizeram sair da Bahia, sua terra natal.

O motivo maior assim é por que meu pai veio da Bahia pra cá né, pra mexer com, trabalhar com fazenda, entendeu?! E nós viemos de/ Paragominas desde o começo soube se destacar, uma cidade que tinha muito progresso, tinha muita fazenda, entendeu? Aí a gente veio pra cá, com uma esperança de conseguir coisa melhor, pra melhorar a vida da gente, entendeu?⁵⁹

Francisco Medeiros, o sr. Chico da Feira, também apresenta Paragominas segundo critérios de valor positivos.

Engraçado viu... Mas, que a melhor cidade que eu já vi pra mim, é Paragominas [suspiro]. Paragominas tem um futuro tão grande, que quando eu cheguei aqui já vi o futuro dela... Eu mesmo, sem estudo, mas quando eu comprava, cheguei no mercado ali, o cabra queria vender uma banca velha de pau eu comprava e outro cabra do sapato dizia assim pra mim “Chico, pra que diacho tu quer tanta banca, veia?” Aí eu digo: “Qualquer dia tão me dando um carro novo nisso aqui e eu não dou não” e aconteceu!⁶⁰

Em vários trechos citados do relato de Célio Miranda uma preocupação com o sucesso de seu empreendimento tornou-se evidente. O narrador utiliza termos como “fracassado” e “liquidado” para descrever sua situação, caso o local escolhido para o erguimento da cidade fosse prejudicado por qualquer mudança em relação à construção das estradas.

Mas... depois de estudar, meditar... a localização da cidade na região NORTE de Goiás... eu vi que tinha possibilidade de valorização por causa das terras / nesse tempo era terra baratas, mas terras ótimas, como é também do lado do Pará, na região do Araguaia. Mas acontece, porém, que ali eu ficava a mil quilômetros de Belém e a mil de Brasília. *E se não saísse a estrada? Quer*

⁵⁹ Iris Pereira Aguiar, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 24 de abril de 2017.

⁶⁰ Francisco Germano Medeiros, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 17 de junho de 2017.

dizer que eu tava totalmente fracassado, (quer dizer) que eu ficava isolado com / precisando de mil e quatrocentos quilômetros de estrada pra chegar ao sul, quer dizer que eu ficava liquidado (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Raimundo Milhomens confirma em seu relato a preocupação de Célio Miranda com o planejamento e a divulgação de seus projetos.

Tudo quanto o Célio Miranda ganhava ele investia em propaganda da cidade [...]. Não só a propaganda. Do que ia acontecer... Tinha as maquetes, né. As maquetes/ fazia aquelas, como é que se diz, aquelas placa né, grande, pra fazer as maquete.⁶¹

A noção de desenvolvimento como horizonte utópico, para além dos discursos políticos, está nas narrativas colhidas nas entrevistas realizadas em campo, conforme discutido nas seções anteriores. Interessa notar, também, como esta compreensão ultrapassa conceitos relacionados à qualidade de vida – saúde, educação, geração de renda, entre outros – e alcança esferas relacionadas ao imaginário. Segundo Maffesoli, o imaginário “*é o estado de espírito que caracteriza um povo*” (MAFFESOLI, 2001, p. 75). Pensar em imaginário implica, pois, voltar-se para as construções mentais de um grupo ou comunidade, de um país, de um Estado-nação; é olhar para esta “força social de ordem espiritual” que pode ser percebida, mas não é quantificável. De algum modo, o homem age porque sonha agir; e, para o autor, “*a prática condiciona as construções do espírito, mas estas também influenciam as práticas*” (idem, p. 77).

Quando se fala em imaginário não podemos reduzi-lo ao conjunto das imagens produzidas pela comunidade em questão. Muito menos, cair na tentação de pensar que são as imagens que geram o imaginário. Na verdade, a dinâmica é inversa: só existe um conjunto de imagens porque, antes, existe imaginário. Jean-Jacques Wunenburger faz a seguinte definição:

Convengamos en llamar imaginare a un conjunto de producciones mentales o materializadas en obras, sobre la base de imágenes visuales (cuadro, dibujo, fotografía) y lingüísticas (metáfora, símbolo, relato), que forman conjuntos coherentes y dinámicos que revelan una función simbólica en cuanto a un enlace de sentidos propios y figurados (WUNENBURGER, 2007, p. 220).

As imagens – poéticas, mentais ou perceptivas – são universais. Parafraseando Lévi-Strauss, Sylvia Novaes afirma que “*a imagem é uma apropriação que a cultura faz da natureza*”; elas “*não reproduzem o real, elas o representam ou o rerepresentam*”. (NOVAES, 2008, p. 456). Daí o engajamento entre a imagem produzida e aquele que a recebe. Quando

⁶¹ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

vemos uma imagem, vemos uma realidade que está ausente. Este poder de representação daquilo que não pode estar ao alcance dos nossos sentidos é perigoso, diz Novaes, pois nos faz *“crer que não é uma imagem, faz-se esquecer como tal. O engajamento com a imagem propicia a realidade representada, jamais a realidade da representação”* (idem, p.461).

Por outro lado, se a imagem representa o real ela também constrói esta realidade por meio da memória. Fernando de Tacca aponta duas experiências inseparáveis na gênese das imagens, sejam elas mentalmente abstratas ou visualmente concretas: *“a primeira da ordem da natureza, ligada ao funcionamento do organismo humano e a segunda, da ordem da cultura, ligada ao contexto sociocultural”* (TACCA, 2005, p. 11). Em outras palavras, enquanto as representações codificadas da realidade constroem as imagens mentais do imaginário, estas também se relacionam com as imagens representativas criadas para ocupar o lugar das coisas no mundo. Tacca explica que, *“por intermédio dessas imagens representativas podemos aproximar a representação imagética da noção de mundo de determinada cultura, por conter valores inerentes nos aspectos de sua produção e de sua conseqüente significação”* (idem, p. 12).

Durante o trabalho de campo, depois de ouvir os relatos dos narradores sobre a história de suas vidas a partir da chegada ao município de Paragominas, fui percebendo como as narrativas pessoais estavam próximas daquelas sobre a cidade propriamente. O início das entrevistas se deu, sempre, com o questionamento sobre as motivações que fizeram o entrevistado migrar para Paragominas. As respostas, como de praxe, rodeavam a *“busca por uma vida melhor”*. Um traço peculiar, se é que posso chamar assim, no entanto, se repete tanto nas entrevistas realizadas por mim durante o período letivo do curso, quanto nas cedidas pelas professora Solange Lucena. Trata-se de uma compreensão de como os feitos pessoais de cada entrevistado contribuíram para a consolidação do município. Do mesmo, ao relembrar as transformações ocorridas na cidade ao longo dos anos, o fazem como quem rememora as próprias transformações, numa dimensão de coparticipação cidade-município.

Depois de mais de uma hora de conversa com o sr. Francisco Medeiros, ao pé de um fogão de lenha, minha expectativa era de poder ouvir dele algo que indicasse uma conclusão, que colocasse na balança as perdas e as frustrações, os sonhos realizados e aqueles que o tempo e as dificuldades enterraram. Perguntado sobre o sentimento que ele nutre em relação à cidade, emocionado, ele traz à tona a memória da compra do seu primeiro automóvel. Um veículo comprado de *“segunda mão”*, cuja utilidade prática foi muito menos percebida do que sua força simbólica. No seu depoimento, Francisco Medeiros nos informava:

Até então... Em 1983 eu comprei um carro novo (pausa, emocionado) fui pra minha terra... quando cheguei em Mossoró que entra pra Baraúna que é minha cidade natal. Nesse tempo não era cidade, quando eu vim pra cá, passou a ser município em 82. Aí, um carrão bonito, uma caminhoneta, preta, F100 a álcool... Segunda mão, mas nova. Aí quando eu entro/ tinham feito o asfalto novo/ aí entrei no Rio Grande do Norte... Quando eu avistei de longe a minha cidade eu comecei: “Oh meu Deus, graças a Deus que eu saí nu e cheguei vestido”. E aí peguei a minha mãe, botei dentro do carro e saí, pareciam duas crianças... Escutando música do Texeirinha, escutando aquelas músicas⁶².

Sobre o fato lembrado, não foi o conforto em viajar centenas de quilômetros em carro próprio que fez com que Francisco Medeiros tornasse essa conquista relevante. Nem mesmo era esse o direcionamento da pergunta. No entanto, ao trazer para o contexto da narrativa de memórias aquele fato, inclusive em detalhes, ele faz um percurso simbólico, pois se lembra com alegria do que significa voltar para a sua terra tendo conquistado algo considerado valioso por ele e por seus familiares e amigos. Nesse contexto, a caminhonete “de segunda” é símbolo do que deu certo na vida deste migrante nordestino, por isso, digna de ser lembrada.

O segundo aspecto a ser considerado relaciona-se ao discurso sobre o desenvolvimento. Conforme já foi explicitado nas seções anteriores, a fundação de Paragominas está vinculada a um projeto nacional desenvolvimentista que pensava a Amazônia como fronteira de recursos, até então pouco explorados, aos quais a nação brasileira teria acesso com a construção de grandes rodovias (a principal delas, a Belém-Brasília). A escolha do local para a implantação do município, o nome escolhido pelo grupo fundador (Figura 3) e as atividades econômicas desenvolvidas na cidade atestam esta intenção de fazer de Paragominas um polo de crescimento econômico, conforme anúncio na Folha de São Paulo, em 1960, que divulgava a “disponibilidade” de terras no Estado do Pará (Figura 4).

⁶² Francisco Germano Medeiros, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 17 de junho de 2017.

No relato de Célio Miranda ele explica como ocorreu a divulgação do projeto de fundação de Paragominas e em quais termos este empreendimento seria realizado.

Foi quando então nós fizemos divulgação, chamamos fazendeiros de toda parte e eu contratei com esse fazendêro... que eu, que eu queria fundar uma cidade e eles requeriam as terra para eles, vinham, mas... me ajudaria em abertura de estradas pioneiras e construiria cada um na minha cidade uma casa e uma chácara para o desenvolvimento da região e da cidade. E esses fazendeiros concordaram, e de maneiras que fiz com eles contrato e esse contrato era baseado que/ no seguinte... que eles teriam que me ajudar aí na construção da cidade... e eu erigiria o desenvolvimento trazendo pra aqui... eh... todo o progresso possível para que dentro do núcleo de colonização nosso... pudesse criar condições humanas, condições para viver nessa região, porque aí é uma floresta imensa e.../ E todos então concordaram, concordaram e então nós tínhamos / então agora era ATACAR e dar início a essa longa jornada como já disse (MIRANDA, 1964, informação verbal).

Figura 3 – Símbolo do Projeto Paragominas, produzido por Célio Miranda.



Fonte: LEAL, 2000, p. 457.

Figura 4 – Anúncio publicitário sobre Paragominas no jornal Folha de São Paulo.

TERRAS NO PARÁ



TERRAS NO PARÁ

O BRASIL PRECISA DE EXPORTAÇÕES PARA GARANTIR A SUA BALANÇA DE PAGAMENTOS; O BRASIL TERÁ NA EXPORTAÇÃO DA CARNE O SEU MELHOR MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. AJUDAR O BRASIL A CONSTRUIR ESSE MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. PRODUIR A CARNE MAIS BARATA DO MUNDO NAS FAMOSAS E FERTILÍSSIMAS TERRAS DE **PARAGOMINAS** ENTRE OS RIOS GURUPI E CAPIM.

VÁ CONHECER A MELHOR REGIÃO ECOLÓGICA DO MUNDO PARA O ZEBU. TEMPERATURA CONSTANTE. VEGETAÇÃO INCOMPARÁVEL. AGUADAS ABUNDANTES. TEMPO CERTO PARA QUEIMADAS SEM BERNES. SEM CARRAPATOS. SEM INVERNO. SEM ARRAÇOAMENTOS. O PORTO DE BELEM SITUADO NA METADE DO CAMINHO DOS MERCADOS CONSUMIDORES SERÁ O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE DO "NOSSO ZEBU". A BELEM-BRASILIA GARANTIRÁ SEMPRE O FUTURO DO SEU EMPREENDIMENTO. TRANSPORTE PERMANENTE E SEGURO. DEZENAS DE MADEIRAS DE LEI CLASSIFICADAS PARA A EXPORTAÇÃO E COM MERCADO FRANCO A BEIRA DA BELEM-BRASILIA. TUDO O QUE V. PRODUIR TERÁ ESCOAMENTO-GARANTIDO. PEGUE O SEU AUTOMÓVEL E VÁ COM A SUA FAMÍLIA. CONHECER A REGIÃO DE **PARAGOMINAS** PRONTA PARA SER DESBRAVADA.

INFORMAÇÕES COM —

CELIO REZENDO MIRANDA
RUA QUINZE N.º 19-A TELEFONE: 6-4724
GOIANIA — ESTADO DE GOIÁS.

Fonte: LEAL, 2000, p. 275.

O discurso do desenvolvimento não se limitou à voz de Célio Miranda, ao contrário, foi impregnando a vida de quem chegava à cidade e encontrou lugar nos símbolos que iam sendo forjados. O brasão adotado em 1965, a bandeira desenhada em 1972 e o hino da cidade, composto em 1984, revelam uma noção de desenvolvimento baseada no trabalho e na integração nacional; na perseverança e na certeza de alcançar êxito dos empreendimentos.

O brasão de Paragominas (Figura 5) é formado por três hexágonos. O verde representa o Pará; o Estado de Goiás é representado pelo hexágono azul, cor escolhida para fazer referência ao rio Araguaia, de onde partiu a caravana de Célio Miranda; e o terceiro hexágono, amarelo, representa a contribuição do estado de Minas Gerais, conhecido por sua riqueza mineral, para o desenvolvimento do município. Embaixo, uma faixa com os dizeres “Trabalho perseverante, progresso com honra” reforça o que já foi dito sobre a crença no potencial para o crescimento da região.

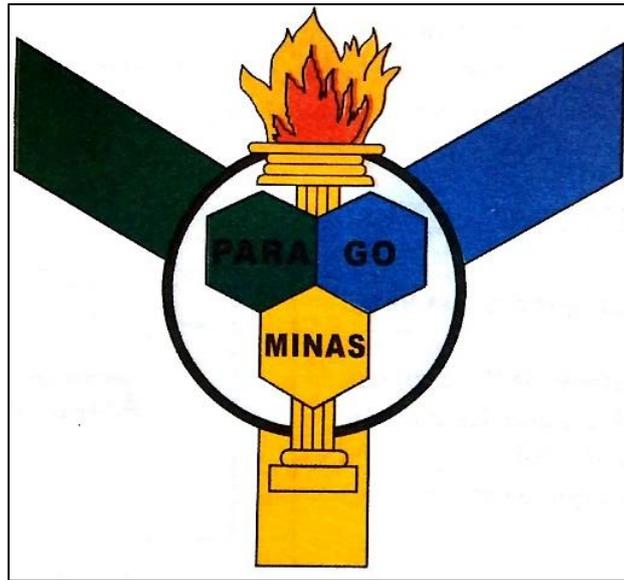
Figura 5 – Brasão do município de Paragominas



Fonte: LEAL, 2000, p. 457.

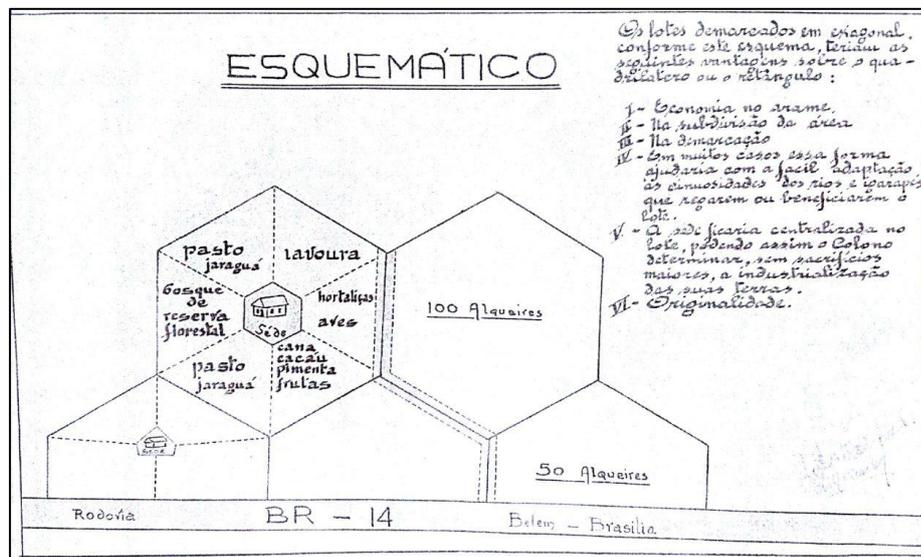
A bandeira (Figura 6) também é formada por três hexágonos que, além da simbologia explicitada anteriormente, fazem referência à forma como Célio Miranda planejava demarcar as terras na zona rural e às formas da planta original da sede do município (Figuras 7 e 8).

Figura 6 – Bandeira do município de Paragominas.



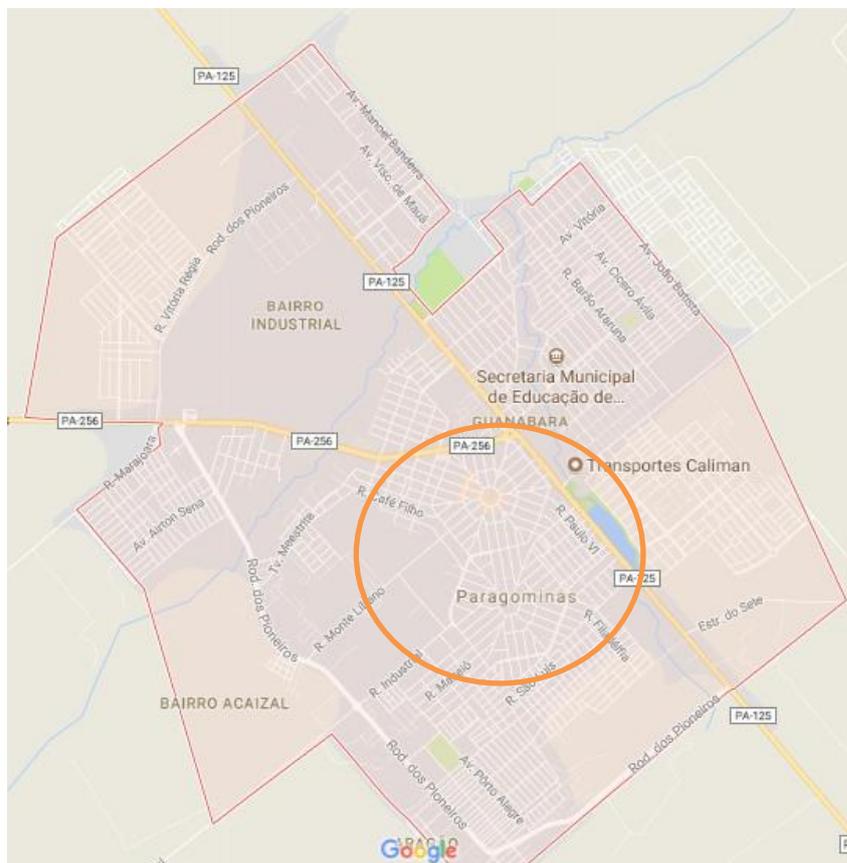
Fonte: LEAL, 2000, p. 458.

Figura 7 – Desenho elaborado por Célio Miranda.



Fonte: LEAL, 2000, p. 494.

Figura 8 – Planta de Paragominas (no detalhe, apenas duas superquadras hexagonais foram executadas).



Fonte: Google Maps, 2017.

Tomo como exemplo, ainda, o texto do hino⁶³ municipal, escrito em 1984, quase vinte anos depois da emancipação da cidade. Discurso de um povo, sobre este povo e para ele mesmo, o texto apresenta as ideias de luta, perseverança e vitória.

Nesta terra construímos nosso lar
Com sacrifício e perseverança.
Paragominas, tu és a esperança
Da grandeza, do poder e da bonança.

Refrão:
Integrados num só ideal
De lutar trabalhar e vencer.
Com amor, fé e lealdade
Haveremos de ver-te crescer.

Pecuária, agricultura, indústria
Comércio, educação e lazer.
São parcelas de contribuições
De brasileiros de todas as regiões.

⁶³ Letra e música compostas por Marisa Rocha Coelho Fernandes, professora baiana que migrou para Paragominas na década de 1970.

Começaste da união de três Estados,
Ampliaste com os demais da Nação.
Paragominas, no Pará és o progresso
Dos teus filhos natos ou por adoção.
(LEAL, 2000, p. 459).

O discurso do hino de Paragominas se organiza em torno das oposições vitória/derrota e progresso/estagnação. O sacrifício e a perseverança são apresentados como parte do processo de transformação desta terra na qual estão os migrantes. O percurso de luta, trabalho e vitória incorpora estes migrantes num corpo social cujos objetivos são compartilhados. “Integrados num só ideal” os paragominenses são convocados à grandeza, ao poder e a bonança. Nota-se, já na primeira estrofe, uma clara referência à situação de migrantes, na qual se encontravam os moradores da cidade. No refrão estão presentes conceitos de luta e perseverança aliados à união da comunidade, reforçando o pensamento de que o desenvolvimento do município é algo acertado: “Haveremos de ver-te crescer”. A vitória, no entanto, é para aqueles que têm coragem para enfrentar as condicionantes de um processo de migração. Somente estes que arriscam sair de sua terra e lançam-se a reconstruir a vida noutra lugar, esperançosos de encontrar progresso, poderão receber os bens e a riqueza que procuram. Dessa forma, o destinatário sofre manipulação por tentação: se você aceitar o desafio de tornar-se cidadão paragominense, alcançará o progresso.

São inúmeros os trechos da narrativa de Célio Miranda nos quais ele evidencia o valor atribuído ao próprio empreendimento. Na composição desses significados parecem ter sido amalgamados aspectos subjetivos, relacionados ao sonho, à vocação e à utopia; e objetivos, mais ligados ao desenvolvimento a partir dos critérios já discutidos. Nesse sentido, os dois pilares dos quais falava no início desta seção – as diversas motivações para a fundação de Paragominas e a relação entre elas e o projeto nacional-desenvolvimentista implementado na Amazônia – parecem sustentar o signo do pioneirismo, sobre o qual têm sido construídas as identidades do município. Também no relato do comerciante Raimundo Milhomens está presente um grau de valor atribuído àqueles que se colocaram como precursores.

A primeira geladeira.../ tudo, TUDO em termos de comércio o primeiro foi eu. Eu vendi o primeiro feijão. [...] Primeiro feijão, primeiro arroz, primeira farinha, primeira conserva, PRIMEIRA bebida gelada, o primeiro tecido, o primeiro remédio, tudo foi eu que vendi. O primeiro machado, o primeiro terçado... tudo foi eu que vendi.⁶⁴

⁶⁴ Raimundo da Silva Milhomens, entrevista realizada em Paragominas, por Solange Luciano de Lucena, em 1999.

Outro exemplo do valor atribuído à noção de pioneirismo está presente no relato do pecuarista Evandro Moreira, entrevistado em 2015, meses antes de seu falecimento. Ele chegou a Paragominas em 1966 e se tornou prefeito na década de 1980. Em seu mandato, deu-se o desmembramento de parte do território do município. A fundação de Dom Eliseu foi considerada por ele como uma vitória pessoal.

Daqui saiu, eu tirei Dom Eliseu... Eu construí aquela cidade. E Ulianópolis. Tirei essas duas cargas que tinha em Paragominas. TIREI! Uma eu consegui... fiz o distrito de Dom Eliseu e fiz eleição. E Ulianópolis foi feito o distrito e no outro ano foi feita a eleição. Então Paragominas tinha um peso. A arrecadação num dava pra aqui, como é que ia dar pra mais dois distritos forte igual Dom Eliseu? Ainda tinha Itinga do Maranhão, do Pará... aquela, que divide ali. Era uma... era um negócio esquisito, rapaz. Era esquisito, o negócio num era brincadeira não. Cê tinha que correr, dar conta das coisas.⁶⁵

Pierre Bourdieu (2010, p. 14) afirma que o poder simbólico é capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. Trata-se de um poder reconhecido (e não arbitrário) pela relação entre os que o exercem e aqueles que lhe estão sujeitos. Bakhtin situa ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, um universo particular, o universo de signos.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 30).

Todo signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica, por isso, o domínio dos signos e o domínio ideológico são mutuamente correspondentes. Sob essa perspectiva, tudo que é ideológico possui um valor semântico. Segundo José Luiz Fiorin, os signos “*são uma forma de apreender a realidade*” (FIORIN, 2006, p. 55). Isso significa dizer que a humanidade percebe o mundo de acordo com os arranjos linguísticos que é capaz de desenvolver, ou seja, a realidade existe apenas quando é nomeada. Desse modo, o ser humano se vale da atividade linguística, enquanto atividade de simbolização da realidade, para criar conceitos e ordenar a realidade, categorizando o mundo.

⁶⁵ Evandro Moreira, entrevista realizada em Paragominas, por Rayana Nadyr Lucena Callou, no dia 08 de junho de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bourdieu, “*o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras*” (2010, p. 15). Para Bakhtin, “*não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.[...]. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida*” (2006, p. 96). O primeiro capítulo – Linguagem, Análise do Discurso e Identidades – foi produzido com a intenção de propor ao leitor uma reflexão a respeito deste campo, tão aberto quanto complexo, que é a linguagem. Assim também, levantar mais uma vez o debate a respeito do diálogo inevitável entre linguagem e identidades.

No processo de construção de Paragominas, esse poder da palavra parece nunca ter sido depreciado. Ao contrário, desde Célio Miranda, tem-se constituído no município um discurso marcado pelos signos do pioneirismo, do progresso e, fundamentalmente, do desenvolvimento. A elaboração deste trabalho se deu frente ao temor em relação do futuro da Amazônia, seja pelas notáveis transformações no modo de vida de suas populações tradicionais, seja pelos fluxos migratórios que provocam a dinâmica social e apontam novas (não necessariamente melhores) formas de se relacionar com os bens naturais e os meios de produção. No segundo capítulo – Paragominas: a cidade idealizada – foram apresentadas informações sobre o planejamento do município sob a ótica de Célio Miranda, reconhecido como seu fundador. Além de conhecer os sonhos que ele cultivou, aos quais temos acesso somente mediante o áudio deixado por ele, foi possível perceber a conexão de seu empreendimento ao projeto de desenvolvimento pensado para o Brasil na época.

História e memória, por meio da linguagem, ao servirem como instrumento político de reconhecimento, constituem-se como formas de agir no campo social. É importante notar que, neste processo, ambas não se reproduzem em terreno neutro e estranho ao político. Conforme foi discutido na seção *Paragominas e o Projeto Nacional-Desenvolvimentista na Amazônia*, percebe-se que o relato do fundador deste município enuncia um discurso coerente com o modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia entre os anos de 1960 e 1966. Numa linha de pensamento que defendia a diminuição das desigualdades regionais por meio da integração do mercado interno brasileiro, a ocupação da Amazônia tornava-se fundamental para um crescimento mais equilibrado do ponto de vista regional.

A partir da construção da Rodovia Belém-Brasília estava traçado o ideal da integração nacional, numa ótica desenvolvimentista e protecionista que atenderia a objetivos socioeconômicos e geopolíticos, pela defesa das fronteiras e ocupação do “vazio” demográfico. Orientada por este novo modelo de ocupação territorial da Amazônia, nasce Paragominas, planejada e construída por forasteiros em terras amazônicas. Refletir sobre as idiossincrasias deste município a partir da categoria identidade, utilizando como ferramenta a análise do discurso, me parece um caminho possível que nos direciona a algumas conclusões.

A primeira e notória reflexão se dá pela correlação entre as imagens projetadas para a cidade a própria noção de desenvolvimento que orientou o seu planejamento e execução. Seja no relato de Célio Miranda, seja nas entrevistas recolhidas em campo, não há como ignorar a presença do signo do desenvolvimento como um horizonte a ser alcançado: os discursos produzidos, por vezes evidenciam o progresso (sinônimo de desenvolvimento) como uma espécie de “vocaçãõ” à qual o município estaria predestinada.

Em segundo lugar, percebe-se que para consolidar este discurso, a fim de que ele fosse aceito como verdade, seus enunciadores fizeram uso de estratégias linguísticas diversas, bem como construíram esses textos com base em graus de valoração, nos quais Paragominas estava disposta em um lugar simbólico diferente dos demais. Situado no contexto da construção da nova capital federal e da abertura da Rodovia Belém-Brasília, o município parecia lograr de vantagens em relação a outros. Exemplos desta construção de sentido foram as publicações de Leal (2000) e Bergamin (2015), que indicavam o projeto arquitetônico da cidade como sendo um entre os que disputavam o concurso que elegeu o plano urbanístico de Brasília.

Outro aspecto que se relaciona ao grau de valoração atribuído ao município, diz respeito a não aceitação de valores negativos associados à imagem da cidade. É o caso do relato de José Maria Oliveira que, mesmo engajado na luta sindical a favor dos trabalhadores rurais, rejeita o signo Paragobala, imputado na década de 1980.

Longo, tortuoso e, provavelmente, interminável é o caminho que nos leva do pensamento reflexivo à resolução de problemas teóricos, pois conforme nos ensina Reis (2003, p. 97), *“Pensar é perguntar continuamente, transformando possíveis soluções em novos enigmas”*. As identidades construídas e reconstruídas em Paragominas certamente não podem ser definidas à luz dos modos de vida tradicionais desta região; ainda assim, estando geograficamente situadas na Amazônia, estas novas construções são parte indelével da configuração deste corpo social. A cidade existe; foi pensada para existir; e existe como tal porque em momentos determinantes sujeitos tomaram posse daquela força simbólica presente nos discursos e a empregaram como ferramenta de mobilização, reconhecimento do outro e

afirmação de si. Reafirmar uma “vocação” para o progresso como fizeram os primeiros está longe de ser um caminho possível; encontrar pontos de equilíbrio econômico, social e ambiental parece um rumo necessário diante do novo rosto de Amazônia que começa a ser desenhado neste início de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Oriana Trindade de & UHL, Christopher. **Planejamento do uso do solo do solo do município de Paragominas**. Belém: Imazon, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. 2004 (não publicado).

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134 p.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 157-172.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 135, out. 2007. 43 p.

BAUER, Martin W. & JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BECKER, Berta. A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional. (Comunicação apresentada ao 1º Congresso Internacional de geógrafos latino-americanistas). Colômbia, 1977.

_____. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

BERGAMIN, Maxiely Scaramussa. **Paragominas: a experiência de se tornar um município verde na Amazônia**. 1 ed. Belém: Marques Editora, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BÔAS, Lúcia Villas. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. **Cadernos de pesquisa**, vol. 45, n. 156. Abr.-jun. 2015, p. 244-258.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 225-238.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 5/fev. 2016

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Câmara dos deputados. Legislação Informatizada. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BURKE, Peter. Teóricos e historiadores. In: **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002, p. 11-37.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A história da virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que história convirá ao século 21? In: **Um historiador fala de Teoria e Metodologia**. São Paulo: Edusc, 2005, pp. 151-168.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura (vol. nº 2). Paz e Terra: São Paulo, 2010.

CAVALCANTI, Mario de Barros. **Da Spvea à Sudam (1964-1967)**. Belém: SUDAM, 1967.
COSTA, José Marcelino Monteiro da. (coord.) **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: CEJUP, 1992.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 7, nº 19. Rio de Janeiro, jun. 1992, p. 40-55.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, nº 6. Rio de Janeiro, 2003, p. 9-25.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário de desenvolvimento: guia para o conhecimento com poder**. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, D. A. **A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia**. 2011. 312f. Tese doutoramento Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, Sylvio M. P. & BASTOS, Pedro P. Z. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016.

FIORIN, José Luiz (ORG). **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Andre Calixtre, André Biancarelli e Marcos Cintra (eds.) Brasília: IPEA, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil**. A era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. Pedro C. D. Fonseca e Pedro P. Zahluth Bastos (orgs.). São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, M. **História oral**: os riscos da inocência. O direito à memória. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 157-160.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**. Trad.: Maria Fasta Pereira de Castro. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. Tradução do inglês: Heloísa Buarque de Almeida. Conferência apresentada no Museu de Arte de São Paulo, novembro de 1995. **Novos estudos**, n° 43, p. 103-112.

KAUFMANN, Jean-Claude. A inversão do modo de construção do objeto. In: **A entrevista compreensiva**: um guia para a pesquisa de campo. Petrópolis/Maceió: Vozes/Edufal, 2013, p. 31-57.

LEAL, Gláucia Lygia Rabello. **Paragominas**: a realidade do pioneirismo. 2ª edição. Belém: Alves, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIMA, Antônia Pedrosa de. & SARRÓ, Ramon (orgs). Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica. In: **Terrenos metropolitanos**: ensaios sobre produção etnográfica. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de & SILVA, Márcio Luiz Monteiro da; PINTO, Rosenira Siqueira. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia**, Jan-Abril. Belo Horizonte, 2009, n° 19 e p. 153-184

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos avançados**, n° 45. 2002, p. 107-121.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1997.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade (entrevista). **Revista Famecos**. n. 15, p.75-81, agosto 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Trad.: Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARI, Hugo. Análise do discurso e ensino: a importância de se repensar o trabalho com a língua. In: MARI, H (org.). **Categorias e práticas de análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE-UFMG, 2000.

MARTINS, Davi Heron *et al.* Mapeamento da cobertura do solo de Paragominas-PA com imagens de satélite de alta resolução: aplicações para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto** (Foz do Iguaçu-PR, 13 a 18 de abril de 2013). INPE, p. 1283-1290.

MIRANDA, Célio Rezende. **O Sonho de Célio**: um relato histórico emocionante. Paragominas-PA: Prefeitura de Paragominas, 2002. CD 1 e 2. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Paragominas-PA.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Revista Mana**. n. 14, p. 455-475, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. Amazônia: de El Dourado a Zona Franca. **Revista de Geopolítica**, jun./dez. 2010. Ponta Grossa-PR, vol. 1, n.º 2, p. 72-94.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de & TRINDADE, José Raimundo Barreto. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia no período 1946-66 e sua relação com o ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro. **CEPAL: 60 anos de desenvolvimento na América Latina**. Santa Cruz do Sul (RS), 2011.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de & TRINDADE, José Raimundo Barreto & FERNANDES, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaios FEF**, v. 35, nº 1. Porto Alegre, jun. 2014, p. 201-230.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PENNA, Mauro. Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (org.), **Linguagem e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO et al. 2009. Diagnóstico Socioeconômico e Florestal do Município de Paragominas. Relatório Técnico. Belém/PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon. 65 p.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, 2015.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Por uma Linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **O conceito de identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?** Tradução de A. Pisetta. In: Signorini, Inês (Org.). *Língua(gem) e Identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Fapesp. 1998, p. 21–45.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

_____, Paul. **Memory, history, oblivion**. Conferência. Budapeste. 8 de março de 2003.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário de desenvolvimento: guia para o conhecimento com poder**. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS FILHO, José dos Reis. Amazônia: processos de valoração e registros simbólicos. **Perspectivas**, nº 15. São Paulo, 1992, p. 59-68.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.), **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 207-233.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SPVEA. **Programa de Emergência**. Belém: SPVEA, 1954.

TACCA, Fernando de. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. **Revista Psicologia e Sociedade**. n. 17, p. 9-17, set/dez 2015.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALVERDE, Orlando & DIAS, Catharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VIALES HURTADO, Ronny J. **La región como construcción social, espacial, política, histórica y subjetiva.** Hacia um modelo conceptual/relacional de historia regional em América Latina. *Geopolítica(s): revista de estudos sobre espacio y poder*, vol 1, num. 1, 157-172.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos na história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. En torno a l'imaginaire: entrevista al filósofo del imaginaire Jean-Jacques Wunenburger. **Revista Anos 90.** v. 14, n. 26, p. 217-224, dezembro 2007.